



MESTRADO ASSOCIADO UFMG/UNIMONTES EM SOCIEDADE, AMBIENTE E TERRITÓRIO

VIRGÍNIA ANTUNES NOBRE MESQUITA

“O Mosaico Norte – Mineiro: uma análise das ações desenvolvimentistas pós anos 2000”

MONTES CLAROS, 2019

“O Mosaico Norte – Mineiro: uma análise das ações desenvolvimentistas pós anos 2000”

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Área de Concentração: Sociedade, Ambiente e Território.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vanessa Marzano Araújo

N744o Nobre, Virgínia Antunes Mesquita.

2019

O Mosaico Norte – Mineiro: uma análise das ações desenvolvimentistas pós anos 2000 / Virgínia Antunes Nobre Mesquita. Montes Claros, 2019.

141 f.: il.

Dissertação (mestrado) - Área de concentração em Sociedade, Ambiente e Território. Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto de Ciências Agrárias.

Orientador(a): Prof^ª.Vanessa Marzano Araújo

Banca examinadora: Prof. Marcos Fábio Martins de Oliveira, Prof. Talles Girardi de Medonça, Prof^ª Vanessa Marzano Araújo.

Inclui referências: f. 128- 137.

1. Minas Gerais, Norte. 2. Economia regional. 3. Desenvolvimento econômico. I. Araújo, Vanessa Marzano. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Agrárias. III. Título.

CDU: 332

Virgínia Antunes Nobre Mesquita

“O Mosaico Norte – Mineiro: uma análise das ações desenvolvimentistas pós anos 2000”

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Área de Concentração: Sociedade, Ambiente e Território.

Linha de Pesquisa: Território e Desenvolvimento

Aprovada pela banca examinadora constituída pelos professores:


Marcos Fábio Martins de Oliveira
Membro


Talles Girardi de Mendonça
Membro


Vanessa Marzano Araújo
Orientadora

Montes Claros, 31 de julho de 2019.

À minha avó Antonia Ribeiro Nobre, por ser a melhor parte da minha vida

AGRADECIMENTOS

A Deus, força e resiliência presente na minha vida.

Agradeço à minha família por todo suporte e amor incondicional que me são dedicados, por se preocuparem e apoiarem minhas escolhas sempre.

Agradeço a Unimontes e a UFMG pela oportunidade de cursar o Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, foi uma caminhada de muito aprendizado e alegrias. Extensivo agradecimento a todo o seu corpo docente que contribuiu para mais esse degrau em minha formação. Obrigada PPGSAT!

À minha orientadora Prof.^a Vanessa Marzano pelo apoio na condução deste trabalho.

A todos os entrevistados que solicitamente aceitaram participar desta pesquisa, por cederem seu tempo e informações valiosas.

Aos Professores Marcos Fábio e Talles pela participação na minha banca de defesa, muito obrigada pela disponibilidade em contribuir com o meu trabalho.

A Capes pelo apoio financeiro.

Aos amigos queridos pela torcida, sabem quem são, todos marcados em meu coração!

Sinto um contentamento desmedido e uma grande emoção por ter conseguido terminar este trabalho. O alívio pela missão cumprida e a felicidade por essa conquista se juntam aos sentimentos de agradecimento e recomeço!

Obrigada!

*“Qualquer coisa que você possa fazer, ou sonha que possa fazer comece a fazê-la.
A ousadia tem em si genialidade, força e magia”*
(Goethe, 1836)

“Seguia, certa; por amor, não por acaso ”
(Guimarães Rosa, 1962)

RESUMO

Este trabalho contempla reflexões acerca da história econômica do Norte de Minas Gerais. O principal objetivo, nesta dissertação, é elaborar um panorama das ações desenvolvimentistas ocorridas na região no período pós anos 2000. O referencial teórico utilizado teve enfoque nas teorias de desenvolvimento, economia regional, categorização do território e na historicidade regional. Isto posto, realizou-se a organização de um mosaico norte-mineiro, em que se apresenta uma proposta de categorias territoriais para a mesorregião Norte de Minas por meio de suas semelhanças e diferenças econômicas. Partindo de tais pressupostos, propõe-se uma articulação teórico-metodológica, que contribua para a identificação das ações executadas na região que visavam ao desenvolvimento econômico. Dessa forma, efetuou-se um estudo de caráter exploratório descritivo, com abordagem qualitativa, sendo uma das estratégias de pesquisa a realização de entrevistas semiestruturadas junto as entidades de atuação regional. A compilação dos dados culminou com a identificação das principais atividades e políticas públicas desenvolvidas na região no âmbito da promoção do desenvolvimento regional. Conclui-se que, em 2019, as ações desenvolvimentistas no Norte de Minas não promovem mudanças em sua estrutura produtiva e não fornecem apoio suficiente às vocações regionais; estas possuem um formato assistencialista que mantém o modelo de desenvolvimento intervencionista e dependente do Estado.

Palavras-chave: Norte de Minas. Desenvolvimento Regional. Economia. Ações desenvolvimentistas. Mosaico Norte-Mineiro.

ABSTRACT

This work contemplates reflections about the economic history of the North of Minas Gerais. The main objective, of this dissertation, is to elaborate an overview of the developmental actions that occurred in the region in the post 2000 years. The theoretical framework used focused on theories of development, regional economy, territory categorization and regional historicity. Thus, was organized a north-mineiro mosaic where a proposal of territorial categories for the mesoregion North of Minas Gerais is presented through their similarities and economic differences. Based on these assumptions, a theoretical-methodological articulation is proposed which contributes to the identification of actions taken in the region aimed at economic development. For this reason, a descriptive exploratory study was conducted, with a qualitative approach, and one of the research strategies was to conduct semi-structured interviews with regional entities. The compilation of data culminated in the identification of the main activities and public policies developed in the region, within the scope of the promotion of regional development. It is concluded that, in 2019, developmental actions in the region do not promote changes in its productive structure and do not provide sufficient support to regional vocations; they have a welfare format that maintains the interventionist and state-dependent development model.

Keywords: Northern Minas. Regional Development. Economics. Developmental actions. North-Mineiro Mosaic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Principais produtos exportados no Norte de Minas em 2012	52
Figura 2 – Gráfico da população total de Montes Claros (1991 - 2019).....	61
Figura 3 – Vista panorâmica da cidade de Montes Claros - MG	65
Figura 3 – Mapa da área mineira da Sudene	77
Figura 4 – Mapa de atuação da “nova” Sudene.....	83
Mapa 1 – Mapa das mesorregiões do Estado de Minas Gerais conforme IBGE (2010).....	22
Mapa 2 – Mapa das regiões de planejamento do Estado de Minas Gerais.....	23
Mapa 3 – Região intermediária de Montes Claros	25
Mapa 4 – Mesorregião do Norte de Minas com destaque para os municípios vizinhos a Montes Claros	43
Mapa 5 – Mosaico Norte-Mineiro	49
Mapa 6 – Polos Industriais	51
Mapa 7 – Vale do São Francisco: os Gerais.....	53
Mapa 8 – Riquezas Naturais e Minerais do Norte de Minas.....	54
Mapa 9 – Alto Rio Pardo.....	55
Mapa 10 – Vale do gurutuba: Vale das águas	56
Mapa 11 – Mapa da microrregião de Montes Claros	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Mesorregional (IFD-M), Produto Interno Bruto (PIB-M) e Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (PIB –PC), Norte de Minas, 2011-2016	48
Tabela 2 – Projetos beneficiados com incentivos fiscais no período de janeiro a dezembro de 2014.....	85
Tabela 3 – As dez empresas com maior volume de investimento da Sudene para o ano de 2014	86
Tabela 4 – Pleitos aprovados e investimentos registrados durante o ano de 2016 pela Sudene	87
Tabela 5 – As dez empresas com maior volume de investimento informado pela Sudene em 2016.....	88
Tabela 6 – Pleitos aprovados pela Sudene por Estados e investimentos registrados para o período de janeiro a dezembro de 2018	89
Tabela 7 – Total de empregos informados pelas empresas beneficiadas pela Sudene para o ano de 2018.....	90
Tabela 8 – Projetos aprovados no Norte de Minas pela Sudene (2011 - 2017)	90
Tabela 9 – Investimentos da Codevasf, Minas Gerais, de 2007 a 2016 (em milhões).....	117

LISTA DE SIGLAS

ADENE	–	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
BNB	–	BANCO DO NORDESTE
CEPAL	–	COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA
CODENO	–	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CODEVASF	–	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
FDNE	–	FUNDO DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
FIEMG	–	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FIRJAN	–	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FJP	–	FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
FNE	–	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE
GTDN	–	GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO NORDESTE
IBGE	–	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IDENE	–	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS
IDHM	–	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL
PIB	–	PRODUTO INTERNO BRUTO
SUDENE	–	SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	METODOLOGIA	17
3	LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO	21
4	CAPÍTULO 1 – REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA NORTE MINEIRA	26
4.1	O debate sobre o desenvolvimento	26
4.2	Economia Regional.....	33
4.3	Espacialidade Territorial.....	36
4.4	Abordagem do Desenvolvimento Regional	38
4.5	Reflexões sobre a economia norte mineira	41
4.6	O mosaico Norte-Mineiro	47
4.6.1	Territórios do Norte de Minas.....	50
4.7	Montes Claros: A capital do Norte de Minas.....	57
4.7.1	Os Montes Claros e seu desenvolvimento	58
4.7.2	Montes Claros: características locais	59
4.7.3	Marco da Industrial e Urbanização	62
4.7.4	O papel na Região	66
5	CAPÍTULO 2 – RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA SUDENE E O SEU PAPEL NO NORTE DE MINAS GERAIS	70
5.1	Retrospectiva histórica da Sudene e políticas regionais	70
5.2	Sudene e Norte de Minas	76
5.3	Instrumentos financeiros da Sudene	80
5.4	ADENE – Agência para o Desenvolvimento do Nordeste	82
5.5	Reedição da Sudene e sua atuação.....	82
6	CAPÍTULO 3 – AS AÇÕES DESENVOLVIMENTISTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DOS ANOS 2000	95
6.1	O Norte de Minas pela visão da FIEMG – REGIONAL NORTE.....	95
6.2	O Norte de Minas na visão do IDENE.....	103
6.3	O Norte de Minas na visão da Codevasf – Superintendência Regional Montes Claros (MG).....	108
6.4	Qual o modelo de desenvolvimento?	119
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122

REFERÊNCIAS	128
APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTAS.....	138
APÊNDICE B – SÍNTESE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS.....	141

1 INTRODUÇÃO

“ (...) sai em passeio pelo meu sertão de origem, em plena estação seca, e dei asas à fantasia, antecipando a transfiguração daquelas terras áspers mediante a proliferação de oásis onde se repetiria o milagre da multiplicação dos frutos do trabalho humano. É caminhando à noite, sob o céu estrelado, que o sertanejo se deixa arrebatado pelo orgulho de sua terra. Os ventos que prolongam os alísios avançam céleres pelo horizonte aberto, e o mundo inteiro parece estar ao alcance da vista. ”

(Celso Furtado, 1997, p. 132).¹

O desenvolvimento em Minas Gerais ocorreu de forma heterogênea, cada região buscou meios de criar mecanismos desenvolvimentistas diante suas características econômicas, sociais e culturais. O desenvolvimentismo mineiro perpetuou-se na busca de uma via própria e visou empregar recursos políticos para aproveitar condições potenciais estabelecidas pela economia.

As preocupações desenvolvimentistas identificadas por vários pensadores da economia nacional e internacional, englobam permanentes questões para se pensar o desenvolvimento regional, principalmente ao se relacionar com a superação do “*modelo centro-periferia*”. Ao olhar o conjunto total regional mineiro, identifica-se ainda regiões deprimidas, com baixa dinâmica econômica, pobreza e desigualdades de renda e sociais. O quadro do Norte de Minas é parecido com o que se descreve: a região tem um vasto território com disparidades econômicas estabelecidas ao longo do tempo.

No tocante a essa questão, é importante verificar como as estratégias que pretendem impulsionar o desenvolvimento de uma região são traçadas e implantadas pelos diversos setores. Algumas regiões são alvos de políticas públicas que pretendem atuar em sua estrutura com a finalidade de desenvolver um ou mais setores da economia. É o caso da região Norte do Estado de Minas Gerais. Observa-se também que o município de Montes Claros cumpre importante papel de lugar central na região e, conforme a literatura pesquisada esta localidade assimilou significativamente as ações desenvolvimentistas ocorridas, bem mais do que a perspectiva regional como um todo. Esta se configura como a principal cidade do Norte de Minas absorvendo as principais demandas regionais.

¹ FURTADO, Celso. A fantasia desfeita. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 132.

O Norte de Minas Gerais possui características singulares no âmbito mineiro, uma região que foi marcada pela intervenção estatal vinculada a proposta desenvolvimentista a partir da década de 1960. Por essa perspectiva uma compreensão dos fenômenos históricos e econômicos, é pré-condição para entendimento do que tem sido feito após o período intervencionista. As perguntas que instigam a construção deste trabalho, se dão por quais são as atividades executadas pelas principais agências de desenvolvimento regional no período pós anos 2000? Qual o legado da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene? Sinteticamente, a questão norteadora desta dissertação se coloca em entender o que tem sido feito após a indução do seu desenvolvimento para manter ou gerar a sua dinamização econômica.

Ao se levar em consideração que na região as ações estatais foram proeminentes em vários momentos com a intenção de promover desenvolvimento econômico e social, é necessário que se identifique e analise os acontecimentos históricos na região em vista das ações governamentais, entendendo as suas especificidades e formas de abordagem. Com essa compreensão a presente dissertação de mestrado, tem como objetivo central apresentar as principais ações desenvolvimentistas ocorridas no Norte de Minas Gerais no período (pós) anos 2000.

A relevância deste trabalho se encontra na contribuição em demonstrar um panorama das principais ações desenvolvimentistas executadas na região para o período após os anos 2000 e, da proposta inovadora de uma classificação dos territórios que compõem a mesorregião, onde se identifica os vários “nortes” que fazem parte das categorias do mosaico norte-mineiro, além de apontar aspectos históricos relevantes que envolvem o Norte de Minas Gerais. Justifica-se ainda por sua contribuição para a economia e história regional, isso devido às lacunas de pesquisas existentes para o período citado, além de fornecer informações para a realização de novos aprofundamentos no sentido de que se possa em estudos futuros avaliar e propor um quadro de políticas públicas mais efetivas.

A análise realizada neste trabalho possui abordagem qualitativa com pesquisas exploratórias e descritivas sobre o tema. Os principais procedimentos metodológicos utilizados foram: (i) revisão bibliográfica e análise documental, com a identificação dos principais entendimentos sobre a região; (ii) estudo das teorias de desenvolvimento e economia regional; (iii) identificação de dados econômicos secundários. Após esta compilação de materiais bibliográficos foram efetuadas (iv) entrevistas semiestruturadas com agentes do desenvolvimento regional responsáveis por organizações públicas e privadas, são elas

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG, Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, vale ressaltar que a escolha das mesmas foi feita por desenvolverem atividades na perspectiva de fomento ao desenvolvimento regional.

A estrutura desta dissertação está organizada em três capítulos, além dessa introdução, metodologia, localização da região e das considerações finais. O primeiro capítulo compõe o marco teórico que consiste em discutir as teorias de desenvolvimento, classificação territorial, economia regional e, apresentar a proposta do mosaico norte-mineiro que demonstra uma nova perspectiva de classificação regional; além disso, tecem-se reflexões sobre a história norte mineira. No segundo capítulo relata-se sobre a história da Sudene importante instrumental de políticas públicas com recorte para sua atuação na área mineira; completando o corpo deste trabalho no capítulo três com embasamento teórico definido, formulou-se através de entrevistas um panorama das ações desenvolvimentistas pós anos 2000 pela atuação de três entidades, uma na perspectiva do setor privado como organização civil (FIEMG) e as outras duas autarquias públicas com enfoque Estadual e Federal (IDENE e Codevasf), por fim realiza-se ponderações finais acerca da pesquisa realizada.

2 METODOLOGIA

Nas diversas áreas do conhecimento, o trabalho científico deve ser realizado de maneira imparcial para que se obtenha resultados mais contundentes a realidade investigada. A metodologia empregada deve ser descrita de forma detalhada, com a identificação de todos os procedimentos utilizados na construção da pesquisa (MALINOWSKI, 1978). Para a realização deste estudo, utiliza-se a metodologia da pesquisa exploratória e descritiva com abordagem qualitativa.

Gil (1991) explica que o principal objetivo das pesquisas exploratórias e descritivas, são a coleta de informações sobre determinado assunto ou fenômeno explorando o problema em questão, para que ocorra maior clareza de análise. Este tipo de investigação, também é utilizada para descobrir a associação entre variáveis e a natureza desta relação, o que se enquadra de forma satisfatória para o desenvolvimento desta pesquisa.

Como já exposto, a construção metodológica possui abordagem qualitativa, descritiva e exploratória. Deste modo, com o intuito de alcançar o objetivo estabelecido foi adotado um delineamento metodológico para a execução da coleta de dados e análise dos mesmos. Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica para o levantamento de informações e identificar o referencial teórico desta dissertação, tendo em vista que a revisão de literatura produzida permitiria guiar teoricamente a investigação, a identificação dos conceitos centrais e os temas necessários para a análise do universo empírico.

Segundo Vasconcelos (2013, p. 159):

Toda pesquisa acerca de uma realidade empírica exige contextualização, descrição e avaliação da literatura e da teoria existente sobre o tema, ou seja, uso de material bibliográfico secundário, mas o objeto principal é constituído por uma realidade concreta a ser investigada.

Mediante a abordagem exploratória, o presente estudo adotou procedimento que envolve a realização de pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. Foi feita a pesquisa em várias fontes bibliográficas impressas, relatórios e documentos, utilizou-se ainda como fontes outros trabalhos científicos, dissertações, teses e artigos científicos publicados em meio eletrônico.

O recorte temporal, ocorre a partir dos anos 2000, pelo interesse em entender o que tem sido feito regionalmente para reduzir as disparidades econômicas e sociais, no sentido de organizar um panorama mais recente sobre as ações desenvolvimentistas.

Buscou-se outros recursos metodológicos que ajudassem a alcançar os objetivos deste estudo, a entrevista semiestruturada foi identificada como uma ferramenta adequada para o levantamento de informações junto as entidades escolhidas, pois através dela seria possível a coleta de informações específicas sobre a região, além de possíveis respostas aos questionamentos provindos da pesquisa bibliográfica.

Uma das características da entrevista semiestruturada é a utilização de um roteiro previamente elaborado sobre o tema a ser investigado, complementadas por outras questões que possam surgir durante a realização da entrevista. O pesquisador tem uma certa autonomia para fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas, a principal preocupação é que se alcance as respostas necessárias da pesquisa (MANZINI, 1991).

Segundo definem Bauer e Gaskell (2017, p. 65):

A entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos.

A entrevista, adotada como instrumento metodológico, permitiu o acesso a informações sobre as ações desenvolvimentistas na região no período pós anos 2000. No curso da pesquisa empírica realizaram-se entrevistas individuais para a coleta de dados, através de anotação e gravação, com os representantes das agências que atuam no desenvolvimento regional. As observações e análises a serem apresentadas ao longo deste texto foram subsidiadas pelas entrevistas individuais, através das quais buscou-se:

- Identificar as ações desenvolvimentistas no período pós anos 2000;
- Verificar a relevância da Sudene na construção do desenvolvimento econômico regional;
- Relatar sobre o que tem sido feito neste período para dinamizar a estrutura econômica da região Norte de Minas.

Dessa forma, os instrumentos metodológicos utilizados nesta investigação para alcance dos objetivos foram a) revisão bibliográfica sobre desenvolvimento e historicidade regional, b) análise de relatórios e documentos inerentes a temática da pesquisa; c) consulta de dados sobre a conjuntura econômica da região, dados estes encontrados nas plataformas digitais da Fundação João Pinheiro através do IMRS (Índice Mineiro de Responsabilidade Social), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Atlas do Desenvolvimento Humano e consulta parcial a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). Além disso, para atingir os objetivos desta dissertação realizou-se uma pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas com entidades de ação desenvolvimentista na região, de atuação pública-privada em âmbito regional sendo estas: a FIEMG (entidade privada), IDENE de ação prioritária estadual e Codevasf com recursos e atividades a nível federal.

A escolha das entidades pesquisadas ocorre pelo critério de atuação regional e pelo foco das atividades estabelecidas possuírem o escopo de fomento ao desenvolvimento regional. Acreditou-se que este perfil tenha sido o mais adequado para se alcançar os objetivos de apresentar as principais ações desenvolvimentistas que ocorreram na região Norte de Minas. Assim, através de um estudo de campo qualitativo o universo amostral das entrevistas foi definido por meio da temática da pesquisa, sem estabelecer um número mínimo ou máximo de entrevistas. A amostragem foi não-probabilística por julgamento, o que permitiu a escolha dos entrevistados pelo tema do estudo, sendo assim os entrevistados foram escolhidos por se enquadrarem na posição de gestores, pelo seu papel estratégico de acompanhamento das ações desenvolvimentistas na região.

Um adendo sobre a identificação dos entrevistados nos órgãos diante da alternância política, muitos funcionários/gestores são indicados via conjuntura política, o que representa uma alta rotatividade de pessoal que prejudica a sistematização de dados sobre as ações desenvolvimentistas. Além disso, muitas das informações sobre o andamento e execução das ações desenvolvimentistas não são organizadas e muitas vezes perdidas, ressalta-se a dificuldade de identificação de pessoal com informações pertinentes a esta pesquisa e também da disponibilização de dados sobre as ações. Dessa forma, foi constatado um despreparo técnico, pois muitos participantes da execução das políticas públicas desconhecem as especificidades da região Norte de Minas, o que de certa forma influencia na sua possível condução e avaliação ao final da implementação.

Todos esses procedimentos metodológicos foram instrumentalizados e permitiram elaborar um panorama das ações desenvolvimentistas na região, a atualidade e desafios desta

dissertação é provocar uma maior percepção dos problemas e possíveis novos caminhos para o desenvolvimento regional.

3 LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO

Neste item realizou-se uma breve discussão sobre as regionalizações existentes no território brasileiro. O propósito é expor como estas são classificadas e utilizadas no recorte espacial e temporal desta pesquisa.

A estrutura territorial brasileira é dividida pelas *Unidades da Federação (UF)*², *Mesorregiões*, *Microrregiões* e *Municípios*, esta é uma divisão político administrativa. As divisões em mesorregiões e microrregiões seguem os seguintes critérios conforme o IBGE (2010).

A mesorregião geográfica é descrita como:

(...) uma área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional, que é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou (IBGE, 2010, p. 5).

Sobre as microrregiões o IBGE (2010, p. 6) as caracteriza como:

(...) a área definida como parte da mesorregião que apresenta especificidades, quanto à organização do espaço, o que não significa uniformidade de atributos, nem confere à microrregião autossuficiência e tampouco o caráter de ser única, devido a sua articulação a espaços maiores, quer mesorregiões, quer Unidades da Federação, ou mesmo a totalidade nacional. Essas especificidades referem-se a estruturas de produção diferenciadas - agropecuária, industrial, extrativa mineral ou pesca - as quais podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares.

As doze mesorregiões³ estabelecidas pelo IBGE (1990) para Minas Gerais são as seguintes, ilustradas no Mapa 1: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo

² Conjunto dos Estados e Distrito Federal.

³ Essa categoria utilizada pelo IBGE representa uma organização metodológica dentro dos estados brasileiros, onde os municípios de uma área geográfica são divididos e agrupados por similaridades econômicas e sociais, que por sua vez, são subdivididas em microrregiões. Sabe-se que em 2017, o IBGE reformulou a sua divisão regional para Regiões Imediatas e Intermediárias, esta orientação não será utilizada neste trabalho por questões metodológicas; isso devido aos dados disponíveis ainda não estarem organizados nesta nova classificação.

Horizonte, Vale do Rio Doce, Oeste de Minas, Sul e Sudoeste de Minas, Campos das Vertentes e Zona da Mata.

Mapa 1 – Mapa das Mesorregiões do Estado de Minas Gerais conforme IBGE (2010)



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

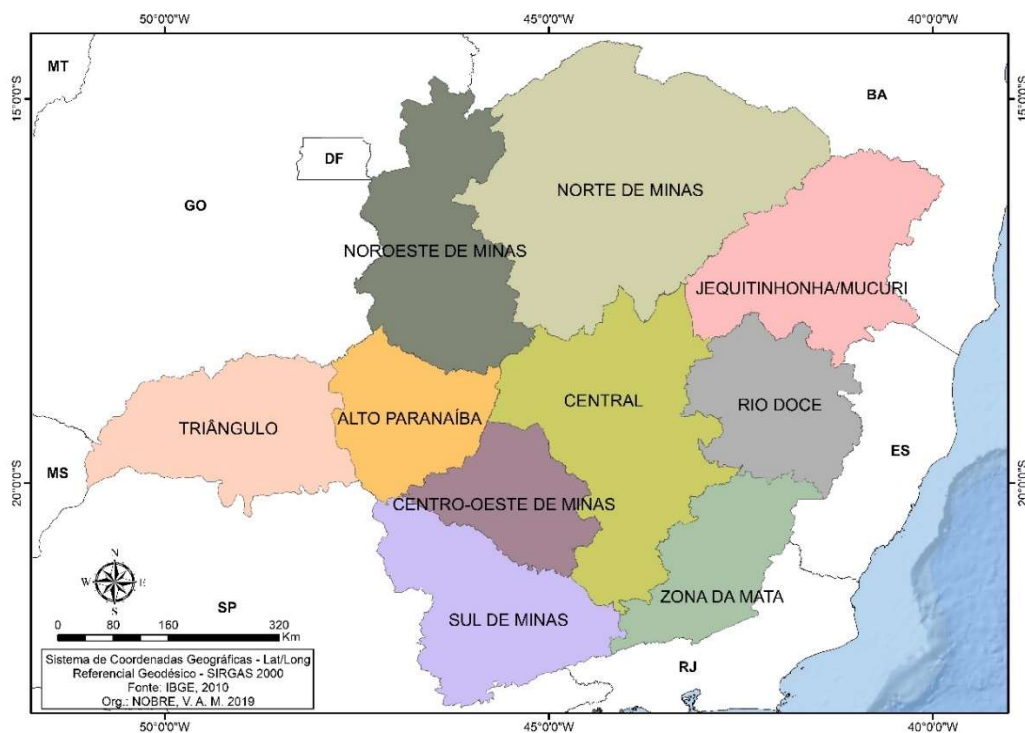
O Estado de Minas Gerais foi regionalizado pelo IBGE, em 12 mesorregiões e 66 microrregiões. Conforme sua divisão, os quesitos metodológicos utilizados organizam as regiões conforme suas características semelhantes para facilitar aplicações importantes na elaboração de políticas públicas e no auxílio ao sistema de decisões, quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias. Contribuem também, para as atividades de planejamento, estudos e identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais (IBGE, 2010).

Dentre as mesorregiões do Estado de Minas Gerais, o recorte espacial desta pesquisa é a *Mesorregião Norte de Minas* com extensão territorial de 128.602 km², esta abrange oitenta e nove (89) municípios distribuídos em sete microrregiões, são elas: Bocaiúva, Grão Mogol, Janaúba, Janaúria, Montes Claros, Salinas e Pirapora (IBGE, 2010).

A forma de divisão realizada tem aplicações importantes na elaboração de políticas públicas e na fundamentação das decisões quanto à localização das atividades econômicas, sociais e tributárias. A contribuição também ocorre para as atividades de planejamento, estudos e identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais. Contudo, vale ressaltar que as diversas áreas de atuação das políticas públicas possuem seus próprios critérios de regionalização, como por exemplo a educação e a saúde (LESSA, 2007).

A partir de 1995⁴, passou a vigorar uma nova regionalização de planejamento em MG por meio da divisão do território de Minas Gerais, adotada oficialmente pelo governo estadual, que estabeleceu dez *Regiões de Planejamento*: o Alto do Paranaíba, Norte de Minas, Central, Centro – Oeste de Minas, Jequitinhonha e Mucuri, Mata, Noroeste de Minas, Rio Doce, Sul de Minas e Triângulo. Cartograficamente tem-se o seguinte mapa localizando as regiões citadas acima:

Mapa 2 – Mapa das Regiões de Planejamento do Estado de Minas Gerais



Fonte: Adaptado MINAS GERAIS, 2019.

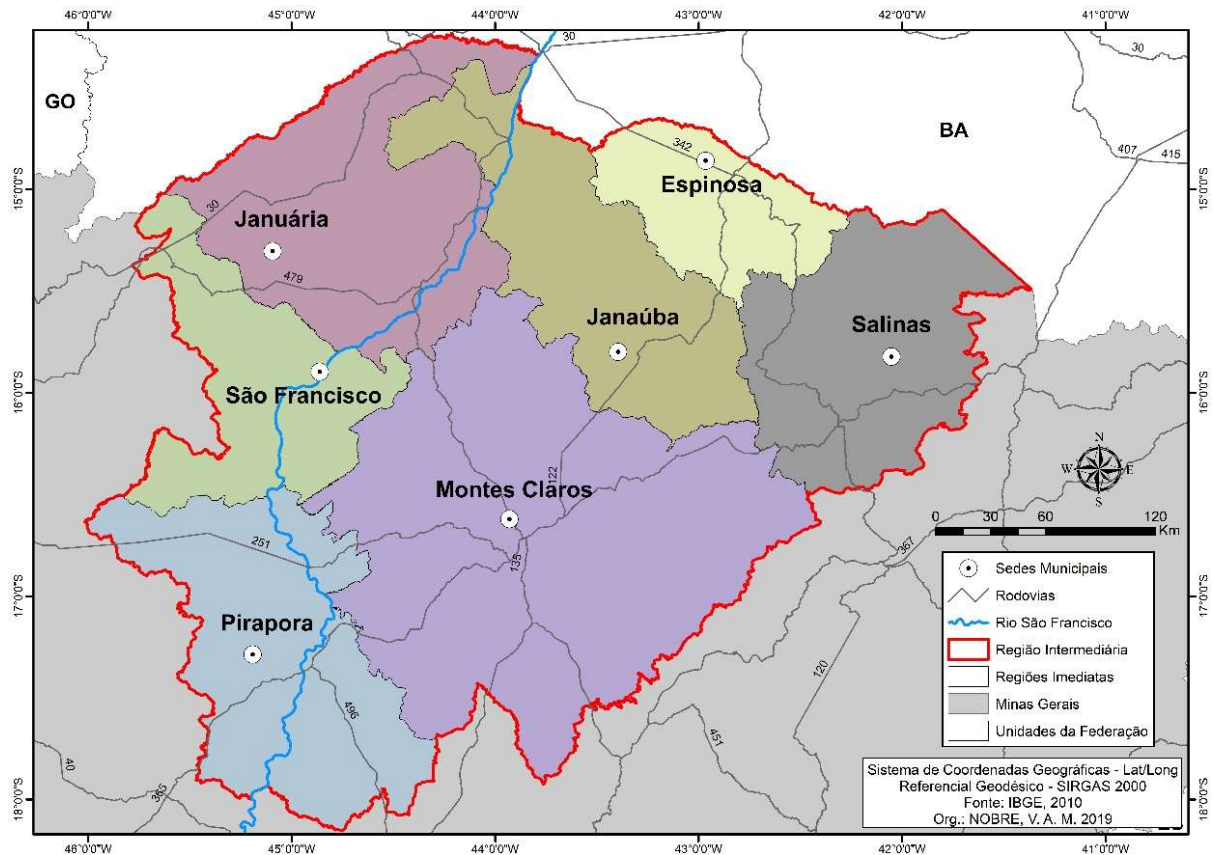
⁴ Esta regionalização foi prevista no projeto de lei 1.590/93, que passou a vigorar com o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 1996/1999, adotado em dezembro de 1995 (MINAS GERAIS, 2019).

A macrorregião de planejamento VII (Norte de Minas) foi composta pelas microrregiões de Bocaiúva, Grão Mogol, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora e Salinas. Portanto para definir a mesorregião Norte de Minas, um ponto de partida foi a macrorregião VII de planejamento, que adota as mesmas características da mesorregião do IBGE.

O IBGE em 2017, diante da necessidade de atualização dos recortes regionais propôs uma nova classificação das mesorregiões e microrregiões, que se configuram como Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, respectivamente. Essas escalas oferecem um retrato mais detalhado do território brasileiro e dos seus atributos, apresentam uma proposta metodológica que instrumentaliza e integra as análises e expectativas de órgãos de planejamento estaduais. Vale destacar que nesta nova classificação as Regiões Geográficas Intermediárias organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade. A nova concepção de regionalização do território brasileiro mostrada no Mapa 3 foi baseada na identificação de cidades-polo e dos municípios a elas vinculados. A escolha dessa metodologia na construção dos recortes regionais realizada pelo IBGE teve como ponto de partida os conceitos de território-rede e território-zona, que ajudam a mostrar a pluralidade das formas de se interpretar o espaço e sua relação com os sujeitos sociais, temas discutidos a seguir (IBGE, 2017).

A região Norte de Minas Gerais, considerando a nova classificação do IBGE é ilustrada na Mapa 3 a seguir.

Mapa 3 – Região Intermediária de Montes Claros



Fonte: Adaptado do IBGE, 2017.

Destaca-se a dificuldade de se estabelecer os *limites econômicos* de uma área que se pretenda estudar, uma vez que nem sempre estes coincidem com suas fronteiras naturais ou administrativas.

A escolha do espaço-tempo da pesquisa é justificada pela percepção que existem diferenciadas formas de regionalização do território brasileiro e mineiro, para fins deste estudo, utiliza-se a divisão das mesorregiões. A opção por esse recorte regional institucionalizado justifica-se pela maior disponibilidade de dados, produzidos por diferentes organizações de pesquisa, bem como pela facilidade de comparação entre eles. Procura-se entender a região “enquanto produto de processos políticos, econômicos, sociais e culturais” (PEREIRA, 2007, p.38). Nesse sentido, a mesorregião Norte de Minas possui especificidades que a diferenciam no contexto estadual, a delimitação temporal das análises ao decorrer desta dissertação correspondem aos anos pós 2000.

4 CAPÍTULO 1 – REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA NORTE MINEIRA

Este capítulo versa sobre a discussão teórica acerca do desenvolvimento econômico, marcos históricos, modificações na estrutura produtiva e industrial diante a intervenção estatal que fundamentam a reflexão acerca da Economia Norte Mineira para o período após os anos 2000.

Para isso, inicialmente, é feito um resgate da estruturação histórica e conceitual sobre o debate do desenvolvimento, partindo das suas questões gerais e importância para economia. Em continuidade, analisam-se fatos do processo histórico da *Mesorregião Norte de Minas*, e assim começa-se a discorrer características, análises diante do modelo de desenvolvimento e das diferenças na região.

4.1 O debate sobre o desenvolvimento

Partindo da temática desenvolvimentista, sabe-se que a intervenção estatal foi presente de forma significativa no Norte de Minas Gerais, com destaque para a Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Para entender o papel desta na economia norte mineira, é importante expor e revisar os conceitos propostos pela Economia do Desenvolvimento.

Para tanto, é importante operacionalizar os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico diante da literatura. A definição de desenvolvimento foi utilizada como sinônimo de crescimento econômico por muito tempo, sendo reconsiderado o seu entendimento em meados da segunda guerra mundial. A direção estabelecida era que o crescimento econômico, era parte condicionante do desenvolvimento, ou seja, para se alcançar níveis de desenvolvimento, era necessário estruturar níveis de crescimento econômico pois este faz parte da etapa de alcance desenvolvimentista.

Na revisão da literatura, é perceptível que não há um consenso sobre a definição de desenvolvimento, conforme Souza (1999) identifica-se duas correntes: a primeira considera o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento. Já a segunda entende que o crescimento é uma condição necessária para o desenvolvimento, mas não é suficiente.

Furtado (2000, p.12) permite em seu texto uma reflexão sobre o desenvolvimento e pontua alguns conceitos e trajetórias que clarificam essa temática. Por início o progresso técnico é entendido como aumento de produtividade (que se dá por meio de novas técnicas de produção que geram acumulação; esta é vista como promotora de excedentes), que se relaciona com ações na economia que permitem acúmulo de renda, nas palavras do autor “concentração dinâmica de renda e impulso a acumulação” que geraria excedentes, inclusive o social proporcionando o desenvolvimento.

As teorias do desenvolvimento são apresentadas como “esquemas explicativos dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento de produtividade conduzem à melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social” (FURTADO, 2000, p.15).

Em contrapartida com a conceituação de “desenvolvimento” Furtado (2000, p.15) apresenta a teoria do subdesenvolvimento apontando a inexistência desta “homogeneização social”, e retrata uma conjuntura sistematizando a ótica “centro-periferia”, onde o subdesenvolvimento é identificado como “um desequilíbrio na assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial a favor das inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida”.

De certa forma, percebe-se que nas economias desenvolvidas existe uma forte relação de acumulação das forças produtivas com o consumo, e que esta proporciona crescimento na economia. Já no subdesenvolvimento observa-se uma relação oposta, em que não ocorre articulação entre esses dois fatores e, sim um desornamento provindo da modernização dos elementos do progresso técnico em grande parte.

As proposições contidas em Graciarema (1976), Milone (1998), Souza (1999), Amartya Sen (1999), Oliveira (2000), Furtado (2000), Araújo (2006), Cano (2010) entre outros desenvolvem as teorias descritas no trabalho, fundamentando as análises posteriores dos próximos capítulos. O questionamento é observado pela questão de apesar de se constatar crescimento no Brasil muito de suas regiões continuam subdesenvolvidas.⁵

⁵ Acredita-se que a obra de Celso Furtado oferece importantes subsídios para uma interpretação crítica das conjunturas de desenvolvimento regional no Brasil.

As concepções neoclássicas, a respeito do crescimento econômico se desenrolaram no contexto da Revolução Industrial, que por suas características de revolução produtiva, estabeleceu um processo de crescimento econômico intensivo, resultado de uma série de inovações tecnológicas que desencadearam em aumento da renda *per capita* e ampliação produtividade e, portanto, da acumulação (SUNKEL, 1980).

Analisando o atraso econômico de alguns países, o debate envolvendo o crescimento e desenvolvimento econômico se intensificou após a segunda guerra mundial. O aprofundamento analítico adicionou ao conceito de desenvolvimento a ideia de bem-estar e modernização (FURTADO, 2000).

Furtado (2000), em sua discussão acerca do desenvolvimento apontou pelo menos três dimensões:

“ (...) a do aumento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos” (FURTADO, 2000, p 22).

O desenvolvimento projetado pelos estruturalistas ocorreria através do fechamento da economia nacional para outros países, ressaltando a presença do estado. Cada país por sua vez, passaria a sustentar suas necessidades de consumo internamente, através do processo de substituição das importações. Esse isolamento seria a chave para que os países se desenvolvessem de maneira menos vulnerável. Alegavam que o desenvolvimento tecnológico dos países ricos se apoiou no subdesenvolvimento dos países pobres, de modo que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são frutos de um mesmo processo histórico-estrutural (CAMPOS, 2013).

Diferentemente da visão clássica do liberalismo que admitiam que o desenvolvimento e especialização dos fatores de produção ocorrem primeiro para posteriormente afetarem a renda e bem-estar dos países, os teóricos do estruturalismo acreditavam que o desenvolvimento estaria atrelado a um viés mais social. Dessa forma, para o estruturalismo o bem-estar não é função do desenvolvimento, pelo contrário a relação de causalidade entre o desenvolvimento econômico e bem-estar da população, está relacionado a satisfação das massas, não sendo, portanto, uma consequência de bons resultados econômicos (CAMPOS, 2013).

Conforme essa perspectiva foi sendo mais estudada, surgiu em 1940 por meio do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, a CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe. A CEPAL desenvolveu-se como uma escola de pensamento estrutural especializada no exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazo dos países latino-americanos. Seu principal objetivo era a fundamentação de uma análise econômica e de uma base institucional que identificou as condições para que o desenvolvimento da região se firmasse de forma autônoma (DUARTE E GRACIOLLI, 2007).

Assim como os estruturalistas, Myrdal (1965) enfatizava a presença do estado. Acreditava que quanto mais o Estado Nacional se transformasse em Estado de bem-estar social, maior será o impulso na direção do desenvolvimento econômico e do progresso da causação circular cumulativa⁶. Myrdal (1965) afirma que dotar uma região com infraestrutura, empresas públicas, serviços básicos de educação e saúde, resulta em um aumento das receitas fiscais, o que leva a uma melhoria no ambiente empresarial na região/local.

Em sua interpretação, Myrdal (1965) estabelece alguns fundamentos para se estimular o desenvolvimento, tais como: racionalidade, desenvolvimento e planejamento do desenvolvimento, aumento da produtividade, elevação nos padrões de vida, igualdade social e econômica, melhora nas instituições e atitudes, consolidação nacional, independência nacional, democracia na zona rural e disciplina social.

Sen (1999, p.17), por sua vez, apresentou o desenvolvimento “como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”; sendo essas liberdades, riquezas materiais e imateriais. Para tanto, considerava cinco tipos de liberdades elementares: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Sendo assim, torna-se necessário compreendê-las para utilizá-las como meios para o desenvolvimento. Em suas ideias Sen (1999) utilizou a concepção de pobreza como um exemplo de privação, denominando duas perspectivas para essa: a pobreza de capacidade e a pobreza de renda. Em sua interpretação essas representam privações de capacidades básicas,

⁶ Forças circulares que agem e reagem, interdependentemente em direções prósperas ou decadentes de modo que o processo cumulativo, quando não controlado, promove desigualdades crescentes (MYRDAL, 1968).

tornando-se fundamental investir na raiz desse problema através de serviços elementares como saúde e educação.

O desenvolvimento econômico, por sua vez, envolve aspectos mais profundos. Para Oliveira (2002), o desenvolvimento é fruto de mudanças de ordem econômica, política humana e social. Compreende o desenvolvimento como resultado de incrementos na renda e produto, transformado para satisfazer necessidades do ser humano. De acordo com Bresser-Pereira (2006), desenvolvimento econômico é um processo sustentado pelo crescimento da renda, melhoria do padrão de vida da população, por avanços tecnológicos que seriam incorporados à produção e destreza dos trabalhadores, de modo que esses se estabeleceriam nos setores os quais atribuisse maior valor adicionado.

Em sua análise, Marshall leva em conta os fatores não econômicos, associados ao aperfeiçoamento do desenvolvimento, evidenciando a importância do progresso das instituições e suas leis; do crescimento urbano e da ampliação do mercado interno, e as melhorias do capital humano via investimentos em educação; buscando reduzir o nível de pobreza e seus efeitos diretos na economia e na sociedade (SOUZA, 1999).

Diferente de Marshall, Vieira (2007) respalda em sua análise que o crescimento poderia estar associado à transferência de excedentes de um país para outros países ou correlacionado a assimilação de uma minoria do excedente produzido. Desse modo, torna-se necessário que a variação do crescimento econômico seja maior que à variação do crescimento demográfico, ressaltando que se o crescimento econômico for ocasionado por mudanças estruturais e via melhoria de indicadores econômicos e sociais deverá ser abordado como desenvolvimento econômico.

Segundo Cano (2010, p.1) “o desenvolvimento é o resultado de um longo processo de crescimento econômico com elevado aumento da produtividade média”, esses excedentes energizam a industrialização, influenciando de forma positiva nas estruturas sociais e políticas do país. A importância do desenvolvimento da estrutura industrial considera as questões de que esta muda os hábitos e costumes da sociedade, inserindo modernidades.

Considerou-se por muito tempo a indústria como o motor do desenvolvimento econômico, isto porque, só com a industrialização se conseguiria incorporar técnicas e métodos científicos na economia. Menciona-se que é importante dominar a ciência e a técnica, inovar, para que se tenham melhorias nos métodos de produção, cujo fim é alcançar uma maior

racionalidade produtiva. Essa racionalidade significa a minimização dos custos de produção, para que o produto final possa ser vendido a preços baixos, havendo maiores lucros (FURTADO, 2000).

A ampliação industrial tem um papel necessário e sem dúvida importante a desempenhar em qualquer bom programa de desenvolvimento. Essa relação entre a industrialização e o desenvolvimento econômico foi apresentada por Myrdal (1965, p. 226) nos seguintes termos:

“Em certo sentido, a indústria representa um estágio mais elevado da produção. O desenvolvimento industrial nos países avançados se tem processado paralelamente ao seu espetacular progresso econômico e à elevação de seu padrão de vida; muitos de seus produtos transformaram-se, na verdade, em símbolos de alto nível de vida. Também, nos países subdesenvolvidos, a produtividade da força de trabalho tende a ser consideravelmente maior na indústria do que nas tradicionais atividades agrícolas. A industrialização e o aumento da parte da população ativa empregada na indústria são, portanto, um fator de aumento da renda nacional per capita.”

Conforme Oliveira (1996) o estilo de desenvolvimento se encontra limitado pelo sistema capitalista (no caso brasileiro) e pela estrutura existente, já para o modelo conforme Graciarema (1976) “*hay siempre una opcion posible*”. Dessa forma, incorporou-se as variáveis espaciais e qualitativas diante a população, região, história e outros pontos que descrevem o espaço em que ocorre. Isto, significa que o modelo de desenvolvimento acontece e é interpretado conforme a sua estruturação espacial absorvendo suas características locais. Nesta sessão, a intenção é de se utilizar desta perspectiva para entender o que ocorreu na região Norte de Minas Gerais. Um modelo de desenvolvimento ocasionado pela intervenção estatal e por suas condições estruturais: econômicas, sociais e culturais.

A Economia do Desenvolvimento foca seus estudos no entendimento do processo de desenvolvimento de países periféricos, estes que possuem economias menos desenvolvidas representando os países de “terceiro mundo”. Ao longo dos anos, as correntes que permeiam esta área, são motivadas a respostas em relação a quatro pontos teóricos: (i) as teorias da modernização; (ii) as teorias da dependência; (iii) a teoria do sistema-mundo; (iv) a contrarrevolução neoclássica (MOREIRA E CRESPO, 2012).

Neste trabalho, destacam-se as teorias da modernização e da dependência por se adequarem as características da região estudada, portanto, clarificam-se os conceitos pertinentes a elas.

Conforme Moreira e Crespo (2012, p.25) a teoria da modernização possui com referência autoral (i) o “grande impulso” de Rosenstein-Rodan (1943); (ii) o “crescimento equilibrado” de Nurkse (1952, 1953) referindo-se ao mecanismo que ficou conhecido como “círculo vicioso da pobreza”; (iii) a estratégia de “crescimento desequilibrado” de Hirschman (1958); (iv) a tese da “causalidade circular e cumulativa” de Myrdal (1965); (v) os “polos de crescimento” de Perroux (1955); (vi) o “modelo dos dois setores com oferta ilimitada de força de trabalho” de Lewis (1954, 1955); (vii) a “descolagem” da teoria das etapas de crescimento de Rostow (1956, 1960). Como citado acima são muitas as bases de discussão do modelo da teoria da modernização, não existe um consenso, mas sim uma complementaridade de análises o que significa que cada autor contribui com uma visão semelhante nesta teoria.

Para Furtado (2000) a “modernização”, em síntese, consiste na transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, de agrícola para industrial, de primitiva para avançada. É uma transição de relações sociais estáticas para dinâmicas, que inclui os fatores econômicos, sociais e culturais. Um aspecto relevante que sobressai na análise desse enfoque, é a importância que a integração regional representa para a economia, esta proporciona um dinamismo e um aumento produtivo vultoso.

Já a teoria da dependência surge no quadro histórico latino-americano do início dos anos 1960, “como uma tentativa de explicar o desenvolvimento socioeconômico na região, em especial a partir de sua fase de industrialização, iniciada entre as décadas de 1930 e 1940.” Em definições de corrente teórica, a Teoria da Dependência estabelece uma tentativa de entender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia. Esse sistema econômico criava e ampliava as diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de forma que a economia de alguns países era condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras, criando de certa forma essa “dependência” (DUARTE E GRACIOLLI, 2007, p.1).

A ideia central nas teorias de desenvolvimento é o entendimento deste enquanto um contínuo processo evolutivo, que ocorre por etapas continuadas. Os países desenvolvidos se encontrariam nos pontos altos de estruturação econômica, que se caracterizava pelo pleno desenvolvimento do aparelho produtivo, de forma que o processo de desenvolvimento econômico que neles ocorreu seria um fenômeno de ordem geral, pelo qual todos os países que se esforçassem para reunir as condições adequadas para tal deveriam passar. Por outro lado, os países subdesenvolvidos se encontrariam em um estágio inferior de desenvolvimento, com baixa expressão em termos do desdobramento de seu aparelho produtivo, em decorrência de

sua incipiente industrialização. Nesse sentido, o conceito de subdesenvolvimento correspondia a uma situação de desenvolvimento pré-industrial. Segundo Marini, de acordo com essa concepção teórica tem-se que:

(...) o subdesenvolvimento seria uma etapa prévia ao desenvolvimento econômico pleno (quando já se completou o desdobramento setorial), existindo entre os dois o momento da decolagem – do *take off*, para usar o jargão da época – no qual a economia em questão ostentaria já todas as condições para assegurar um desenvolvimento autossustentado. (Marini, 1992: 74).

Dois aspectos encontrados acerca da Teoria do Desenvolvimento merecem destaque, o primeiro, se dá por meio de que o desenvolvimento dependia não só da modernização das condições econômicas, mas também das condições sociais, institucionais e ideológicas dos países. Além disso, pelo fato de desenvolvimento e subdesenvolvimento serem considerados apenas como aspectos distintos da mesma realidade, só poderiam ser distinguidos no âmbito quantitativo por meio de indicadores que apontariam sua escala evolutiva, deixando de lado as questões estruturais (DUARTE E GRACIOLLI, 2007).

Diante do exposto, observa-se que as definições de crescimento econômico e desenvolvimento se complementam e se diferenciam. A investigação acerca do desenvolvimento econômico envolve inúmeras variáveis de ordem qualitativa e quantitativa, que conduzem a uma série de mudanças estruturais na sociedade. Nessa perspectiva, pode-se considerar que o desenvolvimento está relacionado ao crescimento econômico e com a elevação do bem-estar da sociedade, na intenção de melhorar os níveis de emprego, pobreza, educação e saúde.

4.2 Economia Regional

Neste tópico, são apresentadas as teorias do desenvolvimento regional, que darão suporte nas análises de dados e informações sequenciais desta pesquisa. Apresentam-se nesta sessão os conceitos e como estes se relacionam com a região de estudo. Assim, posteriormente descreve-se a caracterização da região e os fatos relevantes do processo histórico do Norte de Minas Gerais.

Historicamente, a dinâmica regional não possui um consenso conceitual para a definição de região na literatura. A discussão incorpora suas particularidades culturais,

geográficas, sociais, econômicas, políticas e ambientais. Sendo assim, para se definir e conhecer uma região é importante estudar sua trajetória histórica e estabelecer um recorte conceitual para a mesma.

Diante desta observação o recorte teórico, é feito na perspectiva econômica onde entende-se a região como uma dimensão espacial de inter-relação. Lima e Simões (2009, p.6) apresentam a região como uma unidade de análise, onde esta representa “um conjunto de pontos do espaço que possuem uma maior integração entre si do que em relação ao resto do mundo”, isto é, correspondem a um conjunto de centros urbanos que possuem maior ou menor grau de integração e de movimentos de capitais em determinado espaço, do que em relação a outros lugares.

Existem muitas teorias que buscam explicar a dinâmica regional, de início destaca-se o estudo de Johann Heinrich Von Thünen (1966) que propõe a Teoria Geral da Localização que se fundamenta na análise dos fatores locais que resultam em uma renda diferencial, ela prioriza o fator da localização. Já as teorias desenvolvidas por François Perroux (1967), Gunnar Myrdal (1965) e Albert Hirschman (1961), enfatizam o desenvolvimento através da industrialização, estes estudos passaram a inspirar políticas públicas que buscavam o desenvolvimento regional.

Perroux (1967, p. 164) estabelece em sua Teoria dos Polos de Crescimento que “[...] o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis no conjunto da economia”. O autor entende que o crescimento acontece de forma irregular e que este necessita de uma Indústria Motriz que possua capital e poder de crescimento mais acelerado, transferindo seus excedentes para as cidades circunvizinhas. (MADUREIRA, 2015). Em síntese, a teoria de Perroux é bem demarcada por i) o crescimento é localizado; ii) o crescimento é forçosamente desequilibrado; e iii) a interdependência técnica é um fator importante na transmissão do crescimento (GONÇALVES, 2001).

Lima e Simões (2009, p. 9) completam a análise esclarecendo que na Teoria dos Polos de Crescimento de Perroux (1967) propõem-se a criação de políticas econômicas que possuem o objetivo de desenvolvimento do capital técnico e humano, sendo fundamental a cooperação entre regiões ricas e pobres (desenvolvimento recíproco); Portanto, é imprescindível a existência de polos de desenvolvimento, localizados dentro ou fora da nação,

pois representam “os polos de desenvolvimento a sua força e o seu meio vital” (Perroux, 1967, p. 204).

Myrdal (1965) apresenta as disparidades econômicas existentes entre países classificando-os em dois grupos: os países “desenvolvidos” (detentores de altos níveis de renda per capita, integração nacional e investimento) e países “subdesenvolvidos” (possuidores de baixos níveis de renda per capita e com baixos índices de crescimento). Lima e Simões (2009, p. 12) relatam que “o autor destaca que há disparidades de crescimento dentro dos próprios países, visto que nos países desenvolvidos existem regiões estagnadas e nos países subdesenvolvidos existem regiões prósperas”.

As constatações observadas por Myrdal (1965) nos seus estudos são que existem menos países em situação econômica favorável do que o inverso. Sendo assim, os países de situação econômica favorável normalmente apresentam um desenvolvimento econômico contínuo, o que infelizmente não ocorre nos demais países e que ao longo dos anos o que acontece é um aumento das disparidades econômicas entre esses países. Com esta percepção ele desenvolveu sua teoria para explicar a dinâmica econômica regional (entre e dentro de países), que acontece por meio de um “processo de causação circular cumulativa, na qual o sistema econômico é algo eminentemente instável e desequilibrado” (LIMA e SIMÕES, 2009, p.12).

Myrdal (1965) em sua Teoria da Causação Circular Cumulativa, buscou mostrar que o crescimento da economia em uma região, gera um “Círculo Virtuoso” impulsionado pelo movimento de capitais, tanto capital humano e financeiro, que promove o Desenvolvimento Regional. Já o contrário, é representado pelo autor como um “Círculo Vicioso”, por exemplo, no caso do fechamento de indústrias amplia-se o desemprego que por sua vez diminui a renda da região. Por outra forma, o autor utiliza à ideia de ciclo vicioso para explicar como um processo se torna circular e cumulativo, em que um fator negativo é ao mesmo tempo causa e efeito de outros fatores negativos, ocorrendo da mesma maneira para os fatores positivos (LIMA E SIMÕES, 2009).

Hirschman (1961) utiliza os “efeitos encadeadores” para explicar o desenvolvimento de uma região, ele analisa o processo de desenvolvimento econômico e como o mesmo pode ser transmitido de uma região para outra. O autor considera “que o desenvolvimento acontece como uma cadeia de desequilíbrios em que o crescimento

econômico manifesta-se nos setores líderes e é transferido para os setores satélites de uma forma desequilibrada. A intervenção Estatal surgiria para focar os objetivos de crescimento e alavancar esse processo” (MADUREIRA, 2015, p. 14).

Para Hirschman (1961) a execução dos projetos cadenciados deve superar os empecilhos ao desenvolvimento e estimular o investimento local, para isso ele definiu o Capital Fixo Social - CFS (*Social Overhead Capital - SOC*) para atender as demandas de infraestrutura para o bom andamento das atividades industriais e também classificou as Atividades Diretamente Produtivas – ADP (*Directly Productive Activities - DPA*) que se relacionam com as atividades produtivas de todos os setores econômicos (primário, secundário e terciário). Estes dois mecanismos para indução do investimento permitem os Efeitos em Cadeia Retrospectiva (*Backward Linkage Effects*) e os Efeitos em Cadeia Prospectiva (*Forward Linkage Effects*), sendo que estes efeitos combinados podem proporcionar um caminho mais eficiente para alcance de crescimento econômico (MADUREIRA, 2015).

Em síntese, Lima e Simões (2009, p.16) escrevem que:

Hirschman (1961) desenvolve uma teoria focada na dinâmica essencial do progresso de desenvolvimento econômico, considerando que este não ocorre simultaneamente em toda parte e que tende a se concentrar espacialmente em torno do ponto onde se inicia, o que é fundamental para uma análise estratégica do mesmo. O planejamento do desenvolvimento deve consistir no estabelecimento de estratégias sequenciais, considerando que a utilização dos recursos tem impactos diferenciados sobre os estoques disponíveis, conduzindo a formação de capital complementar em outras atividades de acordo com a capacidade de aprendizado local.

Apresentou-se nesta sessão teorias para que fundamentam o eixo teórico desta dissertação, foram apresentadas as contribuições teóricas de alguns autores no que tange ao desenvolvimento e a economia regional. Nesta dissertação, utilizar-se-á a contribuição de Hirschman e Perroux como direcionamento na análise do desenvolvimento regional do Norte de Minas Gerais.

4.3 Espacialidade Territorial

Souza (2009) apresenta sua “definição” de território em relação ao poder, enfatiza que a relação de poder é determinante mais engloba também as questões culturais, econômicas e sociais na projeção de espaço, de território. O conceito deste é fundamental, de complexidade teórica e perpassa pela construção das relações sociais e com o espaço; ele cita que os autores

têm “coisificado” o conceito (que nada mais é que reduzir o território a ação apenas estatal, descolando-o da sociedade) e o excesso de uso pode criar um entendimento deturpado na realidade.

Nessas condições “emancipar” a categoria território “e construir um conceito em que não se confundissem a projeção espacial do poder (as fronteiras e a malha territorial) e os objetos geográficos materiais, e no qual uma fonte de poder (e com ela determinadas escalas) não fosse hiperprivilegiada” (SOUZA, 2009, p. 62).

As relações de trocas e interações enriquecem as questões materiais e culturais dos territórios, as articulações entre grupos e espaços sob as diversas formas, demonstram a sua autonomia, o que não é sinônimo de autarquia econômica ou de isolamento cultural, dos indivíduos do território. E o que demonstra isso é a própria globalização; ao considerar o poder que não é necessariamente dependente, como também os territórios e territorializações não são e não precisam ser heterônomos (dependentes); afinal, a autonomia destes nada tem a ver com isolamento ou interdependências decorrentes da globalização, “o que não elimina a possibilidade e muito menos a legitimidade de um projeto político-social anti-heterônomo [independentes] – vale dizer, de construção de poderes e territorialidades autônomas, nas mais diversas escalas” (SOUZA, 2009, p.71). Fica claro que as dimensões do poder, da cultura e da economia se remetem umas às outras, incessantemente no território.

Saquet (2009, p.74) em seu texto considera “uma abordagem histórica, relacional e multidimensional-híbrida do território e da territorialidade”, propõe atenção para a necessidade de construir uma explicação geográfica que considere, os tempos da natureza e da sociedade; a inserção de uma geografia histórica em que a análise se daria pela formação do território e da paisagem como materialidades, inclui-se a natureza como processo, caminho e o seu movimento integra o território na definição e pensar sobre o mesmo. Vale ressaltar que espaço e território são diferentes, cada um tem sua importância e que de maneira alguma definem a mesma coisa; são dois níveis diferentes da organização sócio-espacial.

Pontuando os conceitos de diversos pensadores expostos por Saquet (2009) sobre territórios e suas complexidades definitivas, citados aqui: para *Milton Santos* (1996) o conceito de territórios é composto por muitas variáveis (produção, firmas, fluxos, relações diversas etc.) que são interdependentes umas das outras, os territórios estão no espaço geográfico. Já *Raffestin* (1993) diz que o território é construído a partir da apropriação do espaço, em que este é transformado historicamente pelos atores sociais; *Quaini* (1974) pensa o território com a

paisagem, ele visualiza a paisagem como um produto histórico, com transformações e continuidades que resultam da combinação de fatores ambientais e sociais e isto gera a chamada organização territorial. Para Saquet (2009), o território é uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades; *Turri (2002)* ressalta que o território é um espaço natural, social, historicamente organizado e produzido; a paisagem é o nível visível e percebido deste processo. Compreende-se que os processos sociais são multiescalares e multitemporais, em geral, em todos os segmentos.

Por fim, entende-se o território e a territorialidade como multidimensionais e inerentes à vida na natureza e na sociedade. A territorialidade acontece em distintas escalas espaciais e varia no tempo por meio das “relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, entre outras relações sociais realizadas entre sujeitos e entre estes com seu lugar de vida, tanto econômica como política e culturalmente”.

4.4 Abordagem do Desenvolvimento Regional

O debate em torno do desenvolvimento regional tem sido pautado com frequência no mundo e no Brasil, as várias regiões são estudadas e marcadas pelas muitas diferenças existentes de ordem econômica, social, cultural entre outras.

O enfoque do desenvolvimento regional é dado pela preocupação em superar problemas que englobem determinados espaços regionais. Sua abordagem infere-se em pensar estratégias para que se alcance um desenvolvimento econômico em totalidade, ou seja, em toda região.

Conforme Silva e Andraz (2004) é possível reduzir as desigualdades se as atividades econômicas de uma região forem incentivadas. Devido a existência de tais desigualdades e especificidades regionais, as estratégias para estimularem as atividades econômicas devem vir acompanhadas da realização de estudos das características próprias da região em questão, de sua estrutura produtiva, tendências e especialidades.

As teorias de desenvolvimento regional foram influenciadas pelas ideias de Alfred Marshall, John Maynard Keynes e Joseph Schumpeter estas prosperaram a partir da década de 1950. Os seus principais expoentes eram Perroux (1955), Myrdal (1965), Hirschman (1961) e Douglas North (1959) que estudavam os aspectos econômicos na perspectiva da localização e

concentração geográfica das atividades industriais. Monastério e Cavalcante (2011, p. 63) descrevem que o ponto principal destas teorias está em “algun tipo de mecanismo dinâmico de autorreforço resultante de externalidades associadas a aglomerações industriais”.

Hirschman (1961, p.209) apresentou sua visão do processo de desenvolvimento regional identificando que este acontece por uma sequência de desequilíbrios, onde ele entende a desigualdade como um pré-requisito para que o mesmo aconteça. Portanto, devido a capacidade de um processo específico de desenvolvimento induzir novos investimentos, em suas palavras “o desenvolvimento também gera novas forças a partir das tensões que produz”. Para o autor, um processo de desenvolvimento seria mais eficiente quando ocorresse uma sequência de desequilíbrios que induziriam a novos investimentos, ou novas políticas públicas orientadas para corrigi-los de forma dinâmica e sequencial gerando um equilíbrio e um desenvolvimento regional autossustentado (HIRSCHMAN, 1961).

Perroux (1955) formulou a “Teoria dos Polos de Crescimento” e também entendia a ocorrência de um crescimento econômico desequilibrado e concentrado. Sua proposição de polos de crescimento é referência na formulação de políticas de desenvolvimento regional (MONASTERIO E CAVALCANTE, 2011). O teórico explorou e denominou a existência de indústrias motrizes (principais) e indústrias movidas (dependentes), uma em função da outra. A sua argumentação se baseia “em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, [onde este] expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia” (PERROUX, 1955, p. 146). Neste contexto a indústria motriz gera contribuição e crescimento para a economia, e induz o estabelecimento dos polos de crescimento “movendo” e criando novas indústrias.

Myrdal (1965, p.39) identifica que “o jogo das forças de mercado opera no sentido da desigualdade”, identificando a desigualdade como um problema. Conforme o autor, haveriam mecanismos que ao serem acionados, seriam respectivamente, fortalecidos pelas forças de mercado e norteariam as regiões por caminhos desconformes. A sua “Teoria da Causação Circular Cumulativa” aborda uma “constelação circular de forças, que tendem a agir e a reagir independentemente”, para o pensador existe uma circularidade das forças, sendo que um pequeno choque em determinada variável pode gerar efeitos em todo o sistema e receber resultados de outras variáveis, é um círculo de efeitos que podem ser “virtuosos” ou “viciosos” (MYRDAL, 1965, p.27).

Douglass North (1959) acreditava que o desenvolvimento regional seria alcançado por meio de uma atividade de exportação baseada nas especificidades regionais. Dessa forma, a região fomentaria sua base exportadora, diante sua economia local provocando o surgimento de polos de distribuição e cidades, estas começariam a desenvolver atividades de processamento industrial e serviços referentes ao produto de exportação. Em consequência, melhorariam suas atividades produtivas e fomentariam a diversificação setorial da região, fortalecendo sua base exportadora promovendo o desenvolvimento regional (MONASTERIO E CAVALCANTE, 2011).

No Brasil o processo de desenvolvimento econômico é reconhecido por muitas disparidades regionais. A literatura acadêmica aponta que as principais atividades produtivas se concentraram na região centro-sul do país, especialmente na região Sudeste. Nas décadas de 1960 e 1970, as ações desenvolvimentistas foram realizadas através da criação de superintendências regionais, com o objetivo de minimizar as diferenças regionais, entretanto, seus resultados não foram satisfatórios a ponto de minimizar efetivamente as desigualdades no território brasileiro. Já na década de 1980, ocorreu à crise da dívida externa, causando uma diminuição das ações do Estado e reduzindo a preocupação com as questões das diferenças econômicas regionais. Em 1990, o país passou por uma intensa abertura comercial, que mais uma vez estimulou e favoreceu a concentração das atividades produtivas nas áreas que já se destacavam e com a melhor infraestrutura (ARAÚJO, 2000).

O desenvolvimento regional é uma ocorrência multidimensional que compreende os diversos âmbitos da sociedade. É também uma forma de se pensar a realidade, de compreender a intervenção humana no território e o comportamento social no espaço. Tenório (2007) explica que existem dois direcionamentos para o desenvolvimento regional, um do ponto de vista econômico e outro do social.

A primeira orientação com enfoque econômico privilegia as relações intermediadas pelos interesses de mercado e pelas trocas neste contexto, o desenvolvimento local acaba sendo um processo interno de expansão da capacidade produtiva de determinada região. Dessa maneira, a capacidade de absorver o excedente econômico gerado nesta economia local ou atração de excedentes de outras regiões amplia a renda, o emprego e o produto, e como resultado promove o desenvolvimento da região. A segunda orientação é baseada na natureza social, onde o modelo de desenvolvimento regional perpassa a mensuração de variáveis econômicas. Essa diretriz considera as potencialidades regionais, vinculadas aos fatores sociais, naturais,

econômicos e institucionais da região, todos devem ser incluídos e estimulados para o alcance do desenvolvimento regional (TENÓRIO, 2007).

Araújo (2009, p.3) cita que um “ desenvolvimento [econômico] harmônico das regiões brasileiras requer um projeto diferente do que implantamos no século passado: requer olhar para todo o país e patrocinar as potencialidades que existem Brasil a fora”. A criação de uma sinergia entre as políticas acerca do tema é um dos requisitos mais importantes para a prática de boas políticas regionais. Dessa forma, valorizar a diversidade regional brasileira é um caminho estratégico assertivo para promover um desenvolvimento regionalmente mais harmônico.

Oliveira e Rodrigues (2000) apontam que a estrutura econômica e as condições de vida da população do Norte de Minas são muito heterogêneas, semelhantes a estrutura brasileira e aos processos de desenvolvimento. Observa-se uma disparidade produtiva, que de certa forma influencia na desigualdade regional que subsiste nesta localidade. Identifica-se a região como subdesenvolvida e, que o seu processo de integração e desenvolvimento, influiu no aumento da concentração de renda e das desigualdades sociais. Diante disso, é necessário compreender sobre as prospecções realizadas e possibilidades desenvolvimentistas para o Norte de Minas Gerais.

4.5 Reflexões sobre a economia norte mineira

Nesta sessão apresentar-se-á uma breve historiografia sobre o Norte de Minas, com seus principais acontecimentos que são base para que se conheça a proposta do mosaico norte-mineiro. Este tópico é construído para exemplificar as diferenças existentes dentro da região que é foco deste estudo. A intenção é clarificar e situar o leitor sobre os vários nortes de Minas.

4.5.1 Os vários Nortes de Minas: Caracterização do Norte de Minas Gerais

O processo de desenvolvimento das regiões em Minas Gerais não foi homogêneo, fato este que reflete particularidades de cada território mineiro, para o Norte de Minas Gerais destaca-se a “unidade política e heterogeneidade econômica e cultural”⁷.

⁷ Pereira (2007, p.15)

John Wirth (1982) ao escrever sobre o estado de Minas Gerais constrói a ideia de um mosaico mineiro, devido as regiões possuírem características distintas. Para o autor, eram várias Minas (várias sub-regiões dentro da mesma região) com diversidade populacional, ambiental e econômica.

Essa dispersão territorial promoveu disparidades no processo de desenvolvimento econômico em todo Estado. Diniz (1981) evidencia que estas muitas diferenças no território criaram um mercado espalhado o que, por consequência, produz atividades econômicas dispersas, que se tornam um problema de gestão e eficiência devido a esta espacialidade econômica.

Segundo Dulci (1999), ocorreram quatro fases na evolução da política de desenvolvimento em Minas Gerais entre o recorte temporal de 1920 a 1960. A primeira fase caracteriza-se pela diversificação agrícola (até 1940); a segunda, pela expansão industrial (1941 a 1946); a terceira, pela busca de equilíbrio entre agricultura e indústria (1947 a 1950) e a quarta fase, em que o foco foi valorizar a especialização industrial (1951 a 1960). Destacam-se três traços no modelo de desenvolvimento em Minas Gerais: a especialização produtiva, a participação de capital estrangeiro e o papel central do Estado (PEREIRA, 2007).

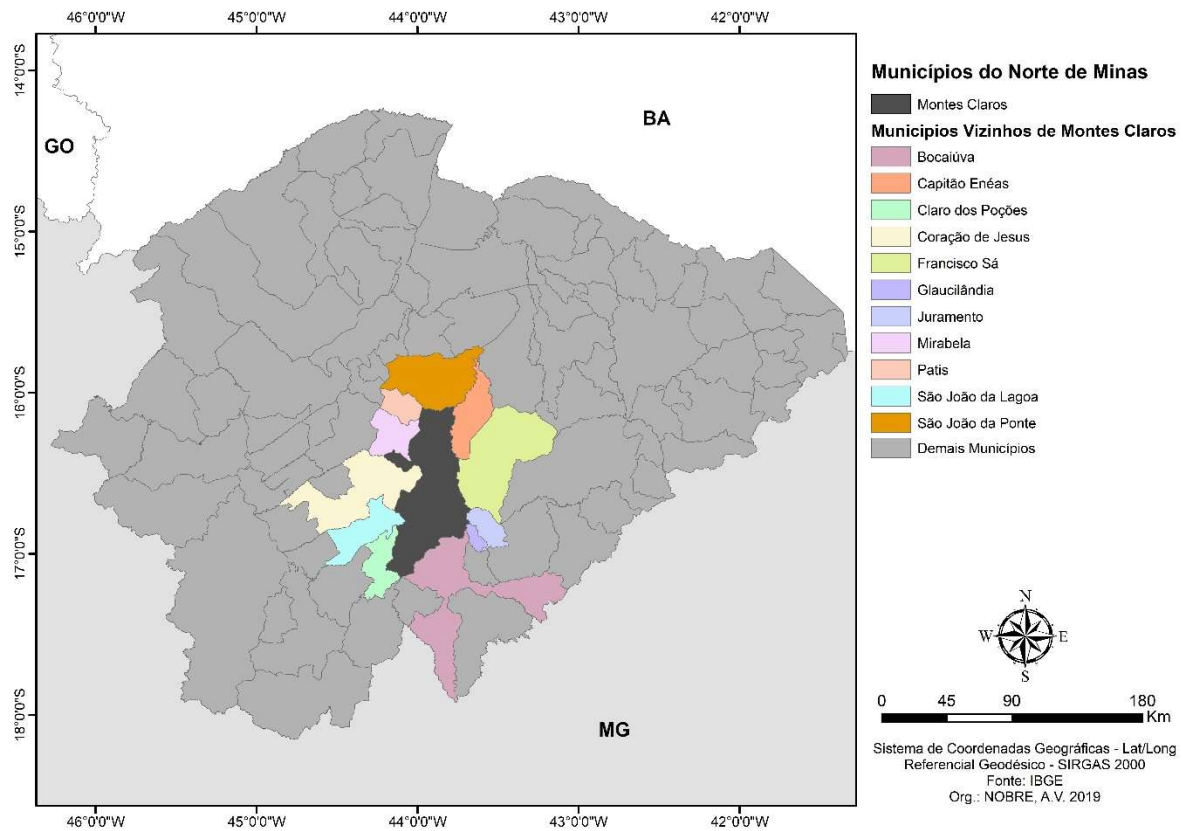
Em se tratando especificamente do Norte de Minas, constitui-se em uma mesorregião, ocupando uma área territorial de 128.602 km², compreendendo 89 municípios, Pereira (2007, p.94) descreve a região como:

“um espaço singular no contexto estadual, seja pelas características fisiográficas que apresenta, seja pelas condições socioeconômicas ou, ainda, pela constante intervenção estatal que nele tem ocorrido. Tal região é ora descrita como cheia de potencialidades, ora como “bolsão de pobreza. O que há de real nesses discursos?”

Existem vários fatores naturais, culturais, econômicos e políticos que são considerados para conhecimento de uma região. O Norte de Minas se inclui nas *Minas dos Gerais*, em uma região de configuração dual em muitos aspectos, como exemplo “tanto de pobreza quanto de riqueza, modernidade e tradicionalismo, produção e escassez, discursos e realidade” (GERVAISE, 1975, p.19).

Pereira (2007, p.94) considera que “o Norte de Minas apresenta talvez o mais espetacular dualismo do Estado a imagem de dinamismo se superpõe a uma tradição de atraso que caracteriza toda a metade norte do Estado”.

Mapa 4 – Mesorregião do Norte de Minas com destaque para os municípios vizinhos a Montes Claros



Fonte: Adaptado IBGE, 2010.

Em Minas Gerais a palavra sertão passou a referir-se à grande área ao norte, esta era considerada como uma região com problemas sociais e econômicos: “o sertão-mineiro é também um espaço estigmatizado pelo seu atraso econômico, arcaísmo social e político, violência, ainda hoje considerado base do clientelismo político e de práticas populistas”⁸; em contraponto existia uma ideologia de prospecção de desenvolvimento e de potencialidades para isso.

O que marca o processo de expansão populacional no sertão norte-mineiro é a instalação de ferrovias no início do século XX em Montes Claros e Pirapora, o que viabilizou a comercialização dos produtos e um maior intercâmbio entre os municípios da região, além de uma dinamização e integração econômica com todo país. Vale dizer que a estrutura produtiva regional não se alterou de forma significativa até meados do século XX, mas foi nesse contexto

⁸ Para entendimento dos muitos sentidos do *sertão*, ver França e Soares (2006, p.7).

que Montes Claros⁹ começou a alcançar uma posição de centro econômico e político regional do Norte de Minas (LESSA, 1993).

Considerando a região Norte de Minas o município com maior destaque é Montes Claros, sendo este o principal centro econômico regional. Dos 88 municípios restantes sobressaem os municípios de Janaúba, Bocaiúva, Januária, Pirapora e Salinas que possuem um bom nível de representatividade econômica nessa espacialidade regional (Fundação João Pinheiro, 2016).

Prosseguindo, Cardoso (1996) destaca que a construção da estrada de ferro, responsável por ligar o Centro-Sul ao Nordeste pelo Norte de Minas e pelo interior da Bahia, trouxe várias transformações que, a partir da década de 1930 mudaram sua relação com o restante do país. Pode-se constatar que através da interligação ferroviária inicia-se um processo de modernização da economia regional.

Até a década de 1950 o Norte de Minas era visto como uma região com problemas sociais e econômicos. Nessa época, em sintonia com o ideário desenvolvimentista que tomava conta do país, os grupos dirigentes do Norte de Minas articularam-se para atrair à região os recursos estaduais e federais. O papel da elite regional foi fundamental e contribuiu para o crescimento econômico e tradicionalidade identificada na região, Pereira (2007, p.38-39) aponta as seguintes ações da elite norte mineira e quem são os agentes:

Os proprietários rurais, os comerciantes e alguns industriais da região começaram a se organizar na década de 1940, tendo o município de Montes Claros como centro principal de reunião e mobilização. Em 1944, os principais fazendeiros criaram a Sociedade Agropecuária de Montes Claros (posteriormente transformada em Sociedade Rural de Montes Claros), sob a liderança de Geraldo Athayde. Em 1949, comerciantes e industriais fundaram a Associação Comercial e Industrial de Montes Claros, tendo como primeiro presidente Plínio Ribeiro dos Santos. Embora criadas formalmente para representar segmentos diferentes, as duas entidades eram integradas por um diversificado conjunto de pessoas. Da Sociedade Rural, participavam, além de proprietários rurais, médicos, advogados, farmacêuticos e comerciantes. O mesmo se repete na constituição da ACI Essa característica não se modificou com a industrialização.

O papel das elites regionais, em seus diversos segmentos, ao longo de todo o período, é visto por uma participação ativa na implementação do modelo vigente à época via industrialização por fomento do Estado. Sendo assim, observa-se que as estratégias de atuação

⁹ Principal município do Norte de Minas.

das elites regionais são homogêneas, os líderes da pecuária, da política e do comércio se tornam os líderes da indústria (embora tenha atraído líderes extra regionais), logo não há competição e sim continuidade e integração dos mesmos. Os novos espaços que surgem com a chegada da indústria são ocupados por essa elite, que reproduz o mesmo modelo econômico e social de desenvolvimento em qualquer setor produtivo da região.

O reconhecimento do papel ativo das elites regionais não equivale a desconsiderar as implicações de ordem nacional presentes na industrialização do Norte de Minas, a qual também ocorreu por razões nacionais e internacionais, pela dinâmica do desenvolvimento do capitalismo no país e em suas relações com o capital internacional.

O acontecimento que consensualmente foi um divisor de águas na região se deu na segunda metade do século XX, década de 1960, quando o Estado e a União projetaram a região norte-mineira dentro da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene¹⁰, em que os incentivos fiscais e financeiros foram destinados à modernização do campo e à industrialização, inicia-se a era Sudene.

Sobre o processo de desenvolvimento da região e o seu impacto para a população sertaneja, Dayrell (1998, p.191) diz que:

O processo de “desenvolvimento” recente nessa região, considerada uma das mais pobres do estado, foi conduzido pelo poder público e não levou em consideração as populações camponesas, indígenas, quilombolas, pescadores, coletores, etc. que aí viviam secularmente. Privilegiando as oligarquias tradicionais e os setores industriais e agroindustriais da sociedade, deu-se início a modernização da região. **Foram priorizados investimentos públicos e financiamentos subsidiados destinados a grandes projetos de pecuária, irrigação, reflorestamentos monoculturais, estímulo a monocultura do algodão, difusão de práticas agrícolas ditas modernas, associados com a instalação de um parque agroindustrial, e de indústrias extrativas e de ponta (biotecnologia, veterinária e ótica, etc.)** [Grifo nosso].

Segundo Moreira (2010, p.23) a partir da existência da Sudene, os incentivos fiscais e financeiros possibilitaram a modernização da estrutura socioeconômica e político-cultural regional, houve:

“a expansão das relações capitalistas de produção apoiadas nas ações governamentais propiciaram: mercantilização da terra, a transformação da fazenda em empresa rural passível de investimentos e financiamentos incentivados, a industrialização de

¹⁰ Em 1959, o Norte de Minas foi incluído na área da Sudene por meio da Lei n. 4.239.

algumas cidades regionais e a implantação de projetos de irrigação tanto institucionais (Jaíba e Gorutuba) quanto privados.”

Durante a década de 1960 ocorreram ações que visavam preparar a região para industrialização. Neste período foram construídas infraestruturas que deram suporte aos projetos industriais. Em 1965, foi concluída a ligação elétrica das cidades de Montes Claros e Pirapora com o sistema Três Marias, e em 1972, foi inaugurada a pavimentação asfáltica entre Montes Claros e Corinto, interligando a região com a BR 040 e com Belo Horizonte. Também, na segunda metade dos anos 1960, foi implantado o distrito industrial de Montes Claros e iniciado o de Pirapora. O principal fator na atração de investimentos foram os incentivos fiscais. Havia incentivos nas três esferas do Estado, com destaque para isenção do Imposto de Renda por até 15 anos (Federal), reembolso de 60% do ICMS por cinco anos (Estadual) e isenção de todos os impostos municipais (casos de Montes Claros e Pirapora) (OLIVEIRA, 2000).

Segundo Cardoso (1996) o Norte de Minas apresentou três fases bem diferentes em sua configuração espacial, econômica e produtiva. A primeira fase se deu por meio do povoamento, ocupação da região até a criação da Sudene, as atividades características deste período são descritas como pecuária extensiva por meio da expansão dos currais de boi, produção agrícola de subsistência, produção agropastoril para abastecimento das áreas mineradoras entre outras.

Já a segunda fase ocorreu no período da década de 1960 com a preparação da região para o recebimento dos novos capitais trazidos pela Sudene com o objetivo de reinserir a região no eixo produtivo nacional. O destaque das atividades fica pelo fomento do Estado em incentivar e fortalecer a industrialização no Norte de Minas.

A terceira fase compreendeu as décadas de 1970, 1980 e 1990 onde tem-se uma nova configuração econômica na região em resposta aos programas e políticas implementadas. Vale destacar que é neste momento que acontece e se percebe mudanças significativas na realidade econômica. Observa-se o desenvolvimento de todos os setores (primário, secundário e terciário) na representatividade econômica, com a chegada de indústrias diversas, carvoarias e reflorestamentos intensos, projetos agroindustriais e de fruticulturas e aumento do grau de urbanização (PEREIRA,2007).

4.6 O mosaico Norte-Mineiro¹¹

O Norte de Minas Gerais possui nuances/sutilezas/particularidades geográficas, culturais, econômicos e sociais: distintos e complementares. Ao realizar o estado da arte para esta pesquisa, identificou-se diferenças de abordagem das categorias dentro da região, que possui a maior extensão territorial do Estado com 128.602 km². Diante desse território vasto, propõem-se aqui a organização das localidades existentes dentro desta mesorregião por suas semelhanças comuns: sejam geográficas ou econômicas.

Conforme o IMRS (2017), a mesorregião do Norte de Minas tem cerca de 1.706.793 milhões de habitantes que representam 8,16% da população mineira (20.908.631 milhões). A sua população é predominantemente urbana, embora possua uma taxa de urbanização média de 60.85%. A mesorregião possui o sétimo maior PIB - Produto Interno Bruto de Minas Gerais, sendo responsável por 4,5% no total (23.651.818,51 milhões) e contribui com 2,1% das exportações e 5,6% dos empregos formais no Estado. Na composição do valor adicionado bruto por atividade econômica o Norte de Minas, para o ano de 2016, tem sua geração de renda concentrada no setor de serviços (75,5%), seguida pela indústria (16,4%) e pela agropecuária (8%) (Fundação João Pinheiro, 2016).

Seguindo a análise, ao observar individualmente cada atividade, nota-se maior contribuição da mesorregião para Minas Gerais na geração do valor adicionado da agropecuária (7,0%), seguida dos serviços (4,4%) e, por último, da indústria (3,0%). Dentre as atividades econômicas desenvolvidas na região, destaque para agricultura, pecuária, ferro-liga, metalurgia, reflorestamento, têxteis, frutas e minerais não metálicos (AMM, 2019).

Nunes (2019) em seu trabalho calcula três indicadores mesorregionais, são eles: PIB – Produto Interno Bruto (PIB-M), PIB *per capita* – Produto Interno Bruto *per capita* (PIB – M *per capita*) e o Índice FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro de desenvolvimento mesorregional (IFD – M). Estes serão apresentados na Tabela 1 para apontar sobre a economia regional do Norte de Minas nos anos de 2011 a 2016, este período foi demarcado pela disponibilidade dos dados encontrado pela autora.

¹¹ Inspirado no mosaico mineiro apresentado por Otávio Dulci, em seu livro *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*, 1999.

Os indicadores que serão apresentados na Tabela 1 (IFD-M, PIB-M e PIB-M *per capita*) foram calculados por meio dos seus valores municipais e são úteis para observar o nível de desenvolvimento da mesorregião. O Índice FIRJAN engloba três áreas do desenvolvimento: emprego e renda, educação e saúde, possui uma margem de valor entre 0 e 1, o que significa que quanto mais próximo de 1 melhor será o desenvolvimento da região. Para indicar o crescimento econômico e o potencial produtivo do Norte de Minas, Nunes (2019) realizou a estimação do PIB-M, através do cálculo do somatório dos valores dos PIBs municipais (retirados do IMRS/FJP) que compõem a mesorregião. O PIB-M *per capita* seguiu a mesma base de dados, o objetivo foi identificar a parcela do PIB referente a cada habitante e para isso foi feita a divisão do PIBs municipais anuais pela quantidade de habitantes (NUNES, 2019).

Tabela 1 - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Mesorregional (IFD-M), Produto Interno Bruto (PIB-M) e Produto Interno Bruto *per capita* (PIB –PC), Norte de Minas, 2011 -2016

Ano	IFD–Mesorregional (média anual)	PIB Mesorregional (R\$ à preços correntes)	PIB Mesorregional - PC
2011	0.6012	15.205.872,96	5.804,28
2012	0.6269	18.948.239,01	-
2013	0.6362	19.128.049,01	-
2014	0.6307	20.861.547,37	-
2015	0.6198	21.276.028,44	-
2016	0.6423	23.651.818,51	8.459,78

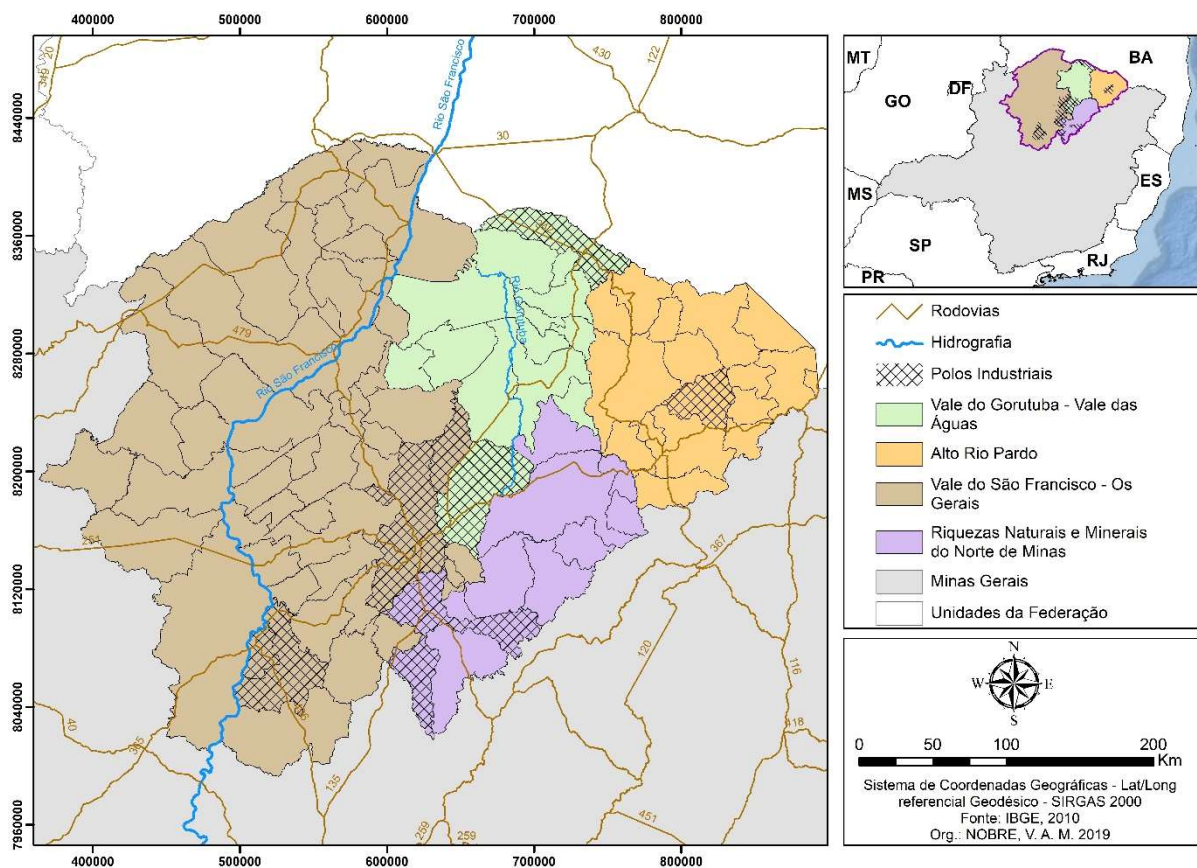
Fonte: Elaborado por NUNES (2019) a partir dos dados do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal e do IMRS da Fundação João Pinheiro, 2019. Adaptado.

Conforme Tabela 1, o desenvolvimento da mesorregião segundo o IFD - M se enquadra como moderado, isso pelo parâmetro da FIRJAN que classifica os municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 com o estágio de desenvolvimento moderado. A classificação moderada é predominante em todos os anos (2011 a 2016) atingindo a média de 0,6261, ao longo desse período ocorreram aumentos gradativos, porém, o índice ficou muito mais próximo de 0,6 do que de 0,8 expressando um nível de desenvolvimento estacional. O PIB – M apresentou melhorias ao longo do tempo, com acréscimo de mais de 8 milhões para o último ano (2016), o que representa um leve crescimento econômico para a localidade. Em relação ao PIB – M *per capita*, este diante do seu cálculo (divisão da atividade produtiva pela população) auxilia na demonstração do nível de desenvolvimento local, os valores na Tabela 1 revelam que o Norte

de Minas possuiu uma alta no nível de produção econômica territorial por pessoa, o incremento ao longo da série histórica é de 2.655,5 por habitante.

Com a exposição destes indicadores e com o entendimento que o desenvolvimento tem sido moderado no Norte de Minas, organizou-se a mesorregião por localidades que representam os vários “nortes”, isso por meio das suas disparidades e correspondências identificadas na realização da pesquisa. Elaborou-se esta divisão através dos seus pontos regionais com inferências comuns (seja proximidade, economia, ritos culturais e formatos de vida) ou áreas de influência econômica; inspirado nas diversas categorizações existentes, constrói-se perante a literatura destas nomenclaturas locais do Norte de Minas: o Mosaico Norte-Mineiro (cartografado no Mapa 5).

Mapa 5 – Mosaico Norte-Mineiro



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

O mosaico norte-mineiro está organizado em cinco categorias regionais norte-mineiras, são elas: Vale do São Francisco – Os Gerais, Polos Industriais, Vale das Águas, Alto Rio Pardo e Riquezas Naturais e Minerais do Norte de Minas, em cada uma descreve-se

brevemente suas principais características. A intenção é de clarificar e apontar, as particularidades dessa região, detalhando de forma objetiva os vários “nortes” que a compõe.¹²

4.6.1 Territórios do Norte de Minas

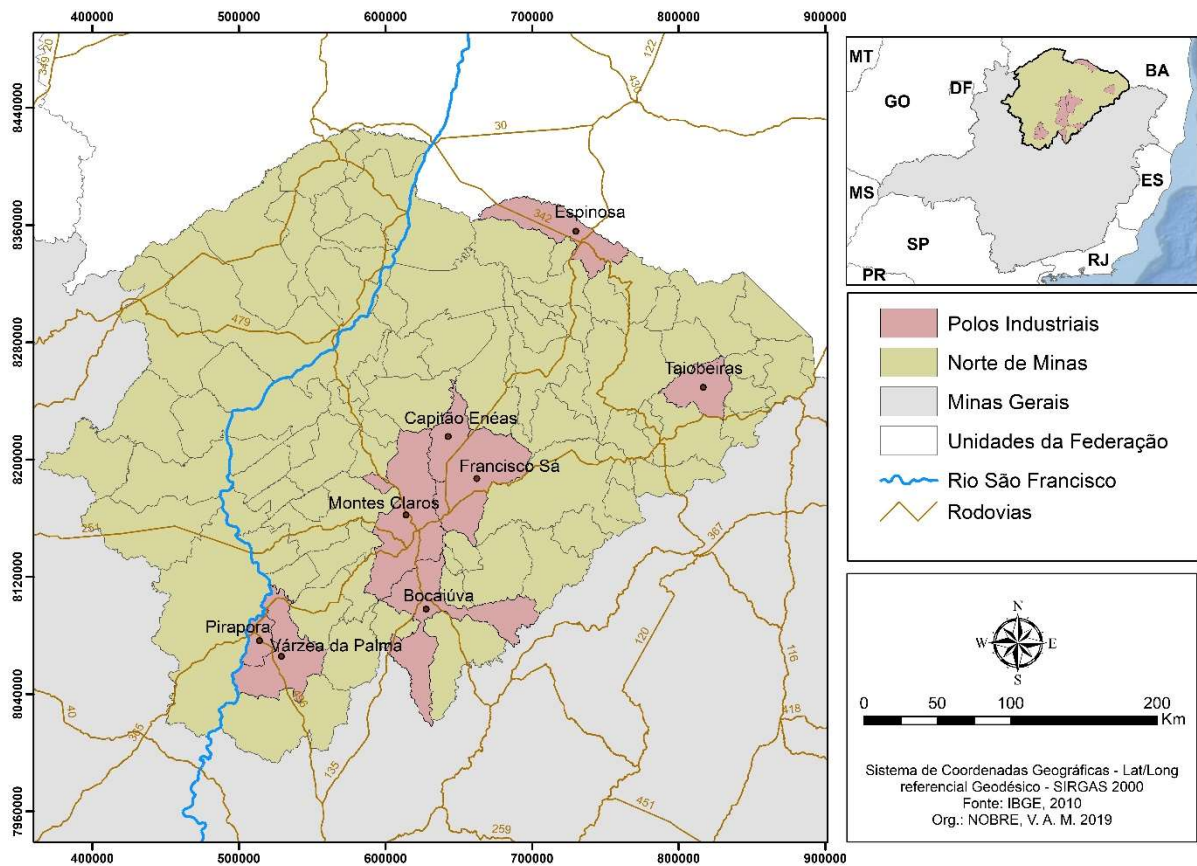
a) Polos Industriais

Nesta região se encontra as cidades que absorveram incrementos estatais e possuem um pequeno distrito industrial, organizou-se neste tópico as cidades que no Norte de Minas possuem indústrias e podem vir a ser potenciais polos industriais. Destaca-se Montes Claros, com o maior e melhor distrito industrial, com maior diversificação de indústrias e maior geração de empregos neste segmento, esta cidade já é considerada como polo industrial regional.

A industrialização incentivada conectou a economia norte mineira ao modelo industrial. Contudo, em escala regional, essa estratégia promoveu a concentração geográfica das indústrias; apenas Pirapora e Várzea da Palma que estão à margem do Rio São Francisco e um pouco afastadas das demais, mas as outras como mostra o Mapa 6 são próximas.

¹² A escolha da organização das regiões foi feita de forma livre pela autora desta dissertação. Dessa forma, na sua visão como pesquisadora permitiu-se classificar essas regiões pelas características escolhidas e descritas no corpo do texto.

Mapa 6 – Polos Industriais

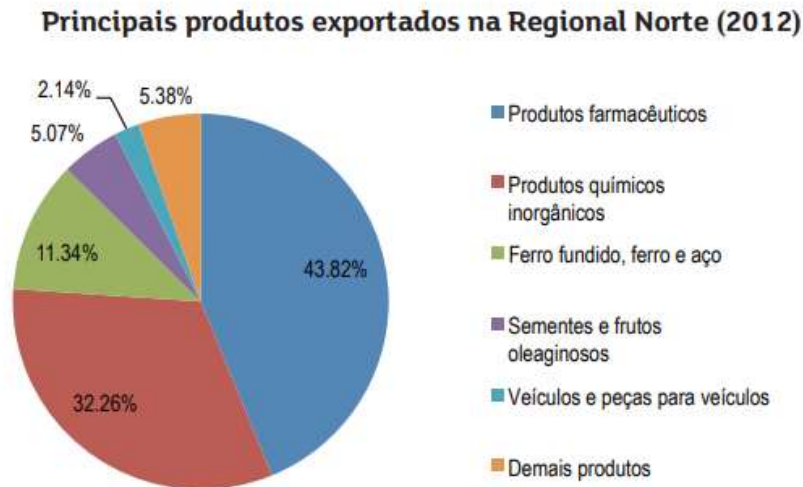


Fonte: Elaboração da autora, 2019.

As atividades econômicas desenvolvidas neste território são: ferro-liga, metalurgia, reflorestamento, têxteis, confecção, frutas, produtos farmacêuticos, minerais não metálicos entre outros

O setor de farmoquímicos e farmacêuticos do Norte de Minas, por exemplo, possui grande peso no estado, na geração de empregos e exportação, com destaque para a indústria de fabricação de vacinas e insumos de saúde animal em Montes Claros. Na Figura 1, têm-se os principais produtos exportados na mesorregião para o ano de 2012.

Figura 1 – Principais Produtos Exportados no Norte de Minas em 2012



Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC, 2012).

Fonte: FIEMG, (2017).

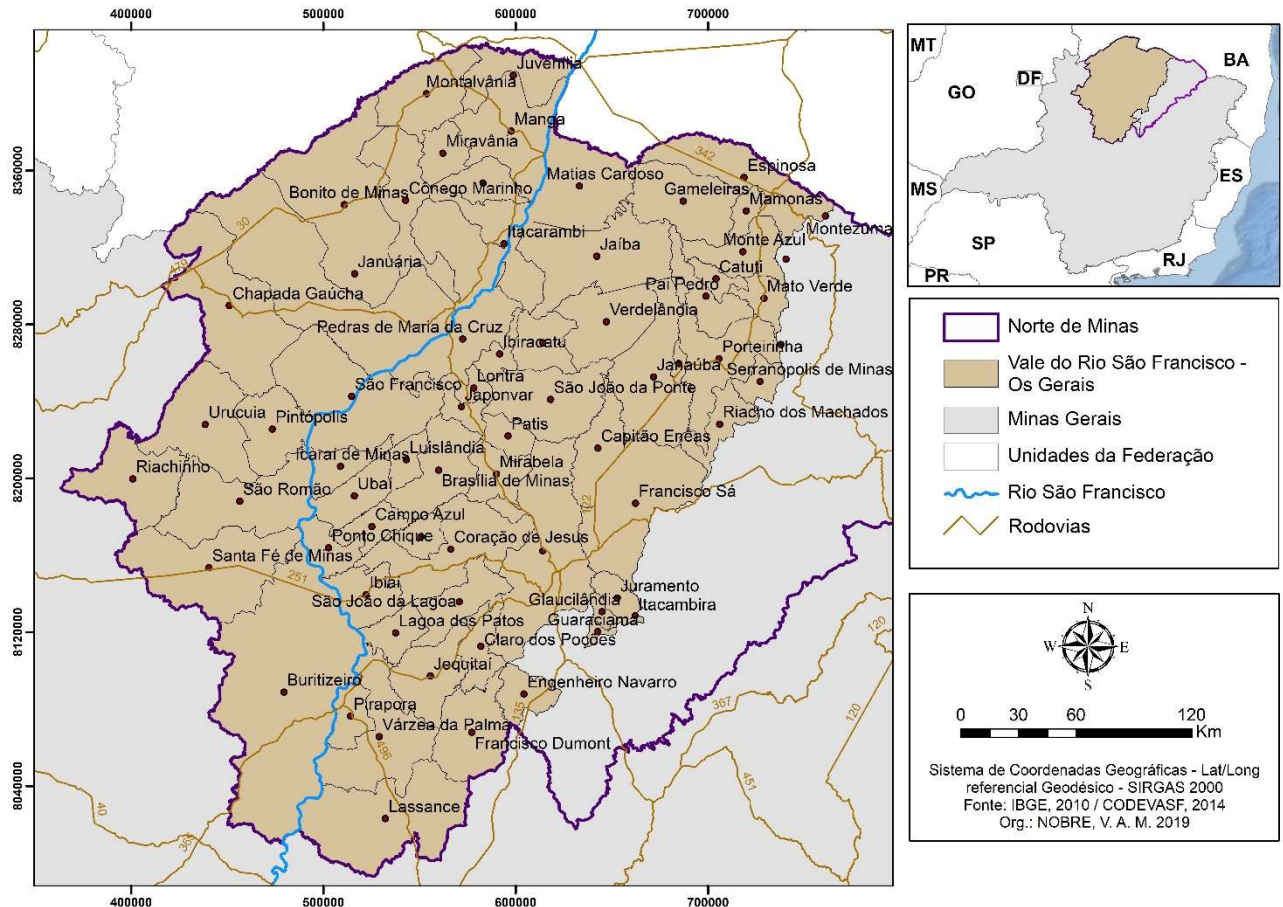
Os polos industriais em construção que foram identificados na mesorregião foram as cidades de Bocaiúva, Capitão Éneas, Espinosa, Francisco Sá, Pirapora, Taiobeiras e Várzea da Palma.

b) Vale do Rio São Francisco: Os Gerais

Apresentam-se aqui os municípios do Norte de Minas que possuem influência “são franciscana”, conforme Mapa 7. Segundo Cabral (1985, p. 88) nesta região tem-se os “gerais” e os “geralistas”, a diferença decorre por ser uma região maior que as demais, e como muitas semelhanças e diferenças. Compreende boa parte do Norte de Minas, o que permiti dizer que os gerais fazem parte da essência norte mineira. Assim, “ [nesta região] existem os meio ageraisados e os gerais propriamente ditos”.

Os ageraisados/geralistas se registram as terras mais afastados do Rio São Francisco, possui uma vegetação mais densa, com porte de madeira expressivo. Engloba chapadas do cerrado com boa pastagem para o gado que cobre boa parte do território, cita-se os municípios de Jequitaiá, Coração de Jesus, São João da Ponte, Brasília de Minas, Varzelândia, Mirabela entre outros que fazem parte dessa compreensão (CABRAL, 1985).

Mapa 7 – Vale do São Francisco: os Gerais



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

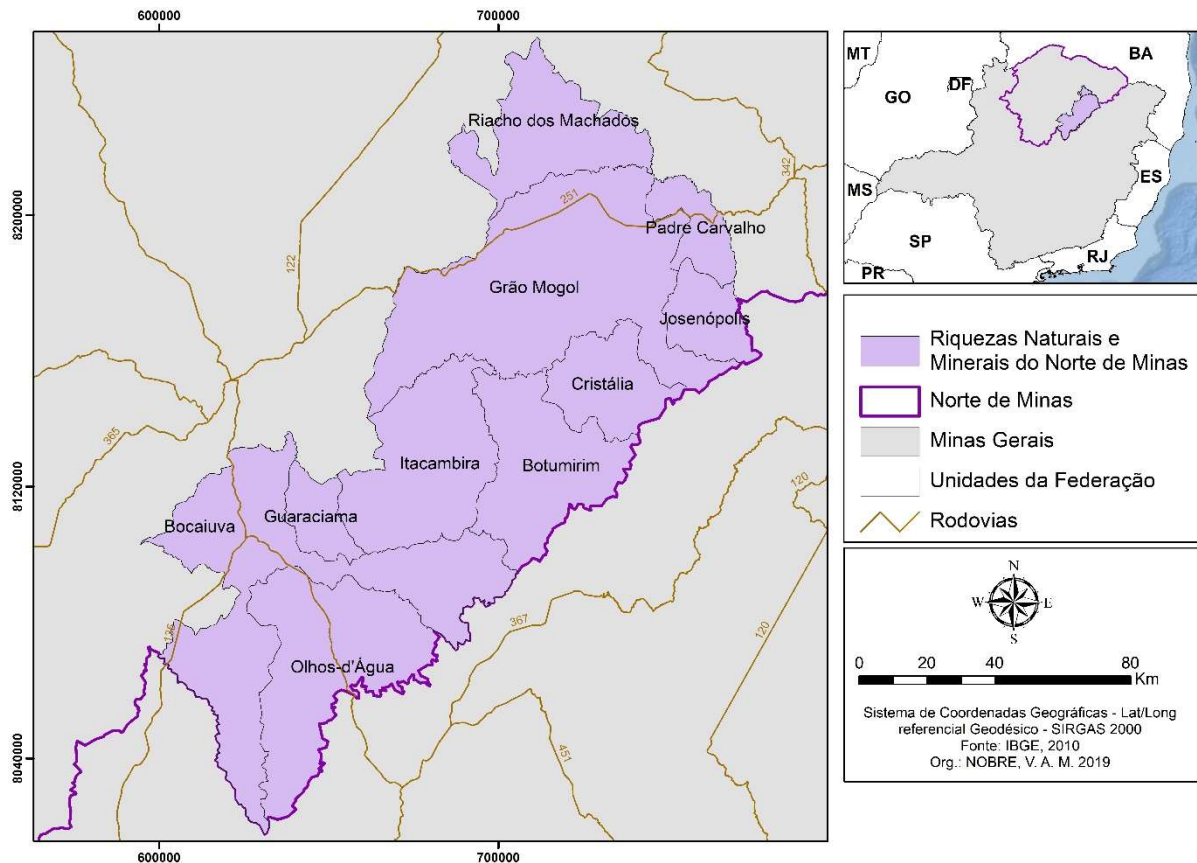
Já os Gerais, os “*geraizeiros*” se encontram nas proximidades do correr do Rio São Francisco, são os barranqueiros e populações ribeirinhas, neste envolto atuam na agricultura familiar, na pesca e comércio. São muitos os cursos d’água que descem dos “boqueirões” para desaguar no rio São Francisco, e pelo caminho são encontradas veredas, vazantes e vales. Estes se adaptaram com sabedoria às características do bioma e às suas possibilidades de produção. Muitas vezes, eles dividem uma propriedade comum, conhecida como quintais, onde plantam e criam animais. Dessa forma, garantem a sustento familiar e comunitária. O excedente é comercializado em comunidades vizinhas ou em feiras (REDE CERRADO, 2019).

c) Riquezas Naturais e Minerais do Norte de Minas

Esta composição das cidades no mosaico, se dá por estas representarem as localidades em que se encontram a instalação de atividades de mineração (por exemplo na

cidade de Riacho dos Machados), além de compreender em seu ambiente várias cachoeiras, grutas, montanhas entre outras paisagens com grande potencial turístico. O Mapa 8 apresenta a regionalização das Riquezas Naturais e Mineraias do Norte de Minas.

Mapa 8 – Riquezas Naturais e Mineraias do Norte de Minas



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

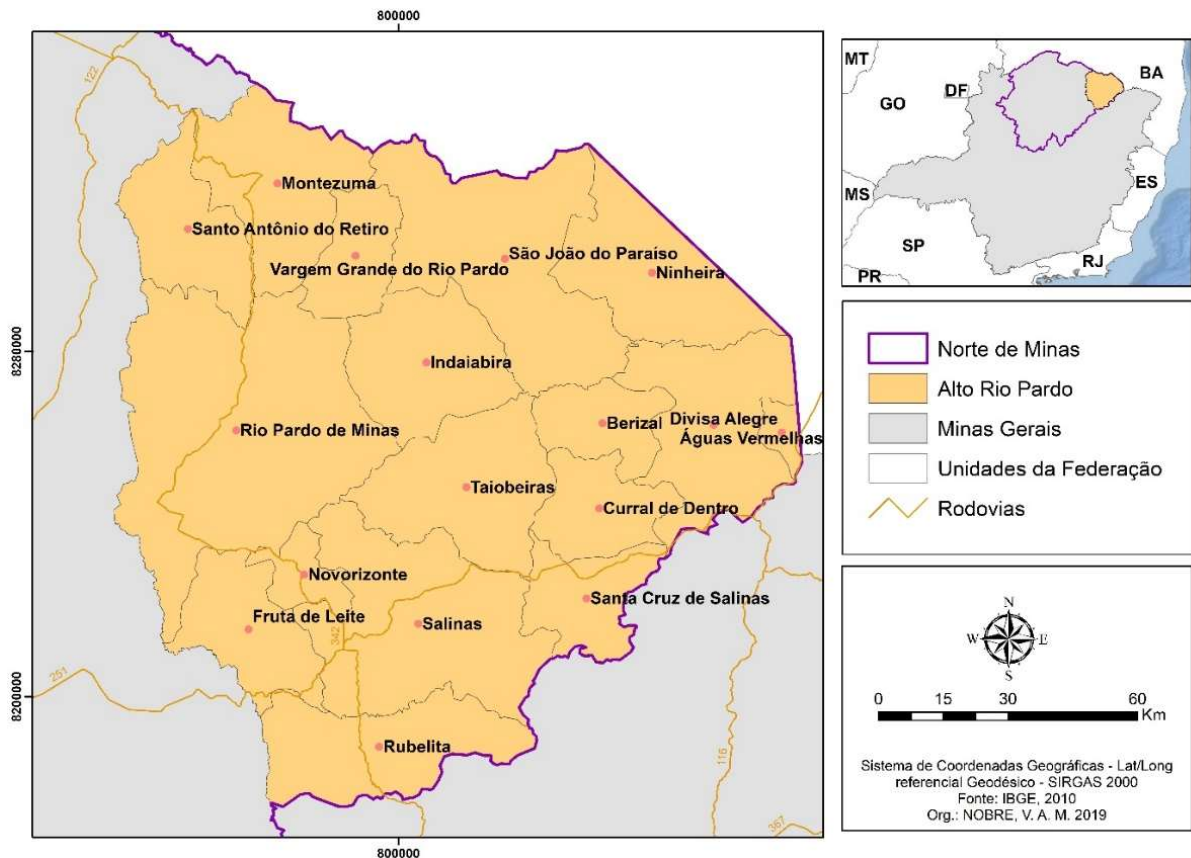
A região Norte de Minas não tem somente minério de ferro. Foram identificadas ocorrências de níquel, apatita (fosfato), granitos, mármore, terras raras, manganês, rochas ornamentais, lítio, diamante e sílica (quartzo). Isto sem contar as jazidas de gás natural, que vão permitir a instalação de empresas não só para uso direto do gás, como também para produção de energia (VERBETE, 2012).

Vale ressaltar que deve ser realizado um estudo priorizando as questões ambientais e as regionalizações das cidades com potencial de mineração, para que não haja impacto social e ambiental na região e, projete-se um desenvolvimento sustentável.

d) *Alto Rio Pardo*

Região já definida nos parâmetros microrregionais do IBGE (2010), possui características agroextrativista, muitas plantações de eucalipto em seu território e um potencial produtivo para o café (valeiro cafeeiro). Sua área é de transição entre os biomas Cerrado e Caatinga, o Alto Rio Pardo (Mapa 9) abrange uma região de 16.502,30 Km² envolvendo 15 municípios mineiros: Vargem Grande do Rio Pardo, Curral de Dentro, Fruta de Leite, Indaiabira, Rio Pardo de Minas, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, Berizal, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Rubelita, Salinas, São João do Paraíso e Taiobeiras. Sua população está estimada em cerca de 192 mil habitantes, dos quais 86 mil vivem na área rural (IBGE,2015).

Mapa 9 – Alto Rio Pardo



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

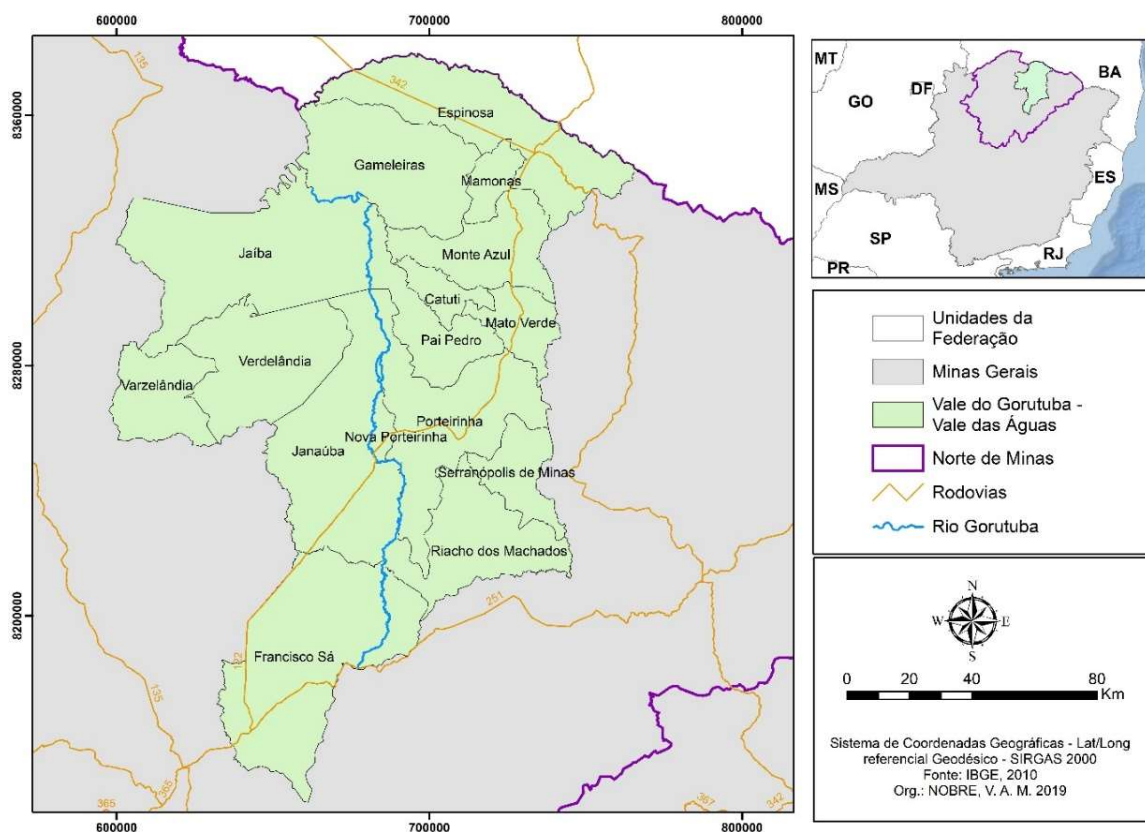
O que caracteriza a região do Alto Rio Pardo é sua alta biodiversidade, com fauna e flora típica de paisagens do Cerrado e de transição com a Caatinga e a riqueza cultural de suas populações no convívio com seu território. Apesar dessas riquezas, a região sofre vários

desgastes, principalmente devido ao uso inadequado dos solos com agricultura irrigada, mineração e monocultura de eucalipto praticadas por grandes fazendas e empresas. Com a substituição da vegetação nativa promovida pelos grandes empreendimentos ao longo dos anos, vieram a degradação dos solos, assoreamento dos rios e a destruição das nascentes (TC Alto Rio Pardo, 201-).

e) *Vale do Gorutuba: o Vale das águas*

O Vale do Gorutuba é denominado de Vale das Águas (Mapa 10), devido à forte presença dos projetos de irrigação existentes em sua área, estes foram instituídos pela Codevasf em grande parte. Caracteriza-se pelo clima do tipo semiárido, ocasionando limitações ao desenvolvimento da produção agrícola, que é a principal atividade econômica da região. A base desse desenvolvimento é a presença de um manancial de água superficial que foi conseguido com a construção, pela Codevasf, da Barragem do Bico da Pedra, que serve como fonte permanente de água para ser usada na irrigação.

Mapa 10 – Vale do Gorutuba: Vale das Águas



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

A Barragem do Bico da Pedra possui uma área total de 3.830 ha de bacia hidráulica (espelho d'água), com a função de armazenar água para irrigação do Rio Gorutuba, para abastecimento humano e recreação. A construção desse empreendimento permitiu a criação de uma forte agricultura irrigada consolidada, com a presença de dois perímetros de irrigação, o Perímetro de Irrigação Gorutuba - PGO e o Perímetro Lagoa Grande – PLG (CODEVASF, 2019).

Outro município que possui a irrigação em sua estrutura é o Jaíba. O Projeto Jaíba é um perímetro de irrigação que foi concebido para criar um centro de produção agroindustrial, tendo em vista que grande parte dos solos, quando irrigados e corretamente corrigidos, com o uso de calcário e adubos, passam a ser produtivos, é o caso do Vale das Águas que é o polo de fruticultura do Norte de Minas (SEAPA, 2010).

Neste tópico apresentou-se de forma breve e direta a interpretação de que a região Norte de Minas é um mosaico que se complementa nas suas diferenças e semelhanças. A proposição do Mosaico Norte-Mineiro, observa as características comuns das principais atividades desenvolvidas em cada categoria do território aqui organizado, não se aprofundou em todas as características econômicas.

4.7 Montes Claros: A capital do Norte de Minas

“Quem quer que pretenda integrar fisicamente a região Norte de Minas, tem que atentar para a posição em que se coloca cada unidade celular, bem como, para as suas afinidades históricas, culturais e econômicas com aquela que é o maior centro regional: Montes Claros.”

(Cabral, 1985, p.15)¹³

O escopo desta sessão é expor as questões relevantes nos âmbitos históricos e regionais do município de Montes Claros, descreve-se a relevância do município, pontos econômicos além do seu papel dentro da região e visa demonstrar a importância deste município para a economia norte mineira.

¹³ O Sertão Norte- Mineiro, 1985 p. 15.

4.7.1 Os Montes Claros e seu desenvolvimento

O recorte espacial e objeto deste item é apresentar a cidade de Montes Claros, que se estabelece como a sexta maior do estado de Minas Gerais, em termos populacionais (IBGE, 2016). Sua origem está atrelada ao Arraial das Formigas, a Fazenda Montes Claros, uma origem sustentada no setor agrário que se transforma em município¹⁴ de Montes Claros no ano de 1832.

O próspero Arraial de Formigas que se tornaria Arraial de Nossa Senhora da Conceição e São José de Formigas foi elevado à categoria de Vila por lei de 13 de outubro de 1831. Em 16 de outubro de 1832, foi instalado o município – Montes Claros de Formigas – com Câmara Municipal. Assim, Montes Claros foi emancipado em relação ao Município de Serro, passando a ter seu próprio poder legislativo – a Câmara Municipal –, o executivo, exercido pelo Agente Executivo, e o judiciário. Isto significa que Montes Claros detém, desde 1832, autonomia jurídica, política e administrativa (PEREIRA e OLIVEIRA, 2003).

Desde sua fundação a cidade de Montes Claros se destaca como um dos principais núcleos da região, isso ocorre pelas ações que aconteceram em seu caminhar histórico, como por exemplo, a partir da chegada da ferrovia por sua localidade e também por absorver intervenções estatais na indução do desenvolvimento regional.

Os incentivos para o crescimento econômico estão relacionados ao desenvolvimento do setor industrial, que foi proporcionado pela intervenção do Estado por meio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, isso a partir da década de 1959 quando a região que já fazia parte do “Polígono das Secas”¹⁵ é inserida na “Área Mineira de atuação da Sudene”.

O início da década de 1970 foi marcado pela transformação do ambiente urbano de Montes Claros. Isso muito pela participação ativa da Sudene e o conseqüente processo de

¹⁴ Unidade autônoma de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil. Sua criação, incorporação, fusão ou desmembramento depende de leis estaduais, que devem observar o período determinado por lei complementar federal e a necessidade de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações envolvidas, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei. Os municípios são regidos por leis orgânicas, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal do Brasil, e na constituição do estado onde se situam, e podem criar, organizar e suprimir distritos. A localidade onde está sediada a prefeitura municipal tem a categoria de cidade (IBGE,2010).

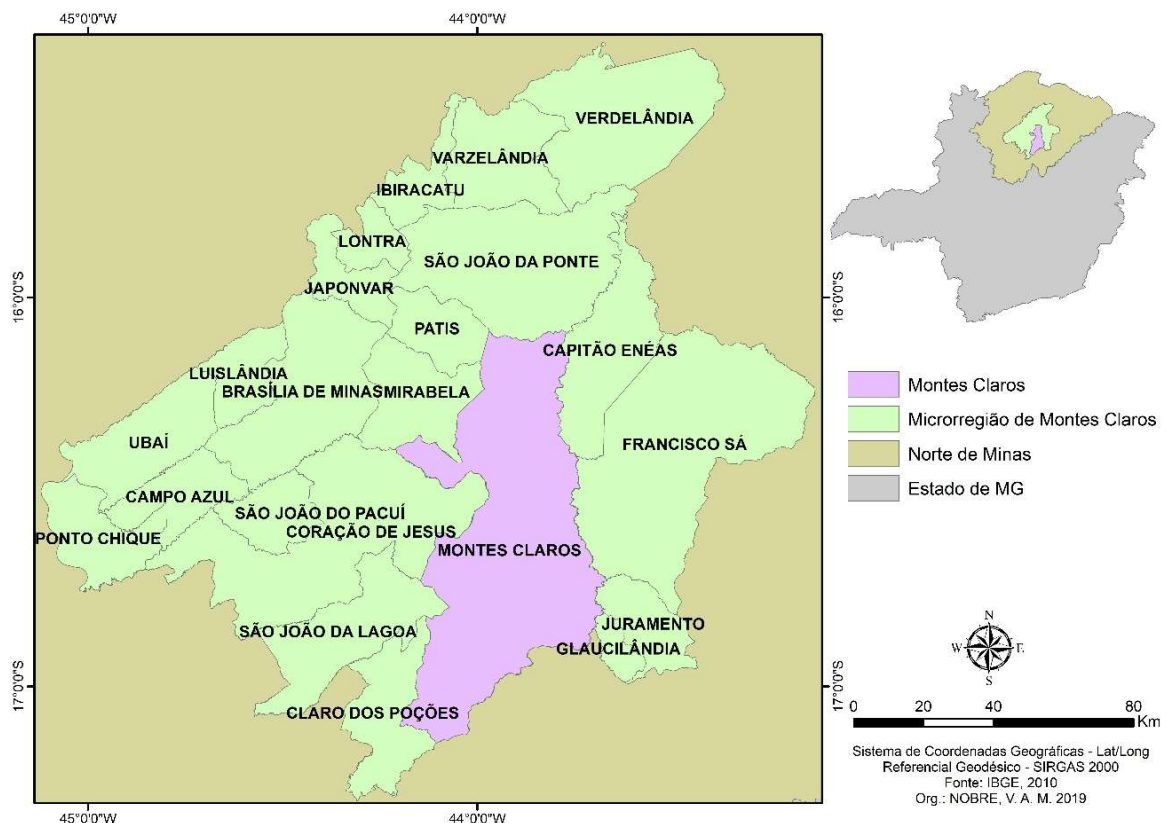
¹⁵ Foi criado pela Lei Federal em 7 de janeiro de 1936, ocorreram muitas mudanças ao longo tempo sobre sua delimitação e particularidades, assim o Decreto-Lei de nº 63.778, de 11 de dezembro de 1968, delegou à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) a competência de declarar os municípios pertencentes ao Polígono das Secas (ARY, 2013).

industrialização ocorrido na cidade. O dinamismo econômico vai reforçar seu papel de destaque a nível regional.

4.7.2 Montes Claros: características locais

Na segunda metade do século XVII inicia-se a ocupação da porção territorial que seria a localidade de Montes Claros, por meio dos membros da Bandeira que fazem a fundação da Fazenda Montes Claros as margens do Rio Verde Grande. A base econômica da região era a pecuária bovina, apesar de ser marcada pela baixa produtividade, as atividades desenvolvidas eram em grande maioria de cunho agrário. As atividades ligadas a cana-de-açúcar também tinham relevância para a economia da cidade a produção de algodão influenciou na instalação da indústria têxtil, ao final do século XIX Montes Claros¹⁶ já era o principal centro urbano e comercial da região (VIANNA, 1916).

Mapa 11 – Mapa da Microrregião de Montes Claros



Fonte: Adaptado do IBGE, 2010.

¹⁶ Em 3 de julho de 1857, o município de Montes Claros criado em 1831 e instalado em 1832 (emancipação política administrativa), passa a ser chamado de “cidade”, o que não alterou em nada os seus aspectos jurídicos, administrativos e políticos, houve apenas a exclusão do nome “formigas” de “Montes Claros de Formigas” para Montes Claros (PEREIRA e OLIVEIRA, 2003).

A história da cidade é bem caracterizada e contada por diversos autores, as publicações são escritas por memorialistas, historiadores, economistas, sociólogos, antropólogos, políticos, entre outros, que narram suas experiências sobre esta terra.

Montes Claros possui moradores com vivências diferenciadas. O contexto histórico da cidade revela quantas fases foram sendo construídas, desconstruídas e reconstruídas ao longo dos anos (REIS, 2011).

Paula (2007) descreve, que a economia de Montes Claros, desde sua origem girava em torno da agricultura e da pecuária. Apesar da forte presença na agropecuária, Montes Claros desde a década de 1960 até os dias de hoje, possui em seu espaço grande participação de indústrias com importância para a região e o país.

Vale destacar que esta trajetória histórica de Montes Claros a transformou no polo de desenvolvimento econômico e cultural. O título de “Princesinha do Norte de Minas” firmado no imaginário local na época do aniversário centenário da cidade, intensificava a disseminação do desenvolvimento e o progresso como fator de integração da região, sendo Montes Claros o promotor desta possibilidade no Norte de Minas, por isso o “chavão” princesa do desenvolvimento (PEREIRA, 2002).

Barbosa (1995) descreve que a história de Montes Claros deve ser dividida em três partes principais, como segue:

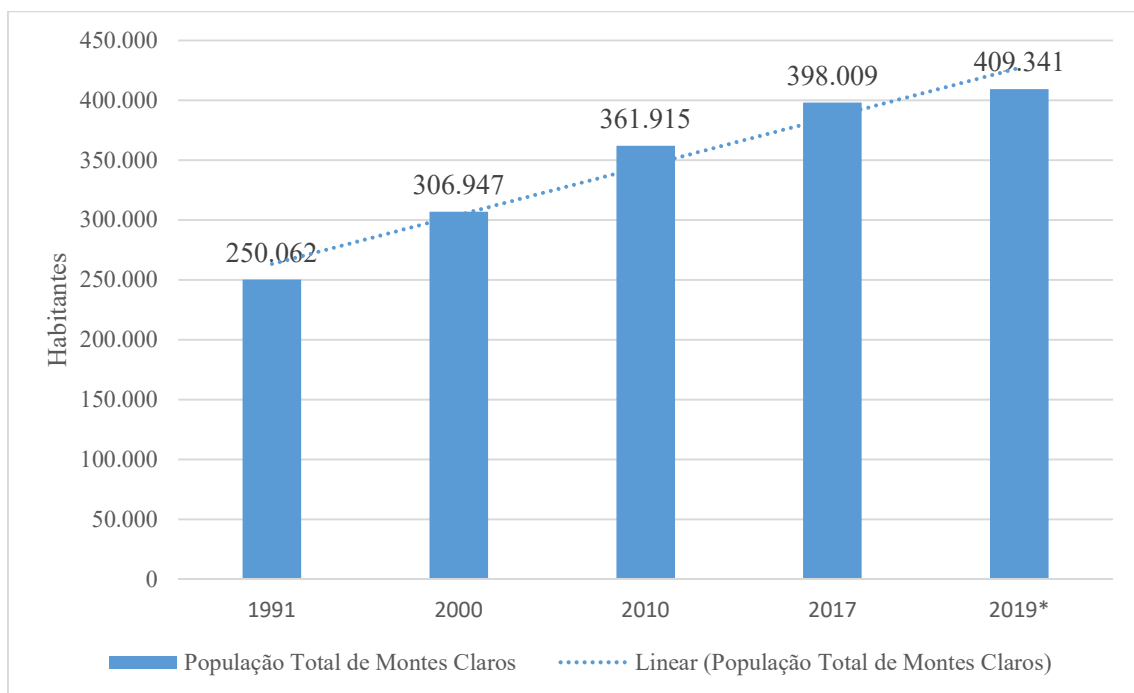
[...] a história de Montes Claros deve ser dividida em três partes principais: a 1ª vai até a inauguração da estação ferroviária, em 1º de setembro de 1926; como ponta de trilhos, Montes Claros tomou, a partir daquela data, extraordinário impulso, passando a funcionar como verdadeiro centro da importante região. Essa segunda fase prolongou-se até a instalação da SUDENE que, a princípio, não despertou o interesse dos mineiros; mas, em seguida, criou, em Montes Claros, legítimo polo de convergência de todos os municípios do Norte de Minas. A transformação que, desde então, se operou, em Montes Claros, foi qualquer coisa de impressionante. Hoje, Montes Claros atravessa sua fase de maior desenvolvimento, como grande centro industrial e comercial (BARBOSA, 1995, p. 210).

O município de Montes Claros localiza-se no Norte de Minas Gerais e ocupa uma extensão territorial de 3.576,76 km². Conforme projeção para o ano de 2019, conta com população estimada em 409.341 habitantes e uma densidade demográfica calculada em 114,44 habitantes por km² configurando o sexto lugar na hierarquia dos municípios mais populosos do

estado de Minas Gerais. Trata-se de uma cidade média¹⁷ urbanizada, com taxa de urbanização de 89%, isto é a maioria de seus habitantes vivem na área urbana, apenas 11 % vive na zona rural (IBGE, 2019).

A Figura 2 mostra a evolução da população total residente em Montes Claros nos anos de 1991, 2000, 2010, 2017 e 2019. Em 1991 a população total foi de 250.062 habitantes, em 2019 a população total estimada foi de 409.341 habitantes, o que representou um aumento de aproximadamente 45% em quase trinta anos.

Figura 2 – Gráfico da população total de Montes Claros (1991 - 2019)



Fonte: IBGE; IPEA; FJP, 2019. Elaboração da Autora.

Conforme dados da Figura 2 em que o gráfico demonstra os valores totais para a população, sendo possível afirmar que Montes Claros obteve um rápido e intenso crescimento populacional. A população total em 2017 era de 398.009 habitantes e a população estimada para este ano (2019) é de 409.341 pessoas conforme o IBGE, percebe-se que mesmo com um crescimento mais lento em relação as décadas de 1991, 2000 e 2010, ainda existe um

¹⁷ [...] o que define uma cidade média é sua função, seu grau de polarização, seus equipamentos de serviços e de lazer e o papel que sua estrutura urbana exerce na região recebendo e emitindo externalidades, ou seja, a cidade média nada mais é que uma cidade com uma população acima da média regional, que exerce uma influência em uma determinada sub-região, com funções que a fazem assumir o papel de polo regional na hierarquia urbana, provendo o consumo produtivo e coletivo da sub-região onde está inserida (DEUS, p. 90, 2004).

crescimento demográfico significativo para a cidade. Leite (2006) observa que o crescimento demográfico acelerado desencadeia problemas de ordem social, econômica e ambiental que contribuem para a perda da qualidade de vida da população e a instalação de uma “crise urbana” típica das cidades grandes.

Segundo o IBGE (2017) os dados revelam que aproximadamente 48% da população se constituem de mulheres e 52% de homens, sem grandes variações para o período. O município pode ser considerado essencialmente urbano, pois em 2010, cerca de 84% de sua população reside na zona urbana. A população de 2017 foi de 398.009 pessoas distribuídas nos 3.568, 941 km² que totalizam a área do município. Entre 2000 e 2017, a população de Montes Claros cresceu a uma taxa média anual de 1,66%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Portanto, no período analisado Montes Claros possuiu crescimento superior à média nacional (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO, 2019).

Como já citado, Montes Claros possui a sexta maior população do Estado de Minas Gerais. É o centro capitalizador do desenvolvimento na mesorregião norte do estado e sua influência extrapola essa região e se estende até o sul da Bahia. É o principal município da mesorregião Norte de Minas Gerais, sendo considerado, muitas vezes, como “capital regional”. Isso pode ser explicado diante da própria infraestrutura e das relações estabelecidas que caracterizem uma cidade-média¹⁸ e por oferecer serviços complexos na área da saúde, além de ofertar um grande número de faculdades de ensino superior, o que lhe favorece como principal escolha da população regional (FRANÇA, 2007).

4.7.3 Marco da Industrial e Urbanização

Montes Claros já apresentava uma indústria de algodão/têxtil no século XIX, porém será apenas com a chegada da Sudene que o município apresentará uma maior diversificação industrial. Diante dos incentivos fiscais, várias indústrias se instalam na região Norte de Minas Gerais, em especial no município de Montes Claros.

O papel principal da Sudene na região foi fornecer incentivos fiscais para a modernização da economia regional. Braga (2008) aponta que não aconteceu uma ligação dos

¹⁸ As reflexões realizadas nesta sessão, consideram cidades médias por suas funções e por seu papel desempenhado no sistema urbano e regional, enquadrando-as numa perspectiva de ordenamento e desenvolvimento regional (COSTA, 2002).

capitais investidos com as estruturas produtivas regionais, mas um reflexo da ligação dos incentivos da Sudene com o processo de acumulação de capitais do Centro-Sul do país.

O Estado brasileiro passa a incentivar a industrialização da sociedade a partir de 1930, instaura-se o modelo urbano-industrial sendo atrelado a esse fato o processo de êxodo rural. Entretanto, será na década de 1950 que as políticas de capitalização e mecanização do campo gerarão uma maior taxa de abandono das áreas rurais em direção às urbanas, onde poderia ser encontrado um ambiente cada vez mais dinâmico através da associação da industrialização e da urbanização (OLIVEIRA, 2017).

Segundo França e Soares (p. 8, 2007), a urbanização de Montes Claros foi influenciada pelo crescimento econômico diante dos incentivos fiscais por ela absorvidos:

No que diz respeito às cidades médias mineiras, como Montes Claros, a urbanização está relacionada ao crescimento econômico propiciado pela modernização das estruturas urbanas associado a políticas públicas federais que incentivaram o desenvolvimento de novos polos, principalmente em regiões periféricas com o propósito de descentralizar a migração para as grandes metrópoles. Tais medidas proporcionaram o desenvolvimento de cidades de porte médio, com a implantação de infraestrutura, atividades econômicas e mão de obra.

Durante a década de 1960 ocorreram ações que visavam preparar a região para industrialização. Neste período, foi construída uma infraestrutura básica que deu suporte aos projetos industriais. Em 1965, foi concluída a ligação elétrica dos municípios de Montes Claros e Pirapora com o sistema Três Marias, e em 1972, foi inaugurada a pavimentação asfáltica entre Montes Claros e Corinto, interligando a região com a BR 040 e com Belo Horizonte. Também, na segunda metade dos anos 1960, foi implantado o distrito industrial de Montes Claros e iniciado o de Pirapora. Os principais fatores na atração de investimentos foram os incentivos fiscais, nas décadas de 1960, 1970 e 1980 os incentivos financeiros foram fundamentais. Havia incentivos nas três esferas do Estado, com destaque para isenção do Imposto de Renda por até 15 anos (Federal), reembolso de 60% do Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) por cinco anos (Estadual) e isenção de todos os impostos municipais (casos de Montes Claros e Pirapora) (OLIVEIRA, 2000).

O intenso processo de urbanização decorrente dos fluxos migratórios provenientes de outras regiões, iniciado na década de 1970, e a expansão territorial urbana decorrente desse movimento contribuíram para que Montes Claros se consolidasse como centro polarizador da região norte-mineira.

Segundo Pereira (2002, p.19):

Montes Claros absorve os migrantes da região Norte e Noroeste de Minas e de parte do Sul da Bahia, em função do seu papel de centro regional – mais dinâmico e polarizador. O intenso fluxo migratório é determinado pela concentração fundiária, pelas transformações ocorridas nas relações de produção e na estrutura produtiva de um modo geral, pela atração exercida pela expansão industrial, pelo considerável desenvolvimento e concentração de um complexo e diversificado setor de serviços, comércio e administração em Montes Claros e pelos diversos períodos de seca que periodicamente assolam a região, motivando um rápido crescimento populacional e gerando descompasso entre infraestrutura e serviços disponíveis, para a crescente demanda.

Na década de 1970, o governo federal, por meio de políticas públicas de ordenamento territorial, incentivou a criação de novos polos de desenvolvimento em regiões periféricas, a fim de frear a migração rumo às metrópoles e incentivar o desenvolvimento de municípios de porte médio. Essas medidas governamentais eram de cunho desenvolvimentista e visavam a políticas de regionalização para o país. Objetivava-se a descentralização territorial e populacional das metrópoles nacionais, que redundaria em descentralização econômica também (FRANÇA, 2007).

Os incentivos fiscais da Sudene se diluíram para outras regiões e setores, a partir da década de 1980 reduziu-se a atração de indústrias para a região. Assim, Montes Claros redireciona seu foco para a resolução de problemas em relação ao desenvolvimento buscando outras estratégias para cumprir seu papel social, econômico e político no âmbito regional. A partir daí, Montes Claros se transforma em um polo regional na área educacional contando com uma universidade estadual a Unimontes, um campus da Universidade Federal de Minas Gerais, um Instituto Federal e algumas faculdades particulares. Além de escolas do ensino fundamental e médio. O município pode ser considerado um polo universitário e absorve as demandas estudantis de toda a região (FRANÇA, 2012).

Ao relacionar desenvolvimento urbano no comparativo local e nacional, têm-se a seguinte comparação:

No âmbito brasileiro, as cidades médias desenvolveram inicialmente a partir de investimentos públicos estatais que cria condições para a entrada do capital externo, proporcionando modernizações em transportes, infraestrutura, além de incentivos fiscais para instalações de indústrias [...] Montes Claros vivencia importantes modificações na sua estrutura urbana, social, ambiental e política. Do ponto de vista territorial, verificam-se em Montes Claros, novas formas de uso e ocupação do solo urbano (FRANÇA, 2015, p. 585-586).

O que se percebe é que muito das características que a tornaram principal núcleo regional, vem das ações antecedentes que ela participou (destaca-se dois marcos 1926 - com a

chegada da ferrovia e 1959 - incluindo a região do Norte de Minas na área de ação da Sudene, vale dizer que estas duas situações não excluem outros acontecimentos também importantes ao longo do seu desenvolvimento como centro regional) moldando essa cidade de muitos povos, de diversos espaços, de desenvolvimento, de desigualdades, mas claramente de oportunidades. Sua configuração urbana, econômica e social é resultado das ações ocorridas no passado e no presente, a Sudene exerceu grande influência para o seu desenvolver principalmente no âmbito industrial no seu ápice de incentivos fiscais e, também quando diminuiu ou quase encerrou suas ações para a região, fazendo com que novos caminhos fossem buscados e percorridos, como concebe Graciarema (1976) “... *hay siempre más de una opción posible*”.

Na Figura 3 pode-se verificar a configuração urbana da cidade de Montes Claros de forma panorâmica.

Figura 3 – Vista panorâmica da cidade de Montes Claros - MG



Fonte: Acervo pessoal de GALVÃO, 2018.

Montes Claros é uma cidade com influência em todo o Norte de Minas Gerais, absorve as demandas de uma região com pouca infraestrutura apesar da intervenção estatal aqui considerada, ela tem crescido ao longo dos anos em todos os aspectos econômicos, urbanos, sociais, isso inclui os seus problemas também.

Como escreve Galvão (2018), Montes Claros tem historicamente desempenhado papel de centralidade em relação a sua cercania. Em sua dinâmica, seguiu o trajeto da cidade rural, com sua produção altamente agropastoril, passou pelo impulso industrializador induzidos pelas políticas estatais e culmina na estruturação urbana como cidade média de relevante importância regional. A seguir, serão abordados os aspectos de seu papel na região de forma sucinta.

4.7.4 O papel na Região

Apresenta-se o conceito de “cidades médias” que são classificadas como espaços diferenciados no sistema urbano brasileiro em virtude do seu número de habitantes, dinamismo econômico e também por concentrar grande quantidade de equipamentos urbanos e serviços médicos, educacionais, entre outros, que atraem, sobretudo, uma população regional.

O que é uma “cidade média”? Implícita nessa pergunta está uma condição de comparação: média em relação a quem? Sob uma ótica analítica da economia, duas linhas que se complementam poderiam ser percorridas para responder essa mesma questão: por um lado, uma cidade para ser média deve ter uma estrutura mínima que lhe qualifique como tal; por outro lado é inevitável que a relevância dessa estrutura esteja condicionada a rede na qual ela se insere, de forma que, uma cidade identificada como média em um contexto regional, se transplantada para outro lugar pode não ser mais reconhecida assim (SHERER, p.17, 2018)

É notório que muito do que Montes Claros representa atualmente para a região do Norte de Minas é por ela está inserida justamente neste espaço, é a configuração da região com todos os seus nuances positivos e negativos que proporcionam a Montes Claros o destaque como uma cidade de referência, claro que determinados fatos históricos facilitaram a conjuntura e sua localização também pode ser levada em conta dentro do espaço geográfico que se encontra. Mas a partir da sua capacidade de centralização, constituiu-se como elemento chave no processo de articulação e comando do espaço, podendo assim, ser considerada a base e o elemento decisivo para o desenvolvimento regional e para o ordenamento de seu território (SHERER, 2018).

No Norte de Minas Gerais, a cidade de Montes Claros possui características demográficas, econômicas e estruturais que permitem classificá-la como cidade média (FRANÇA, 2015). Informa-se a seguir sobre os fatores que determinam esta classificação:

O tamanho demográfico e o papel regional que essa cidade desempenha permitem classificá-la como uma cidade média, conforme demonstram estudos de Andrade; Lodder (1979); Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982); Pereira, Lemos (2004); Soares (1999, 2005) e França (2007). Em muitos estudos, a cidade de Montes Claros surge como um centro regional que comanda as áreas do seu entorno e os municípios com menor diversidade de funções. Abriga fluxos regulares de mercadorias, pessoas, informação, interagindo com a capital estadual, Belo Horizonte, que a polariza (PEREIRA, 2005).

Outro ponto que fortalece Montes Claros como cidade média diz respeito a diversidade do setor educacional, sejam em cursos profissionalizantes, ensino médio, cursos pré-vestibular, e o destaque para o ensino superior e a variedade de cursos de graduação (FRANÇA; SOARES, 2007).

É identificado que as cidades médias possuem uma interação regional forte diante de sua localização e este é um dos fatores que possibilitam caracterizá-las como centro polarizador de determinada região, na qual exercem uma centralidade.

Montes Claros desenvolve funções que a coloca na condição de centro regional, ofertando importantes serviços nas áreas de saúde e ensino superior, bem como desenvolvendo atividades econômicas como o comércio, indústrias, assim como facilita o escoamento da produção. Ao se tratar de serviços prestados e do comércio, é importante ressaltar o intenso fluxo diário da população das cidades vizinhas que procuram atendimento a serviços de maior complexidade na saúde, ensino superior e melhor preço em produtos do comércio varejista (FRANÇA e SOARES, 2007).

“A reestruturação econômico-espacial da cidade impulsionada pela mudança no seu eixo de produção promoveu uma reconfiguração na sua estrutura urbana”. De características prioritariamente rurais passa-se a cidade urbana, tornando-se, pelo seu traçado histórico, polo de serviços e de comércio, consolidando-se no setor terciário e emergindo como cidade média (GALVÃO, p. 66, 2018).

Corrêa (2006) aponta que o conceito de região se constitui como parte de um todo, conduzindo divisão ou agrupamento de semelhantes. Para o autor sua noção fundamental é a de diferenciação de áreas, a classificação, uma superfície constituída por áreas diferentes. Na concepção regional, a extensão territorial tem começo e fim, é delimitada e passível de gestão. O “espaço polarizado”, dado por uma determinada região se situa na interdependência observada pela troca comercial das aglomerações urbanas, em que uma cidade se relaciona com as cidades vizinhas e com o campo gerando excedente econômico ou troca de capitais. Isto representa a formação das regiões com setores chaves diferentes, pois cada uma tem um setor econômico mais forte, uma característica específica de seu desenvolvimento. Por isso as cidades médias são tão importantes no contexto regional, pois concentram os principais serviços e as demandas de sua inserção espacial.

Amorim Filho e Serra (2001) relatam que, dentro de um sistema regional, as cidades médias representam alternativas de manutenção do sistema socioeconômico, ou válvulas de desconcentração que conseguem amenizar o mau funcionamento do sistema capitalista.

Estas abordagens que revelam as interações e as interdependências que podem ser observadas nos espaços urbanos, recaem sobre o conceito de “cidade-região”, uma vez que este reflete a integração entre as cidades e sua região fortalecendo a reflexão sobre as cidades médias. Para compreender este conceito é inevitável contextualizar a urbanização, o processo de reestruturação das cidades e regiões motivado pela globalização e pelas tecnologias. É importante reconhecer que o conceito de cidade-região é influenciado por questões políticas, tendo em vista que a maioria dos problemas enfrentados são similares e os desafios para superá-los são comuns ao conjunto de municípios do envolto da cidade média (OLIVEIRA, 2017).

Percebe-se que as ações estatais direcionadas para a região do Norte de Minas Gerais, foram fundamentais para a configuração e formação da cidade de Montes Claros, que se torna uma legítima cidade média. Todo o seu destaque como uma cidade-região e a sua capacidade de integrar e absorver as demandas da região foram proporcionadas pela estruturação, inicialmente pela industrialização via Sudene, procedida pela figuração de cidade polo universitário.

No Norte de Minas Gerais, Montes Claros se consolidou após a década de 1970 como uma cidade média regional, concentrando indústrias, instituições de ensino superior e técnico, estabelecimentos especializados em saúde, redes de supermercados atacadistas e varejistas, shoppings centers, entre outras infraestruturas. Em decorrência disso, o município confirma a sua centralidade no Norte de Minas, ao reunir funções econômicas, políticas e infraestruturas importantes, induzindo os fluxos de pessoas, mercadorias, bens e capitais.

A reprodução do capital associada à demanda de consumo da sociedade refletiu na descentralização econômica e no desenvolvimento de atividades, que proporcionaram as cidades médias principalmente deter serviços com melhor capacidade, a estrutura é melhor logo as atividades econômicas possuem maiores e melhores resultados.

Estes fatos facilitaram e fomentaram a expansão urbana para a cidade de Montes Claros, gerando um crescimento muito mais endógeno do que regional. A cidade cresceu para si, principalmente do ponto de vista econômico. Montes Claros *a priori* não gera excedente para as cidades do seu envolto, é receptora das necessidades da região quase em todos os aspectos: saúde, educação, comércio entre outros.

Dessa forma, analisou-se o papel regional de Montes Claros a partir dos acontecimentos que influenciaram na consolidação de cidade principal do Norte de Minas, esta inferência regional é histórica e sua configuração como polo regional se dá por possuir uma

infraestrutura urbana, complexidade de serviços e base econômica mais dinâmica, se confirmando ao longo do tempo como a principal cidade do Norte de Minas Gerais.

5 CAPÍTULO 2 – RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA SUDENE E O SEU PAPEL NO NORTE DE MINAS GERAIS

A abordagem realizada neste capítulo, tem como foco apontar as principais fases da Sudene e da sua forma de atuação no planejamento econômico brasileiro. Após sessenta anos da sua criação (1959 – 2019), o seu formato e abrangência fazem parte das discussões sobre o desenvolvimento regional brasileiro. Um marco histórico de formulação da política econômica no país, idealizada pelo pensador Celso Furtado, representa a maior empreitada do planejamento estatal brasileiro tanto nas questões orçamentárias quanto no seu território de atuação, a seguir apresenta-se seu resgate histórico e sua importância para o Norte de Minas.

5.1 Retrospectiva histórica da Sudene e políticas regionais

A preocupação com o desenvolvimento regional no Brasil se intensifica a partir da década de 1950¹⁹, em meados do séc. XX, antes disso poucas foram as medidas nacionais adotadas com objetivo de amenizar as disparidades regionais. As políticas públicas até então executadas, aprofundaram as desigualdades existentes, resultantes da dinâmica vigente do sistema capitalista de produção. Assim, ao promover o desenvolvimento do Centro-Sul, o governo brasileiro intensificou a distância destas regiões em relação ao Nordeste principalmente. Visando alterar o quadro criado, instituiu-se a Sudene -Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste²⁰, em 15 de dezembro de 1959, com o objetivo principal de combater o seu subdesenvolvimento perante as demais regiões. Devido às características

¹⁹ As políticas públicas de planejamento regional se consolidaram a partir de 1956, com ações de maior abrangência em relação ao planejamento da economia nacional, destaca-se a elaboração dos seguintes planos: Planos de Meta (1956/61) do governo de Juscelino Kubitschek; Plano Trienal (1953/65) no governo Goulart; PAEG (1964/67) e Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico – PDDE (1967/1976) no governo Castelo Branco; PED (1968/70) governo Costa e Costa e Silva; Programa de Metas e Bases para ação do Governo (1970/72) e I PND (1972/74) no governo Médici; II PND (1975/79) governo Geisel; III PND (1980/85) no governo Figueiredo. Nos anos 1990 a prioridade foi a estabilização de preços, nos anos 2000 o enfoque se dá para políticas de desenvolvimento social e territorial (RODRIGUES, 2003).

²⁰ Política governamental de estímulo à produção e ao desenvolvimento do Nordeste e da área do polígono das secas, a Sudene foi criada pela Lei nº 3.692, em 15 de dezembro de 1959. Sua área de atuação no período, compreendia os seguintes Estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e a zona de Minas Gerais compreendida no Polígono das Secas.

geográficas e socioeconômicas da região Norte de Minas Gerais, esta foi incluída na área de atuação da Superintendência, denominada de Área Mineira da Sudene.

O Estado de Minas Gerais possui um desenvolvimento vinculado a forte presença e impulsos do Estado. Este definiu o processo de industrialização como motor para superação de atrasos econômicos em comparativo com outros centros. Considera-se que a indústria tem relevância e potencialidades para proporcionar crescimento econômico e assim gerar desenvolvimento, por essas possibilidades o governo implementou políticas industriais para a superação do subdesenvolvimento.

Sabe-se que o planejamento é importante como instrumento que orienta e acelera os investimentos públicos, visando o desenvolvimento econômico para cada setor, região e conjunto da economia. Este seria uma ferramenta para aumentar a eficiência na utilização dos recursos limitados de que se dispõem as economias e regiões subdesenvolvidas (RODRIGUES, 2001).

A política regional possui complexidades, o formato das políticas espaciais no âmbito regionalizado deve ser precedido de uma discussão do modelo de desenvolvimento nacional do país.

Rodrigues (2003, p.31), explica que:

“A transformação estrutural seria alcançada mediante uma crescente integração e diversificação entre as atividades das subestruturas primária, secundária e terciária. O desenvolvimento implica a redução das desigualdades na distribuição de renda, melhoria das condições sociais e culturais de toda a população, redução dos índices de analfabetismo, elevação dos padrões de escolarização, ampliação das oportunidades de avanço social e melhorias das condições de saúde, nutrição e habitação. Isto não acontece de forma espontânea, via ação das forças do mercado, mas mediante consideração consciente das necessidades sociais e da distribuição maximizada dos recursos entre as subestruturas econômicas e regiões do país.”

O governo brasileiro inspirado por experiências internacionais, como a americana *Tennessee Valley Authority* e a italiana *Cassa per il Mezzogiorno* no sul da Itália, decidiu criar autarquias para fomentar o desenvolvimento em regiões subdesenvolvidas buscando integrá-las à economia nacional. A Sudene é inspirada em experiências de planejamento mundial, especialmente nas duas iniciativas acima citadas (COSTA, 2016).

Idealizada por Celso Furtado²¹, a Sudene foi criada para planejar e administrar recursos públicos com o objetivo de financiar projetos que induzissem o crescimento econômico de modo a corrigir as disparidades regionais e as desigualdades de renda. O intelectual elaborou para o governo federal o estudo "Uma política de desenvolvimento para o Nordeste", que fundamentou a criação da superintendência. A análise da situação social, política e econômica do Nordeste no contexto de criação da Sudene buscou as referências "furtadianas" como orientação principal, considerando o relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), elaborado em 1959, e o discurso sobre a Operação Nordeste, de 1960.

Para inserir o nordeste brasileiro no rumo do desenvolvimento, o presidente Juscelino Kubitschek (1956 - 1961) contou com uma convergência de forças em torno das ideias do economista Celso Furtado, que havia realizado um diagnóstico da região no livro "Operação Nordeste". Muitos participaram do processo em torno de melhorar os rumos do desenvolvimento para a região nordestina, foram políticos, empresários e líderes populares, como Dom Hélder Câmara²² e Francisco Julião²³, das Ligas Camponesas, todos fizeram uma força tarefa e deram o apoio que faltava para que a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste saísse do papel (OLIVEIRA, 2006).

A criação da Sudene foi o resultado da percepção de estudiosos e do quadro grave de aumento das diferenças entre o Nordeste e o chamado Centro-Sul do Brasil (formado pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais). A historiografia oficial da Sudene, descreve os motivos para que a preocupação com a região tomasse conta do governo: a seca de 1958 e suas consequências, o desemprego e o êxodo rural. Assim, com a intensificação das diferenças regionais surge a necessidade de se utilizar dos instrumentos estatais, como a criação de políticas públicas que visassem amenizar os problemas econômicos e sociais vivenciados e identificados naquela região (NETO; MASCARENHAS, 2010).

Nesse sentido, Cohn (1976) diz que a Sudene foi instituída para atender às necessidades e solucionar os problemas sociais e políticos do Nordeste. A autora acredita que

²¹ O economista comandou os trabalhos na Sudene de 1959 a 1964, legítimo democrata se retira no processo do Golpe Militar de 1964.

²² Bispo católico e arcebispo emérito de Olinda e Recife.

²³ Deputado e advogado Francisco Julião (PSB).

a superintendência teria surgido também para mediar o conflito social e tornar possível a expansão capitalista do Brasil.

A Sudene aparece desde logo com a marca da coalizão dominante no Centro-Sul: destinava-se, de fato, a promover o planejamento da expansão industrial em direção ao Nordeste. O planejamento não era senão uma metamorfose do conflito entre a expansão capitalista no Centro-Sul que, ao mesmo tempo, erodia o domínio de classe da burguesia regional no Nordeste, e a ascensão das forças populares no Nordeste, contrapartida necessária, não mecânica, entretanto, do mesmo processo (MASCARENHAS E NETO, 2010, p.10)

Na mesma direção, Oliveira (1977) escreve que a Sudene foi criada em conformidade com os interesses da burguesia industrial da região Centro-Sul do Brasil e articulada com os interesses da burguesia decadente do próprio Nordeste. Foi também uma forma de controlar a pressão das forças populares, cuja ação poderia apontar na direção de uma desintegração do País, gerando manifestações de caráter revolucionário que já existiam na região.

O planejamento realizado para que se alcance e entenda-se a concepção da Sudene, ocorreu por fases. Primeiro foi criado o Banco do Nordeste do Brasil em 1952, e com ele depois tem-se a elaboração do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) em 1959, que tinha por objetivo realizar um diagnóstico da região do Nordeste e nestes moldes ressaltava a importância do setor público na promoção do desenvolvimento regional.

A análise contida no Relatório do GTDN enfatizava que as forças de mercado e o setor externo já não eram suficientes para alavancar o crescimento econômico regional, onde o relatório defendia uma nova reorganização da base produtiva nordestina. Uma constatação do trabalho era que o governo gastava mais do que a sua arrecadação na localidade, mais que estes gastos não tinham efeito multiplicador, não contribuíam de fato para dinamizar a economia nordestina. Outro ponto importante relatado no trabalho, era que os capitais privados obtidos na região não eram reinvestidos por lá, mas sim na região Centro-Sul, assim diante essas constatações o GTDN buscou alterar esse quadro, propondo novas diretrizes para o desenvolvimento da região.

Cabral (2011, p.31), descreve o seu processo de criação, da seguinte forma:

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste foi criada em 15 de dezembro de 1959, pela Lei nº. 3.692, como meio de intervenção do Estado no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região. A instituição definia o espaço do Nordeste de forma diferente do usual. Assim, a região compreendida, que passaria a ser objeto da ação governamental, incluía os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais. **O que também motivou uma série de discussões, tendo em vista a proposta da Sudene de considerar um Nordeste diferente do “verdadeiro”.**
[Grifo nosso]

O principal norteador da Sudene no auge do seu funcionamento (1959- 1964) foi o seu primeiro Plano Diretor, o documento que contou com os estudos já realizados previamente pelo CODENO²⁴ e concentrou suas atividades pelas proposições do GTDN, diante seus estudos e levantamentos regionais, focou-se principalmente na implantação de uma infraestrutura que garantisse condições para iniciar a execução de programas transformadores da realidade nordestina (CABRAL, 2011).

Dessa forma, a Sudene surge como uma entidade com a orientação executora de centralizar e orientar as ações político-econômicas na região Nordeste, de modo a superar a dualidade que se manifestava nas relações de troca inter-regionais que possuíam impactos sociais bastante negativos. Vale dizer que o formato da sua institucionalização foi influenciado pelo pensamento cepalino, órgão no qual seu idealizador, Celso Furtado, participou durante anos (COSTA, 2016).

Para Furtado (1989, p.119) a superação do subdesenvolvimento regional e da consequente “deterioração das relações de troca”, passava por transformações estruturais, que só poderiam ocorrer a partir de uma atuação racional e planejada do Estado e de suas diferentes formas de intervenção. Furtado acreditava que a atuação da Sudene no Nordeste consistia “na ideia de que as forças dominantes do Centro-Sul do país [de estarem] decididas a apoiar iniciativas de mudanças estruturais na região, cuja modernização também favorecerá as atividades industriais do Centro-Sul, abrindo-lhe novos mercados”, uma vez que a conjuntura nacional permitia pensar em tais mudanças no âmbito regional sem rupturas institucionais, era possível pensar numa “revolução dirigida”, a partir do impulso modernizante vindo de fora, via intervenção estatal.

²⁴ Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste

O sociólogo Francisco de Oliveira foi superintendente adjunto da Sudene e braço direito de Celso Furtado nos primeiros cinco anos de funcionamento do órgão. Ele ressalta o papel de pioneirismo da entidade, e pontua que a Sudene era uma autarquia diretamente subordinada à Presidência da República com a missão de combater o quadro de seca, desemprego, êxodo rural e domínio oligárquico na região do Nordeste (OLIVEIRA, 2006).

Em entrevista para Câmara dos Deputados em 2006, Francisco de Oliveira relata que:

"Pela primeira vez, fazia-se um planejamento regional com uma instituição dedicada a essa tarefa. E, na verdade, observada de um ponto de vista mais político, a Sudene era uma espécie de reformulação da federação. Reconhecia-se que os pequenos estados, mais pobres, não tinham capacidade para recuperar o desenvolvimento sozinhos e, então, uma superintendência regional propunha agora um planejamento regional ao invés de uma coisa deixada ao livre jogo do mercado"

Diniz (2009) informa que a ação da Sudene foi alterada por três razões. A primeira foi devido ao aniquilamento das propostas de reformas estruturais. Sem priorizar a reforma agrária, a estrutura de propriedade e exploração da terra continuou intocada e assim os problemas de distribuição de renda e de melhoria das condições sociais permaneceram. O segundo problema, ocorreu pelo escoamento dos recursos de incentivos fiscais e em terceiro lugar, porque muitos projetos industriais aprovados nas primeiras etapas da Sudene tiveram funcionamento precário, levando ao encerramento das atividades. Assim, Diniz (2009, p. 10) aponta que:

Em 1978, dos 763 projetos industriais que receberam incentivos, 104 estavam funcionando com problemas, e 88 haviam sido paralisados (Rebouças *et al.*, 1979). Não há clareza sobre as razões desses fracassos. Se por má concepção ou análise, se pela competição, ou se por erros ou desvios de conduta. Qualquer que seja a razão, o fechamento de muitas plantas acabou por desacreditar e desmoralizar a Sudene.

Considera-se importante ressaltar que, durante o governo militar, as concepções de Furtado e da CEPAL, bem como sua perspectiva democrática e reformista praticamente desapareceram na Sudene em épocas do governo militar. Nesse período, a Superintendência perdeu sua autonomia e teve suas atribuições reduzidas, limitando-se praticamente à concessão das isenções fiscais (PEREIRA, 2007).

Diante do que já se apresentou nesta primeira sessão do capítulo, entende-se que a Sudene surge de um processo muito mais amplo, de forças sociais, sindicais, religiosas intelectuais e políticas. Ela foi uma forma de intervenção do Estado no Nordeste, impulsionada

pelas forças sociais do pacto da industrialização, que comandaram a expansão da economia brasileira desde a década de 1930, fortaleceu o capital industrial com a vertente das disparidades regionais.

5.2 Sudene e Norte de Minas

O processo de descentralização industrial foi incentivado pelo Estado na criação de novos núcleos industriais para além do sudeste brasileiro, identificando outras regiões com necessidade de apoio estatal para combater as disparidades regionais e incentivar o desenvolvimento econômico. Oliveira (2000, p. 60) ressalta que “ (...) estar incluída e fazer parte da política de desenvolvimento promovida pela Sudene²⁵ foi, e é, fator marcante na história de Montes Claros e de todo o Norte de Minas, principalmente em sua industrialização”.

²⁵ Antes da criação da SUDENE, a região já recebia atenção especial do governo federal por causa das secas. Em 1909, foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em 1911, transformada em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em 1945. Também a criação, em 1940, da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1952 se inserem nesse contexto de buscar soluções para os problemas da região Nordeste (PEREIRA, 2007, p.166).

Figura 3 – Mapa da Área Mineira da Sudene



Fonte: Sudene (2019).²⁶

Parte do que visa a ser a mesorregião norte de Minas Gerais foi incorporada ao “Polígono da Seca” antes de fazer parte da área da Sudene devido às suas características climáticas e geográficas, resultando na inserção dos seus municípios na área de abrangência do Banco do Nordeste do Brasil – BNB. Essas duas instituições tiveram, e têm, um papel importante no processo de implementação das políticas de planejamento e de desenvolvimento na região norte-mineira. Desta forma, as ações de instituições governamentais federais e estaduais favoreceram a expansão e a atração de capital por meio de investimentos em infraestrutura, da concessão de incentivos fiscais e financeiros para promover o modelo de desenvolvimento regional (PEREIRA, 2010).

Braga (2008) afirma que a Sudene possuía o objetivo de desenvolver a agricultura (expandir a fronteira agrícola e as áreas de irrigação para zonas áridas e mecanizar o campo), fornecendo bens alimentícios a baixo custo, para servir de sustentáculo ao processo de

²⁶ A área de atuação da Sudene, que no passado já foi quase idêntica a Mesorregião Norte de Minas, contempla também o Vale do Jequitinhonha, Mucuri e parte do Noroeste.

industrialização regional. A industrialização do Norte de Minas apresentaria os seguintes objetivos:

- a) selecionar indústrias que apresentassem maior viabilidade econômica na região; b) fomentar indústrias que apoiando-se numa base favorável de matérias-primas locais têm possibilidades de tornar-se competitivas com as do Centro-Sul, penetrando rapidamente no mercado regional como no nacional; c) atacar as indústrias tradicionais no sentido de modernizá-las, principalmente a têxtil, que constitui importante fonte de emprego para a população local, e por utilizar a fibra de algodão local; d) aproveitamento da mão-de-obra barata (BRAGA, 2008, p.20).

Estes objetivos não foram alcançados, ou de certa maneira, corrompidos. O papel principal da Sudene na região foi fornecer incentivos fiscais para a modernização da economia regional. Braga (2008) aponta que não aconteceu uma ligação dos capitais investidos com as estruturas produtivas regionais, mas um reflexo da ligação dos incentivos da Sudene com o processo de acumulação de capitais do Centro-Sul do país. Em síntese, foram beneficiados com os incentivos os ramos industriais mais dinâmicos. A autora ainda observa, que somente 25% dos capitais investidos nos projetos de industrialização eram originários do Norte de Minas. Outro ponto que corrobora a dissociação entre os capitais beneficiados e a estrutura econômica do Norte de Minas é a destinação da produção industrial da região. Apenas 6,6% da produção industrial norte-mineira era destinada ao mercado local.

Segundo Gonçalves (2001) as características territoriais e climáticas do Norte de Minas levaram vários autores a considerá-la como sendo uma região de transição entre o Sudeste e o Nordeste brasileiro, é incluída na classificação do semiárido. Apesar de se localizar no Sudeste brasileiro, possui indicadores socioeconômicos e aspectos geográficos semelhantes aos existentes na região Nordeste devido a estas especificidades constituem o motivo da sua inserção na área de atuação da Sudene.

Observa-se no Norte de Minas uma base econômica simples, pouco diversificada e desintegrada regionalmente, com elementos geográficos e climáticos, sociais, econômicos e espaciais tudo isso fez com que a região fosse inserida na área de atuação da Sudene, movimentando as perspectivas do desenvolvimento regional.

A economia norte-mineira, foi fortemente influenciado pelos incentivos estatais. As políticas regionais, implementadas pelo Estado brasileiro no período pós-guerra, faziam parte de um projeto nacional de desenvolvimento. A prática de incentivos aos investimentos no Nordeste, através da Sudene, é um dos exemplos dessa tendência (PEREIRA, 2007).

Dessa maneira, o Norte de Minas só recebeu efetivamente os recursos da Superintendência a partir de 1965. Os incentivos estatais de âmbito estadual e federal, foram destinados à modernização rural e à industrialização. Na zona rural, os investimentos foram aplicados nas fazendas de criação de gado, nos grandes projetos de irrigação e nas atividades de reflorestamento (RODRIGUES, 2000).

Conforme Oliveira (2000), a industrialização ficou concentrada, basicamente, em Montes Claros que, até 1979, havia recebido 54,8% do número de projetos incentivados. Os demais foram implantados em Pirapora, 25,8%; Várzea da Palma, 13%; Bocaiúva, 3,2%; e os restantes 3,2%, em outros municípios da região. A década de 1970 pode ser considerada como a fase de maior crescimento da indústria em Montes Claros, quando a cidade já possuía uma infraestrutura mais adequada, com a energia vinda de Três Marias, com a rodovia entre Montes Claros e Belo Horizonte e com a implantação do Distrito Industrial facilitaram algumas mudanças. Mas não há como negar de que o principal fator atrativo para a industrialização foram os incentivos fiscais e financeiros oriundos da Sudene, estes de fato foram divisores de água na região.

O Norte de Minas Gerais, no período em questão [décadas de 70 a 90], vivenciou um processo de intensas modificações nos mais variados aspectos de sua realidade econômica e social. Tais manifestações, entretanto, não se processaram de forma homogênea e imediata em todas as suas áreas ou Municípios. Este contexto, conforme entende-se aqui, foi, em grande medida, motivado por forças exógenas, na medida em que o norte de Minas, principalmente a partir de 1960, passou a ser alvo de intensas intervenções governamentais, que tinham como justificativa o discurso de que havia a necessidade de se promover a integração da região ao Centro-Sul do país (CARDOSO, 2000, p. 261).

Cardoso (2000) resume as inovações trazidas com a inclusão do Norte de Minas na área de atuação da Sudene nos quesitos da espacialidade regional, de sete maneiras: 1) a implantação de diversos empreendimentos em vários setores produtivos regionais; 2) a intensificação do processo de expropriação ou expulsão do homem do campo; 3) a intensificação das atividades de reflorestamento e carvoejamento; 4) a emergência de projetos agroindustriais e de fruticultura; 5) a expansão das atividades de transformação, com o conseqüente aumento da representatividade econômica das áreas mais industrializadas; 6) a relativa desconcentração das atividades terciárias; e 7) o aumento do grau de urbanização das localidades consideradas polos e/ou áreas de influência regionais.

A Sudene influenciou significativamente no desenvolvimento regional norte-mineiro. Ocorreu um desenvolvimento considerável da infraestrutura viária, de energia e

comunicação, com também de diversos serviços sociais, através de obras nos setores de saúde e educação. O problema, corroborando com a dinâmica capitalista, foi que as ações realizadas acabaram sendo concentradas em apenas em alguns municípios da região: Montes Claros, Pirapora, Bocaiúva, Capitão Enéas e Várzea da Palma (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2000).

Verifica-se que os incentivos fiscais e financeiros provenientes da Sudene tiveram um papel fundamental na atração de diversas indústrias para o Norte de Minas, bem como na implantação de grandes projetos públicos de irrigação. A região experimentou mudanças tanto na sua estrutura produtiva quanto relacionadas ao aspecto socioeconômico (GONÇALVES, 2001).

A economia do Norte de Minas é tradicionalmente marcada pela pecuária extensiva e pela agricultura familiar. Nos últimos 18 anos quase duas décadas (2000-2019), muito em virtude de sua inserção na área da Sudene, a economia regional vem reestruturando-se rumo à industrialização, graças aos incentivos fiscais existentes, muito embora sem grande dinamismo, não houve alteração do modelo econômico produtivo regional.

5.3 Instrumentos financeiros da Sudene

Para promover o desenvolvimento regional do Nordeste a Sudene contou com três instrumentos de ação principais em sua Área Mineira: Incentivos e Benefícios Fiscais, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE.

Os Incentivos e Benefícios Fiscais têm origem na redução em 75%, isenção ou reinvestimento de até 30% do IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). São destinados a projetos de implantação, modernização, ampliação e diversificação de empreendimentos na área da Sudene pertencentes aos setores prioritários do PRDNE - Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste e voltados para o programa de inclusão digital (SUDENE, 2019).

O FDNE (Fundo de Desenvolvimento do Nordeste) é um fundo constituído com recursos do Tesouro Nacional, definidos pelo orçamento anual e por transferências de outros fundos de apoio ao desenvolvimento regional na área da Sudene. Destina-se a investimentos de até 60% do total, limitados a 80% do investimento fixo em infraestrutura, em serviços públicos

e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de novos negócios e atividades produtivas na área da Sudene (FIEMG, 2017).

Foi criado pela Medida Provisória nº 2.156-5, de 24/08/01, regulamentado atualmente pelo Decreto 6.952, de 02/09/09, com a finalidade de assegurar recursos para a realização de investimentos na área da Sudene. O Banco do Nordeste é quem faz a gestão do FDNE, na qualidade de instituição financeira oficial federal, e esta ocorre de duas formas conforme o BNB (2019, p.1):

I. Como prestador de serviços, conforme previsto no Art.9º do Regulamento do FDNE, aprovado pelo Decreto nº 6.952/2009, amparado pelo Contrato para Prestação de Serviços de Análise de Viabilidade Econômico-financeira e de Risco dos Projetos no Âmbito do FDNE, firmado entre a SUDENE e o BNB, em 23/12/2008.

II. Como agente operador, de acordo com o Art. 19 da Lei Complementar nº 125 e Art. 10 do Decreto 6.952, onde se encontram definidas as competências do BNB, sob o amparo de contratos individuais formalizados com a SUDENE a cada projeto.

O FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) é um instrumento de política pública federal operado pelo Banco do Nordeste que objetiva contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, através da execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o PRDNE. Foi Criado em 1988 (artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição da República Federativa do Brasil e artigo 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e regulamentado em 1989 (Lei nº 7.827, de 27/09/1989) (BNB,2019).

Seus recursos de âmbito federal são constituídos pela transferência compulsória de 3% da arrecadação do IR e do IPI (Imposto sobre produtos industrializados) (FIEMG, 2017). Com recursos federais, o FNE financia investimentos de longo prazo, capital de giro ou custeio. Além dos setores agropecuário, industrial e agroindustrial, também são contemplados com financiamentos os setores de turismo, comércio, serviços, cultural e infraestrutura (BNB, 2019).

Possui uma abordagem preferencial às atividades produtivas de pequenos produtores rurais e pequenas/microempresas da área da Sudene, o Norte de Minas por exemplo possui cerca de 95% de empreendedores que são micro ou pequenos empreendedores, assim a região apresenta um potencial para a expansão dos recursos provenientes desse fundo (FIEMG, 2017).

5.4 ADENE – Agência para o Desenvolvimento do Nordeste

A Sudene foi extinta em 2001 por uma Medida Provisória de Governo Federal, sob acusações de fraudes no uso de recursos públicos. No seu lugar foi criada a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste – ADENE através da Medida Provisória n. 2.146-1, de 04 de maio de 2001, alterada pela Medida Provisória n. 2.156-5, de 24 de agosto de 2001; e instalada pelo Decreto n. 4.126, de 13 de fevereiro de 2002.

A ADENE teve como principais objetivos estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste brasileiro. Dentre suas responsabilidades estavam a supervisão e controle dos programas das entidades federais, além de criação e execução de projetos próprios. A ADENE não teve a mesma dimensão e resultados significativos, tanto que em 3 de janeiro de 2007 pela Lei nº 125 recriou-se a Sudene, cuja finalidade é promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional. Ao mesmo tempo que se recria a Sudene, se extingui a ADENE. Embora recriada, a Sudene não ressurgiu com os mesmos recursos e instrumentos da sua versão original (BRASIL, 2007).

5.5 Reedição da Sudene e sua atuação

A recriação da Sudene foi oportuna e necessária, dado que as regiões inseridas em sua atuação ainda necessitam de políticas públicas efetivas para conter a desigualdade regional e avançar em direção ao desenvolvimento (ARAÚJO, 2015).

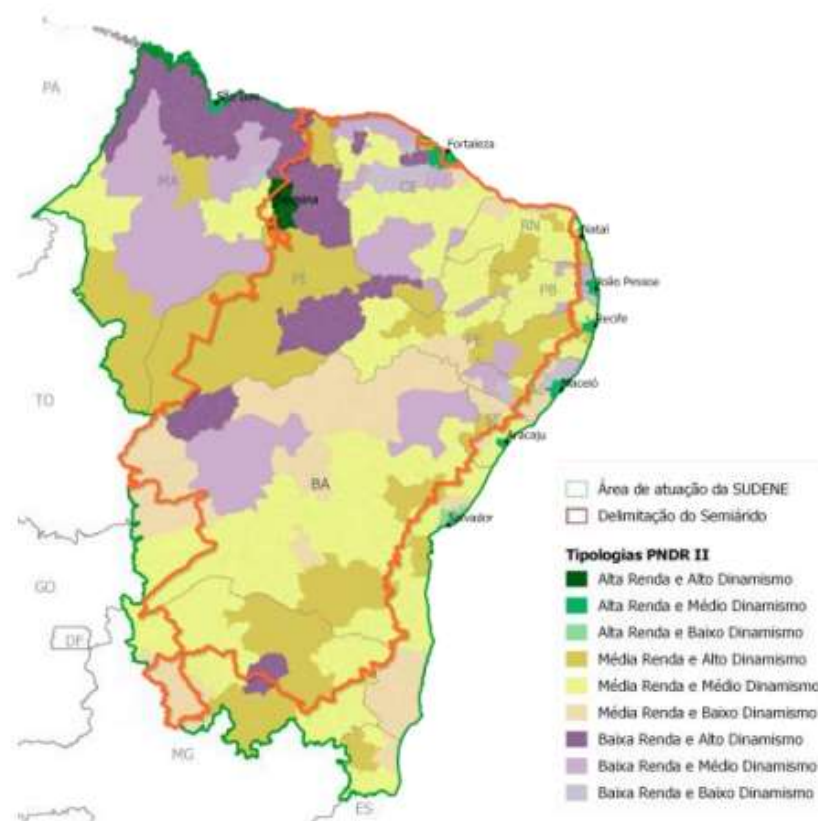
Com a Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, a Sudene foi recriada. A nova Lei estabelecia que o objetivo da Sudene era promover o desenvolvimento incluyente e sustentável, integração competitiva da base produtiva regional do Nordeste na economia nacional e internacional (BRASIL, 2007).

A missão da “nova” Sudene, encontrada no seu site institucional:

Articular e fomentar a cooperação das forças sociais representativas para promover o desenvolvimento incluyente e sustentável do Nordeste, a preservação cultural e a integração competitiva da base econômica da região nos mercados nacional e internacional (SUDENE, 2019).

A área de atuação da Sudene inclui nove estados do Nordeste e o norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, ilustrado na Figura 4. É composta por um total de 1.990 municípios, abrangendo uma área de aproximadamente 1.790 mil km², com uma população de mais de 60 milhões de habitantes, conforme os dados do IBGE de 2015. Representando 29,4% da população brasileira a área de atuação da Sudene corresponde a 16,3% do PIB brasileiro, de acordo com dados do IBGE para o ano de 2014 (SUDENE, 2018).

Figura 4 – Mapa de atuação da “nova” Sudene



Fonte: Sudene, 2018.

Conforme Araújo (2015, p. 107), o aparato jurídico de criação da nova Sudene estabelece suas competências para definir suas metas e objetivos econômicos e sociais; formular diretrizes e planos em consonância aos instrumentos nacionais já existentes e articulados com estes; propor as diretrizes da regionalização nordestina para a política industrial; articular órgão do governo federal fazendo parte do sistema de planejamento do governo federal; assessorar ministérios e órgãos governamentais; apoiar investimentos públicos e privados na região;

estimular e administrar incentivos fiscais; desenvolver programas de assistência técnica; promover iniciativas de desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, ficaram instituídos como instrumentos de financiamento da Sudene, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

A gestão da Sudene sofreu modificações quando comparada com a sua estrutura original de 1959. Conforme Araújo (2015, 108):

“(...)princípios estabelecidos de participatividade e envolvimento estabelecido em 2003, o Conselho Deliberativo tem como novidade a participação de representações dos trabalhadores e dos empresários além de representantes dos municípios, sendo estes escolhidos pelo Poder Executivo. Ou seja, a representatividade de setores externos ao Governo ainda encontra-se atrelada à indicação direta do próprio Governo. Quem preside o Conselho é o Ministro da Integração Nacional e não o Superintendente da SUDENE, além disso, o número de órgão e ministérios que participam é sensivelmente inferior ao conselho antecessor. Se antes existia um processo de planejamento que subordinava a estrutura governamental ao planejamento elaborado pela SUDENE, agora a SUDENE fica subordinada a política nacional de desenvolvimento (ARAÚJO, 2015) ”.

Com a recriação da Sudene, ficou definido que o principal instrumento que iria orientar suas atividades seria o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste - PRDNE, este possui validade de 4 anos e seria objeto de avaliações anuais da política de desenvolvimento (ARAÚJO, 2015).

O Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste atual se articula em seis eixos estratégicos: Inovação, Desenvolvimento de capacidades humanas, Dinamização e diversificação produtiva, Desenvolvimento social, Conservação Ambiental e Segurança Hídrica e Desenvolvimento institucional. Este indica a direção geral das transformações que devem provocar mudanças na realidade regional, na sua visão estimular a interação entre os eixos propostos alcançará o desenvolvimento sustentável do Nordeste (SUDENE, 2019)

Na busca de dados recentes da atuação da “nova” Sudene, apresentar-se-á os valores dos projetos beneficiados com incentivos fiscais para os anos disponíveis são estes: 2014, 2016 e 2018.

Para o ano de 2014, os dados são expressos na Tabela 2 e apresentam-se nos relatórios da entidade as seguintes informações

No período compreendido entre 1º de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2014, foram aprovados pela Diretoria Colegiada da SUDENE, 324 pleitos de incentivos fiscais, dos quais 217 pedidos de redução de 75% do imposto de renda, 76 pleitos de isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, 27 processos de reinvestimento de 30% do IRPJ, 3 pleitos de redução de 12,5% do imposto de renda e 1 pleito de depreciação acelerada incentivada. As empresas beneficiadas com esses incentivos investiram, segundo informações das interessadas, recursos da ordem de R\$ 32,9 bilhões, para se instalarem, modernizarem, diversificarem e ampliarem suas produções. Em 2013 foram 298 processos aprovados, com investimentos da ordem de R\$ 27,2 bilhões (SUDENE, 2014, p.2).

Tabela 2 – Projetos Beneficiados com Incentivos fiscais no período de Janeiro a Dezembro de 2014

ESTADOS	Redução de 75% do IRPJ	Redução de 12,5% do IRPJ	Redução de 30% do IRPJ	Isenção do AFRMM	Deprec. Acelerada Incentivada	Nº PLEITOS	INVESTIMENTO (R\$)
Alagoas	6			1		7	458.619.524
Bahia	64		11	24	1	100	8.583.782.768
Ceará	49	2	5	10		66	388.156.649
Espírito Santo	12					12	5.203.987.549
Maranhão	11		1	6		18	8.015.246.430
Minas Gerais	6		1			7	4.591.672.179
Paraíba	9			3		12	116.760.363
Pernambuco	29	1	4	28		62	4.727.443.096
Piauí	7					7	36.818.973
Rio Grande do Norte	13		3	1		17	300.327.975
Sergipe	11		2	3		16	523.736.137
TOTAIS	217	3	27	76	1	324	32.946.551.668

Fonte: SUDENE/DFIN/CGIF/CIE, 2014.

Com o recorte de estudo do trabalho é o Norte de Minas, destaca-se apenas o Estado de Minas Gerais, para ilustrar qual o valor de investimento é designado para a região, assim tem-se que o estado de Minas Gerais (que incorpora a região norte - mineira) possui 7 pleitos aprovados e aparece em quarto lugar em volume de investimentos recebidos, com recursos da ordem de R\$ 4,6 bilhões, por conta de investimentos da Cemig Distribuição S.A (R\$ 2,8 bilhões) e Cemig Geração e Transmissão S.A. (R\$ 1,5 bilhão), em Montes Claros, área incentivada pela Sudene. Também merece destaque o investimento feito pela Alpargatas S.A. (R\$ 293,4 milhões) para implantação de uma unidade fabril em Montes Claros, voltada para a produção de sandálias (SUDENE, 2014).

Na Tabela 3 verifica-se as dez empresas com maiores recursos de investimento informado para o ano de 2014, em que o município de Linhares no Espírito Santo, possui o maior volume de investimento para o período no comparativo com os outros Estados.

Tabela 3 – As dez empresas com maior volume de investimento da Sudene no ano de 2014

EMPRESA	Município	UF	Incentivo	Setor Econômico	INVESTIMENTO (R\$)
Transportadora Associada de Gás	Linhares	ES	Redução 75%	Infraestrutura: transporte de gás	5.000.000.000
Suzano Papel e Celulose	Imperatriz	MA	Redução 75%	Ind. Transformação: papel e celulose	4.900.000.000
CEMIG Distribuição S.A	Montes Claros	MG	Redução 75%	Infraestrutura: energia elétrica	2.777.099.092
Enseada Indústria Naval S.A	Maragogipe	BA	Redução 75%	Infraestrutura: transportes	2.635.228.780
CEMIG Geração e Transmissão S.A	Montes Claros	MG	Redução 75%	Infraestrutura: energia elétrica	1.480.950.510
Parnaíba I Geração de Energia S.A	Santo Antônio dos Lopes	MA	Redução 75%	Infraestrutura: energia elétrica	1.200.000.000
Companhia Energética de Pernambuco	Recife	PE	Redução 75%	Infraestrutura: energia elétrica	1.194.466.000
Cervejaria Petrópolis da Bahia LTDA	Alagoinhas	BA	Redução 75%	Ind. Transformação: alimentos e bebidas	1.139.735.087
JAC Brasil Automóveis LTDA	Camaçari	BA	AFRMM	Indústria Automotiva	900.000.000
Vanádio de Maracás S.A	Maracás	BA	Redução 75%	Indústria Extrativa: minerais	642.289.000
TOTAL					21.869.768.469

Fonte: SUDENE/DFIN/CGIF/CIE, 2014.

O Estado do Espírito Santo possui 12 pleitos aprovados com valor de investimentos somando a ordem de R\$ 5,2 bilhões, isso devido a ação investidora da empresa Transportadora Associada de Gás S.A – TAG na região, esta que é subsidiária integral da Petrobrás, em

Linhares. O objetivo deste investimento ocorreu para a implantação de um sistema de transporte do gás natural processado no Polo Cacimbas interligando as malhas sudeste e nordeste.

Para o ano de 2016 as informações encontradas nos relatórios da superintendência demonstram que os incentivos disponibilizados para o período foram:

No período compreendido entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 a Diretoria Colegiada da SUDENE aprovou 327 pleitos de incentivos fiscais, distribuídos da seguinte forma: 278 pedidos de redução de 75% do imposto de renda; 48 processos de reinvestimento de 30% do IRPJ, além de um pleito de depreciação incentivada acelerada. Em relação ao mesmo período do ano anterior, quando foram aprovados 346 pleitos de incentivos fiscais, observou-se redução de 5,5%. Entretanto, deve ser considerado na análise, o fato de que a isenção do AFRMM somente vigorou até 31.12.2015. Assim sendo, descontando-se os pleitos de isenção do AFRMM aprovados no mesmo período de 2015, o crescimento observado foi da ordem de 13,9%. Esses incentivos contribuíram para a geração e/ou manutenção de 156.860 empregos diretos e indiretos, dos quais 19.597 relativos à criação de novos postos de trabalho, além de minimizar em parte os efeitos da crise econômica enfrentada pelo País nos últimos anos (SUDENE, 2016, p.2-3)

A Tabela 4 ilustra os pleitos aprovados e investimentos registrados de todos os Estados que fazem parte da área de atuação da Sudene.

Tabela 4 – Pleitos Aprovados e Investimentos registrados durante o ano de 2016 pela Sudene

ESTADOS	Nº PLEITOS	INVESTIMENTO (R\$)
Alagoas	17	352.733.120
Bahia	81	3.368.702.972
Ceará	58	6.216.196.234
Espírito Santo	16	463.866.474
Maranhão	8	374.396.546
Minas Gerais	12	859.484.734
Paraíba	24	578.437.424
Pernambuco	59	2.526.874.665
Piauí	15	1.021.080.358
Rio Grande do Norte	22	163.117.400
Sergipe	15	114.245.8227
TOTAIS	327	16.039.135.735

Fonte: SUDENE/DFIN/CGIF/CIE, 2016.

O Estado de Minas Gerais, em 2016, obteve R\$ 859,5 milhões e se destacou pelos investimentos de R\$ 575,6 milhões realizados pela Mineração Riacho dos Machados Ltda. para exploração de ouro em uma mina localizada na cidade do mesmo nome e pelo investimento de

R\$ 230 milhões feito pela Nestlé Brasil Ltda. para implantação de sua fábrica localizada na cidade de Montes Claros (SUDENE, 2016).

Na Tabela 5 mostra-se para o ano de 2016 as empresas que obtiveram os maiores incentivos fiscais pela Sudene.

Tabela 5 – As dez empresas com maior volume de investimento informado pela Sudene em 2016

EMPRESAS	LOCALIZAÇÃO	ATIVIDADE	INVESTIMENTO (R\$)
Porto do Pecém Geração de Energia S.A	São Gonçalo do Amarante/CE	Infraestrutura: energia	3.632.502.514
Ventos de Santa Joana e Ventos de Santo Onofre	Simões/PI	Infraestrutura: energia	943.320.470
Ventos de Santa Brígida (I a VII) Energias renováveis S.A	Caetés e Paratama/PE	Infraestrutura: energia	915.642.458
Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A	Salvador/BA	Petroquímicos	887.645.218
Interligação Elétrica Garanhuns S.A	Garanhuns/PE	Infraestrutura: energia	841.830.684
Companhia Industrial de Cimento Apodi	Quixerê - CE	Ind. da transformação: minerais	680.000.000
Mineração Riacho dos Machados LTDA	Riacho dos Machados/MG	Extração de minerais	515.572.826
Veracel Celulose S.A	Eunápolis/BA	Ind. da transformação: papel e celulose	500.893.298
Jacobina Mineração e Comércio LTDA	Jacobina/BA	Extração de minerais	478.371.000
White Martins Pecém Gases Industriais LTDA	São Gonçalo do Amarante/CE	Ind. da transformação: químicos	346.332.896
TOTAL			9.742.111.364

Fonte: SUDENE/DFIN/CGIF/CIE, (2016).

As dez maiores empresas por volume de investimentos respondem por mais de R\$ 9 bilhões de todos os investimentos registrados no período, conforme Tabela 5, com destaque para o Porto de Pecém Geração de Energia S.A, localizado no Estado do Ceará.

A Sudene apresenta os seguintes aspectos para o ano de 2018, os dados podem ser verificados nas Tabelas 6 e 7. De início, apresenta-se as considerações acerca dos seus pleitos e sobre o seu desempenho no período.

No ano de 2018 a quantidade de pleitos ingressada suplantou sobremaneira todo o desempenho que vinha sendo observado nos anos anteriores, tendo ao final do exercício sido aprovados um total de 604 pleitos, incluídos os 548 de Redução de 75% do IRPJ, os 55 de Reinvestimento de 30% do IRPJ, e um de Depreciação Acelerada Incentivada. Os empreendimentos beneficiados com esses incentivos contribuíram para a geração e/ou manutenção de 273.135 empregos, números esses que serão comentados ao final do relatório. Também foram expedidas 197 Resoluções reconhecendo o direito ao benefício da redução de 75% do IRPJ e adicionais para projetos de empreendimentos com entrada em operação prevista para após 31.12.2018 (SUDENE, 2018, p.5).

No montante de investimentos informa-se uma ordem de R\$ 64,9 bilhões por conta dos 548 pleitos de Redução de 75% do IRPJ aprovados pela Sudene em 2018, decorrentes dos diversos pleitos de implantação, modernização e ampliação aprovados nesse ano. Montante praticamente igual ao observado em 2017, quando foram registrados R\$ 64,6 bilhões em investimentos.

Tabela 6 – Pleitos aprovados pela Sudene por Estados e investimentos registrados para o período de Janeiro a Dezembro de 2018

ESTADOS	Redução de 75% do IRPJ e Adicionais	Reinvestimento de 30% do IRPJ	Depreciação Acelerada Incentivada	INVESTIMENTO (R\$)
Alagoas	17	2		488.763.837,49
Bahia	166	13		26.549.084.891,17
Ceará	86	9		6.084.145.706,62
Espírito Santo	39	4		2.206.789.816,78
Maranhão	19	1		9.193.676.807,02
Minas Gerais	21	2		798.865.134,71
Paraíba	13	2		271.044.218,67
Pernambuco	87	11	1	10.819.660.749,21
Piauí	19	0		2.006.443.843,40
Rio Grande do Norte	54	9		5.115.468.825,77
Sergipe	27	2		1.255.822.319,19
TOTAIS	548	55	1	64.892.259.090,03

Fonte: SUDENE/DFIN/CGIF/CIE, 2018.

Para o ano de 2018 a Sudene não especificou as dez empresas com maiores investimentos por estado, o outro dado disponível é sobre geração de empregos. As informações referentes a empregabilidade no período estão na Tabela 7:

Tabela 7 – Total de empregos informados pelas empresas beneficiadas pela Sudene para o ano de 2018

ESTADOS	Criação de Empregos com Carteira Assinada			Manutenção de Empregos com Carteira Assinada			Total de Empregos Informados		
	Diretos	Terceirizados	Total	Diretos	Terceirizados	Total	Diretos	Terceirizados	Total
Alagoas	326	91	417	2.555	2.537	5.092	2.881	2.628	5.509
Bahia	3.639	9.027	12.666	48.551	27.988	76.569	52.220	37.015	89.235
Ceará	3.047	462	3.509	28.231	9.526	37.757	31.278	9.988	41.266
Espírito Santo	897	127	1.024	8.234	2.119	10.353	9.131	2.246	11.377
Maranhão	906	393	1.299	4.522	5.895	10.417	5.428	6.288	11.716
Minas Gerais	290	41	331	10.173	3.111	13.284	10.463	3.152	13.615
Paraíba	110	2	112	10.507	1.040	11.547	10.617	1.042	11.659
Pernambuco	2.991	611	3.602	34.558	14.130	48.688	37.549	14.741	52.290
Piauí	450	916	1.366	4.743	4.481	9.224	5.193	5.397	10.590
Rio Grande do Norte	437	445	882	10.595	3.319	13.914	11.032	3.764	14.796
Sergipe	142	0	142	8.678	2.262	10.940	8.820	2.262	11.082
TOTAIS	13.235	12.115	25.350	171.377	76.408	247.785	184.612	88.523	273.135

Fonte: SUDENE/DFIN/CGIF/CIE, 2018.

A Bahia, com 89.235 empregos informados, liderou o ranking nesse período. Pernambuco, com 52.290 empregos veio em segundo lugar, seguido do Estado do Ceará, com 41.266 empregos. O Rio Grande do Norte, reportando 14.796 empregos criados e mantidos pelas empresas que obtiveram incentivos fiscais no ano de 2018; o Norte de Minas Gerais, com 13.615 empregos, o Norte do Espírito Santo, com 11.377 empregos e o Estado da Paraíba, com 11.659 empregos registrados foram os demais destaques em termos de geração e manutenção de postos de trabalho na região.

Em sequência apresenta-se na Tabela 8, os dados disponíveis sobre a aprovação dos pleitos industriais pela Sudene no período de 2011 a 2017 e seus respectivos municípios de instalação.

Tabela 8 – Projetos aprovados no Norte de Minas pela Sudene (2011 -2017)

(Continua)

Data do Processo	Incentivo	Tipo Projeto	Setor Econômico	Razão Social da Empresa	Município
13/01/2011	Redução de 75% do IRPJ	Modernização Total	Indústria de transformação – Químicos	VALLÉE S/A	Montes Claros
17/01/2011	Reinvestimento de 30% do IRPJ	Complementação Equipamentos	Indústria de transformação - Minerais não-metálicos e outros	CIA. FERROLIGAS MINAS GERAIS - MINAS LIGAS	Pirapora

Tabela 8 – Projetos aprovados no Norte de Minas pela Sudene (2011 -2017)

(Continua)

Data do Processo	Incentivo	Tipo Projeto	Setor Econômico	Razão Social da Empresa	Município
23/02/2011	Redução de 75% do IRPJ	Implantação	Indústria de transformação – Fábrica de máquinas e equipamentos	SAGA MEDIÇÃO LTDA	Bocaiúva
04/07/2011	Redução de 75% do IRPJ	Modernização Total	Indústria de transformação - Minerais não-metálicos e outros	COMPANHIA FERROLIGAS MINAS GERAIS – MINASLIGAS	Pirapora
12/07/2011	Redução de 75% do IRPJ	Ampliação	Indústria de transformação - Têxtil e outros	LUCIVALDO BARROS LIMA	Espinosa
11/10/2011	Reinvestimento de 30% do IRPJ	Complementação Equipamentos	Indústria de transformação - Minerais não-metálicos e outros	COMETAL ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA	Montes Claros
23/11/2011	Reinvestimento de 30% do IRPJ	Complementação Equipamentos	Indústria extrativa de minerais metálicos	CIA. FERROLIGAS MINAS GERAIS - MINAS LIGAS	Pirapora
17/02/2012	Reinvestimento de 30% do IRPJ	Complementação Equipamentos	Indústria de transformação – Fábrica de máquinas e equipamentos	ELSTER MEDIÇÃO DE ÁGUA S/A	Montes Claros
27/04/2012	Redução de 75% do IRPJ	Implantação	Eletroeletrônica	ANÁLISE INFORMÁTICA LTDA.	Montes Claros
05/09/2012	Redução de 75% do IRPJ	Implantação	Indústria de transformação - Alimentos e bebidas	ARRUDA ALIMENTOS LTDA	Taiobeiras
07/11/2012	Redução de 75% do IRPJ	Modernização Total	Indústria de transformação - Minerais não-metálicos e outros	RIMA INDUSTRIAL S/A	Várzea da Palma
07/11/2012	Redução de 75% do IRPJ	Modernização Total	Indústria de transformação - Minerais não-metálicos e outros	RIMA INDUSTRIAL S/A	Bocaiúva
02/01/2013	Redução de 75% do IRPJ	Modernização Total	Indústria de transformação – Químicos	FÁBRICA MINEIRA DE ELETRODOS E SOLDAS DENVER S/A	Montes Claros

Tabela 8 – Projetos aprovados no Norte de Minas pela Sudene (2011 -2017)

(Continua)

Data do Processo	Incentivo	Tipo Projeto	Setor Econômico	Razão Social da Empresa	Município
22/02/2013	Redução de 75% do IRPJ	Modernização Total	Indústria de transformação – Fábrica de máquinas e equipamentos	BOCAIÚVA MECÂNICA LTDA	Bocaiúva
30/08/2013	Depreciação Acelerada	Modernização	Indústria de transformação - Produtos farmacêuticos	NOVO NORDISK PRODUÇÃO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA	Montes Claros
17/04/2014	Redução de 75% do IRPJ	Implantação	Infraestrutura	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A	Montes Claros
17/04/2014	Redução de 75% do IRPJ	Implantação	Infraestrutura	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A	Montes Claros
08/05/2014	Redução de 75% do IRPJ	Modernização Total	Indústria de transformação – Fábrica de máquinas e equipamentos	ELSTER MEDIÇÃO DE ÁGUA S/A	Montes Claros
13/10/2014	Redução de 75% do IRPJ	Implantação	Indústria de transformação - Têxtil e outros	ALPARGATAS S/A	Montes Claros
30/12/2014	Redução de 75% do IRPJ	Modernização Total	Indústria de transformação - Alimentos e bebidas	NESTLÉ WATERS BRASIL - BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA	Montes Claros
11/02/2015	Reinvestimento de 30% do IRPJ	Complementação Equipamentos	Indústria de transformação - Minerais não-metálicos e outros	CIA. FERROLIGAS MINAS GERAIS - MINAS LIGAS MINASPUMA	Pirapora
27/01/2016	Redução de 75% do IRPJ	Modernização Total	Indústria de transformação – Madeira	INDÚSTRIA DE COLCHÕES LTDA	Montes Claros
01/02/2016	Reinvestimento de 30% do IRPJ	Complementação Equipamentos	Indústria de transformação - Minerais não-metálicos e outros	JLX MINERAÇÃO S/A	Montes Claros
22/02/2016	Redução de 75% do IRPJ	Implantação	Indústria extrativa de minerais metálicos	MINERAÇÃO RIACHO DOS MACHADOS LTDA	Riacho dos Machados

Tabela 8 – Projetos aprovados no Norte de Minas pela Sudene (2011 -2017)

(Conclusão)

Data do Processo	Incentivo	Tipo Projeto	Setor Econômico	Razão Social da Empresa	Município
25/05/2016	Redução de 75% do IRPJ	Implantação	Indústria de transformação - Têxtil e outros	COUROQUÍMICA COUROS E ACABAMENTOS LTDA	Pirapora
27/06/2016	Redução de 75% do IRPJ	Implantação	Eletroeletrônica	VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S/A	Montes Claros
18/08/2016	Redução de 75% do IRPJ	Implantação	Indústria de transformação - Minerais não-metálicos e outros	JLX MINERAÇÃO S/A	Montes Claros
19/08/2016	Redução de 75% do IRPJ	Implantação	Indústria de transformação - Alimentos e bebidas	NESTLÉ BRASIL LTDA	Montes Claros
09/09/2016	Redução de 75% do IRPJ	Modernização Total	Indústria de transformação - Produtos farmacêuticos	NOVO NORDISK PRODUÇÃO FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA	Montes Claros
04/04/2017	Redução de 75% do IRPJ	Implantação	Indústria de transformação - Produtos farmacêuticos	HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA	Montes Claros
09/06/2017	Redução de 75% do IRPJ	Modernização Total	Indústria de transformação - Produtos farmacêuticos	NOVO NORDISK PRODUÇÃO FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA	Montes Claros
20/06/2017	Reinvestimento de 30% do IRPJ	Complementação Equipamentos	Indústria de transformação - Têxtil e outros	AMIL CONFECÇÕES LTDA	Espinosa
10/08/2017	Reinvestimento de 30% do IRPJ	Complementação Equipamentos	Indústria de transformação - Têxtil e outros	COUROQUÍMICA COUROS E ACABAMENTOS LTDA	Pirapora
26/10/2017	Redução de 75% do IRPJ	Implantação	Eletroeletrônica	OIW INDÚSTRIA ELETRÔNICA S/A	Montes Claros

Fonte: Sudene, 2019. Organização da Autora, 2019.

Conforme a Tabela 8 de 89 municípios, apenas sete apresentam pleitos aprovados da Sudene para o período são eles: Bocaiúva, Espinosa, Montes Claros, Pirapora, Riacho dos Machados, Taiobeiras e Várzea da Palma. Montes Claros segue sendo o que mais possui aprovações, confirmando o que já foi descrito no capítulo anterior como a cidade referência da região e possuir a infraestrutura mais completa e atrativa entre todos os municípios da região.

Este capítulo apresentou brevemente considerações sobre a Sudene, correlacionando sua perspectiva histórica com a atualidade dos dados disponíveis em seu site oficial. O foco principal deste espaço é informar que a Sudene foi e é importante para o fomento do desenvolvimento regional brasileiro, mesmo que sem as características desenvolvimentistas originais, a autarquia cumpre um papel relevante no fomento a industrialização da área do Nordeste, a se considerar que sem ela seria mais difícil avançar.

Isto, se comprova, pois, no período de sua extinção e da atuação da ADENE poucas são as informações existente sobre atividades que geraram alguma contribuição para a economia, apenas relatos vagos sobre reformulações ou discussões que visavam uma maior efetividade ou reativação de suas ações.

Com o retorno da Sudene mesmo perdida de sua essência original retornam-se ações de apoio a indústria que geram emprego, infraestrutura entre outras mesmo que não de forma total e motriz as ações da Sudene, ainda são de alta relevância para quem sabe encontrar o caminho desenvolvimentista para o Brasil e redução das disparidades regionais.

6 CAPÍTULO 3 – AS AÇÕES DESENVOLVIMENTISTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DOS ANOS 2000

Neste capítulo apresentam-se as informações coletadas por meio de entrevistas²⁷, com representantes de entidades que instrumentalizam políticas públicas para a região Norte de Minas. A proposta é analisar as informações disponíveis e o papel destas instituições na condução do desenvolvimento regional. O intuito ainda, é identificar e entender o que tem sido feito em termos de política pública e ações desenvolvimentistas para promover o desenvolvimento econômico na região no período pós anos 2000. A definição das entidades pesquisadas contempla uma entidade pela ótica da iniciativa privada na perspectiva regional (FIEMG) e as outras na ação do setor público: uma na atuação regional de âmbito estadual (IDENE) e a outra no âmbito federal (Codevasf).

6.1 O Norte de Minas pela visão da FIEMG – REGIONAL NORTE

A FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais é um sistema que trabalha para contribuir efetivamente com a indústria mineira, buscando resultados que sustentem sua competitividade (FIEMG, 2019).

A entidade privada é mantida por sindicatos do segmento industrial e trabalha com a intenção de fortalecer a indústria mineira, incentivando sua competitividade, inovação e ações de sustentabilidade para geração de novos negócios, riquezas e desenvolvimentos.

Os sistemas de federações industriais, existem em todo país e em Minas Gerais a missão da FIEMG se dá por: “promover a Indústria Mineira em sintonia com os interesses da sociedade, estimulando os valores da livre iniciativa e o empreendedorismo” (FIEMG, 2019).

²⁷ As entrevistas foram realizadas entre os meses de fevereiro a maio de 2019, por meio de gravação de áudio onde utilizou-se do questionário semiestruturado que pode ser consultado no anexo da dissertação. A metodologia da pesquisa qualitativa foi previamente definida e testada, onde se estabeleceu um roteiro de perguntas para orientar a pesquisadora a alcançar resultados compatíveis com as questões de interesse levantadas durante a pesquisa bibliográfica e análise de dados.

No município de Montes Claros, encontra-se a sede da FIEMG – Regional Norte que é parte da análise desta sessão, por isso realizou-se entrevista com seu representante para obter dados referentes ao seu papel no desenvolvimento econômico regional do Norte de Minas.

De início, o entrevistado faz uma introdução sobre a temática abordada na entrevista citando questões históricas e do desenvolvimento, na perspectiva das suas vivências na região Norte de Minas. Assim, ele entende que o desenvolvimento econômico de uma região acontece por duas condições:

“primeiro pelas riquezas pré-existentes e depois pela “habilidade” ou necessidade de seu povo, quer dizer uma região não se desenvolve se não tiver esses dois vieses [...] Somos os geraizeiros, os Gerais das minas onde o Norte de Minas esse Vale do São Francisco produzia para alimentar a Coroa que explorava os metais preciosos” (...)

Percebe-se que os moldes econômicos se iniciam com a produção de alimentos/pecuária, a forte tendência agrária na localidade é histórica, isso também é descrito na revisão bibliográfica regional pelos autores Vianna (1916), Cardoso (1996), Oliveira (2000), Rodrigues (2001), Pereira (2007), França (2012) entre outros.

O entrevistado relata sobre a história do desenvolvimento industrial em Minas Gerais, que começou na Zona da Mata, perto de Juiz de Fora. Posteriormente, Minas Gerais percebe a necessidade de ampliar a sua base industrial e descentralizar da Zona da Mata e com advento da Sudene, o Norte de Minas experimentou uma *“Revolução Industrial”*, isso porque na época *“muitas empresas vieram aproveitando os incentivos fiscais e foram embora, mas a maioria dessas indústrias ainda estão na região”*.

O destaque relatado para região ocorre por que a maior fábrica de leite condensado do mundo está em Montes Claros, que todo *“leite moça”*, todo leite condensado da Nestlé vendido no Brasil é fabricado em Montes Claros. E assim descreve, sobre essa diversificação da indústria no Norte de Minas, mas principalmente Montes Claros que é um *“polo industrial considerável”* e, que atuando na FIEMG pode participar da atração de várias dessas indústrias que aqui estão.

“Vieram outras empresas de vários segmentos por causa da Sudene, então é inegável que o desenvolvimento industrial, se dá a partir da Sudene. Sem dúvida, a Sudene foi um divisor de águas para a região e para o desenvolvimento econômico, com desdobramento social (...) a Sudene é um marco para a região, antes da Sudene e depois da Sudene são fases distintas... bem como o desenvolvimento acadêmico, cultural e também com base para a sustentação da economia antes da Unimontes e depois da Unimontes...”

Destaca-se no processo do desenvolvimento na região: a vinda da UFMG, hoje são quase 30 instituições de ensino superior em Montes Claros entre faculdades, centro universitário e Universidades, e isso veio fortalecendo a cidade que se torna a principal do Norte de Minas, que se configura como um polo universitário e mais do que isso “*se configura como um polo industrial*”.

Em sua fala descreve as características do pátio industrial de Montes Claros (...) *nós temos a melhor planta da Novo Nordisk no mundo.... Então devemos ter orgulho das nossas empresas instaladas na região: Coteminas... etc. E o foco agora da FIEMG é para consolidar aqui na região um polo farmacêutico*”.

Os esforços para que se aconteça essa consolidação do polo industrial farmacêutico, já têm sido identificados, como por exemplo, a confirmação da instalação da “*Eurofarma a maior indústria farmacêutica do Brasil*”, que chega na cidade de Montes Claros. Outra empresa que já se instalou na cidade é a *Hipolabor* que já está em vias de inauguração. Vale destacar a *Novo Nordisk*, que já está na região há algum tempo, influenciando essa vontade de se consolidar um pátio industrial farmacêutico. Outra informação, que foi disponibilizada é sobre a *MSD Saúde Animal* que comprou a *Vallée*, outra negociação ativa é sobre a *Sanval* que é uma empresa de São Paulo também do ramo farmacêutico e possivelmente uma empresa argentina que produz medicamentos oncológicos, a *Aspen Pharma*.

A FIEMG atua de forma direta na atração de investimentos junto com outras entidades, junto com os municípios para o recebimento desses investimentos industriais, cita o entrevistado que “*(...) a porta de entrada de qualquer empresa no Brasil é o governo federal, no Estado é o governo estadual e no município é a prefeitura*”.

As parcerias da FIEMG com o Governo de Minas ocorrem de várias formas, mas principalmente pela contribuição em relação ao fortalecimento das indústrias em todo o estado. Para isso, a FIEMG – MATRIZ situada em Belo Horizonte, faz um plano de desenvolvimento industrial para o estado de Minas Gerais, que possui 10 regionais. A regional aqui entrevistada, representa os interesses do Norte de Minas e possui um papel importante no desenvolvimento da indústria na região.

Um dos pontos atuais de trabalho citados pelo entrevistado é realização dos trabalhos para a criação do novo distrito industrial ou distrito industrial 2, o planejamento dessa expansão foi feito com a CODEMIG -Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, que faz parte do governo e assessorou na elaboração deste plano.

A FIEMG possui uma área internacional e uma área de captação e desenvolvimento industrial, relatou-se que *“acendeu uma luzinha de investimento no Brasil, investimento industrial porque não minas? E sendo em Minas, o meu papel porque não em Montes Claros ou em qualquer cidade do Norte de Minas!”*

As ações desenvolvidas pela FIEMG possuem uma interface federal, estadual e municipal. As parcerias da FIEMG com o Governo de Minas para o Norte de Minas se dão por meio da articulação de recursos e na tentativa de atração de indústria para a região. O entrevistado cita que o pátio industrial de Montes Claros é um dos melhores do Brasil. Os exemplos citados por ele, que atua na defesa e garantia de que as indústrias venham para a região faz parte da articulação de uma força tarefa entre política e entidades representativas seja por sindicatos, associações, entre outras.

Sobre a Sudene e sua inserção na região, tem-se os seguintes apontamentos de que não existe um “pós-Sudene”:

“Eu não posso falar Pós Sudene, por que a Sudene, aí está! A Sudene é fundamental, se colocar na planilha com Sudene ou Sem Sudene, a Alpagartas não viria, a Novo Nordisk não viria, a Eurofarma não viria e as grandes indústrias não estariam aqui... ou seja, muitas indústrias não se instalariam na região. Então, a Sudene resiste e é uma realidade positiva para o Norte de Minas! (...)”

Ao conversar sobre a extinção da Sudene, o entrevistado apresenta a seguinte constatação:

*“Ela não foi extinta, ela foi extinta no governo FHC mais os incentivos fiscais e benefícios continuaram a existir. Depois, no governo Lula foi reeditado, infelizmente ela não foi reeditada com o fundo próprio de investimento, mas ela está com seus incentivos que é o rebate do imposto de renda. Já é um grande atrativo! Então, quando se coloca na planilha... uma coisa é a Sudene, uma coisa é o que vc está chamando de pós Sudene, ao meu ver então não é pós Sudene, não existe um Pós Sudene! **A Sudene está aí e ainda bem que ainda que está aí...** [Grifo nosso]”.*

Sobre os anos 2000, apontou-se pelo informante o enfraquecimento da indústria em todo Brasil e, claramente com consequências para a região norte mineira. Relacionando este período com o panorama da desindustrialização (precoce) que ocorre em todo o Brasil e afeta o Norte de Minas. Isto, provoca um despertar dos governos para a retomada do motor industrial na economia e assim estes se voltaram para recuperar, fortalecer as bases industriais, nos aspectos para uma *“reindustrialização”*.

Pontua que a reforma tributária deve acontecer para que haja entrada de investimentos, a fim de que ocorra uma previsibilidade e maior segurança para investimentos

futuros em todo o país. A desindustrialização aconteceu, e está acontecendo no Brasil, mas mesmo assim existe a intenção de investidores, apesar deste quadro “*desindustrial*”. As grandes empresas e possíveis investidoras reconhecem o Brasil com um potencial mercado interno, além do país ser bem relacionado internacionalmente, pacífico e com tratados internacionais que influenciam na decisão de investidores.

A FIEMG tem atuando para contornar o processo precoce de desindustrialização no Brasil, isso em Minas. Há algum tempo, por relato do entrevistado, as instituições empresariais, classe empresarial, os sindicatos sejam elas federações, associações comerciais, entre outras vem debatendo a participação dos empresários na política, pois este segmento identifica dificuldades nas articulações existentes.

Para tanto, a visão atual se molda em sua fala por “*não há desenvolvimento econômico sem política*”, e a partir dessa percepção os empresários e as instituições começaram a participar das discussões da política para o desenvolvimento e não só de uma região, mas ocorre uma preocupação com a totalidade industrial do país. Sendo assim, favorável à criação de uma “*ambiência*” para que os investimentos possam vir no sentido do fortalecimento da interlocução entre o público- privado, “*sem se misturar*”.

Na percepção da FIEMG, diante das observações do entrevistado, é que esta politizou a discussão do desenvolvimento econômico, pois a política por si só não se sustenta. Este expõe que “*o que gera emprego é a indústria, e o que gera riqueza é a indústria e a agricultura, dois setores primários*”. Cita também que a universidade tem uma produção importante, “*inteligência*” que é um dever e uma necessidade aproximar esse conhecimento da classe produtiva, “*esse é o novo viés da FIEMG aproximar a indústria das universidades para utilizar o conhecimento produzido nela*”.

Sobre a Sudene, reflete que sem o modelo por ela implantando a região estaria em dificuldades “*que não tem o que se pensar sobre e se a Sudene não tivesse vindo? E ela veio e que bom que veio!*”. A Valleé que nasceu com o advento da Sudene, foi comprada por uma gigante a *MSD Saúde Animal* e com isso vários engenheiros químicos, profissionais que se especializaram fora voltaram e os que formam aqui tem possibilidades de emprego com o fortalecimento do parque industrial.

Por um tempo, perdeu-se muita mão de obra qualificada formada na própria região, diante do enfraquecimento na indústria, com as propostas de fortalecimento do polo farmacológico e de outros segmentos industriais, muitos profissionais estão regressando.

“A gente sobrevivi sim, se não tivesse ocorrido isso (a política da Sudene) se correria atrás de outra coisa. Nós somos inventivos, nós nos viramos e o que não se pode fazer é ser resistente a uma coisa boa. Não se pode desconsiderar o que foi feito, e não deixar de dar importância a ações que ocorreram na região e obtiveram resultados importantes” a Sudene se confirma como um divisor industrial na região.

O pátio industrial de Montes Claros é diversificado por causa da Sudene, os incentivos trazidos foram de certa forma responsáveis pelas diferenciações industriais na região.

*“A Eurofarma ia para o Nordeste, foi lá conversar sobre os incentivos e eles queriam segurar lá, aí que a FIEMG – Regional entra para trazer pra cá, para articular a vinda dela pra cá. Porque a região do Norte de Minas, possui diferenciais competitivos: **nós somos Sudeste com todos os incentivos do Nordeste [Grifo nosso]**, além das vantagens a região possui o segundo maior entroncamento rodoviário do país facilitando a logística das empresas. ”*

Montes Claros é vista pelo entrevistado como *"um oásis no deserto"*, devido aos dados econômicos e as conjunturas dos índices de desenvolvimento humano serem melhores neste município. A cidade se insere como polo regional (apesar de não irradiar desenvolvimento para a região) (PEREIRA,2007) e possui um parque industrial bem estruturado. Logo, na região Norte de Minas obtém maior destaque por possuir uma estrutura favorável a instalação de novas indústrias e manutenção das que ali já existem.

Uma indústria quando ela quer se instalar no Brasil ela quer ir para o Sul de Minas ou para São Paulo, então quando se convence a indústria de vir para o Norte de Minas ela quer vir para Montes Claros, no entanto a FIEMG – Regional Norte trabalha para consolidar outros polos industriais na região.

“Iniciou-se como polo de confecções em Espinosa, lá tem uma empresa com 1500 funcionários, entre mão de obra direta da própria empresa e de terceirizados, fora os empregos indiretos, uma indústria de confecções de camisa, a empresa chama AMIL CONFECÇÕES. Então, a FIEMG – Regional Norte participa do fortalecimento deste polo de confecções, a função é fortalecer as potencialidades produtivas dentro do Norte de Minas, inclusive assessora a construção do distrito industrial que lá existe. Outro polo industrial em desenvolvimento é em Taiobeiras, focado na produção de moda íntima, que é até exportado. Atualmente tem atuado no projeto de instalação de um distrito industrial em Porteirinha, que se encontra na fase do licenciamento ambiental; e desenvolve o apoio para a qualificação das frutas da Jaíba para que sejam exportadas com a marca própria: Jaíba”.

A FIEMG tem dado suporte no melhoramento dos possíveis polos industriais espalhados pela extensa região do Norte de Minas, estes citados acima são os mais relevantes atualmente na visão do entrevistado. A assessoria é feita para desenvolvimentos desses e de outros polos industriais na região. Observa-se que sua atuação, não é prioritária a Montes

Claros, existe sim uma preocupação em expandir os benefícios de uma boa base industrial para toda a região, apesar das dificuldades de infraestrutura encontradas, o esforço é identificado para que se ocorra novos polos industriais gerando emprego, renda e desenvolvimento econômico para outras cidades do território norte mineiro.

“Então, a FIEMG não trabalha só Montes Claros, eu já levei vários industriais e executivos em algumas cidades para possíveis instalações de indústrias, e isso irá acontecer pois é uma preocupação da própria FIEMG Regional. ”

Sobre as cidades que desenvolve atividades industriais, identifica-se em Porteirinha a extração do ouro (Riacho dos Machados); Pirapora, que já teve cervejaria e hoje atua no extrativismo e outras minerações, como *o grafite* já são encontradas na região. Capitão Éneas tem o destaque para *a Marluvas*, empresa de equipamentos de segurança como botas, luvas, calçados profissionais, que se destaca como líder nacional neste segmento. Entretanto, ainda são poucos municípios dos 89 que fazem parte da Mesorregião Norte de Minas que possuem estrutura industrial, há muito o que se avançar e principalmente, perceber se os demais municípios possuem vocação industrial.

Existe o debate de levar empresas para outros municípios, mas a decisão é também do empresário, do empreendedor. O que se faz é uma tentativa de realocar em outras cidades, mas nem sempre é possível diante das questões de infraestrutura, por exemplo.

O entrevistado relata que há 15, 20 anos a FIEMG realizou um estudo que identificou os dois clusters de desenvolvimento para a região *a fruticultura e o fármaco*, e o mesmo estava certo porque é o que acontece hoje na região. Esses setores têm tido destaque na economia regional.

Sobre as potencialidades do Norte de Minas, o entrevistado acredita que o que vai trazer desenvolvimento para a região é simples: *“Indústria, indústria! E agora a bola da vez é o sol, existe um movimento para se estruturar em grande escala a produção solar na região, as energias renováveis chegam para talvez mudarem a estrutura do Norte de Minas, e o sol aqui é forte e para todos. ”* Conforme fala do entrevistado, o que era de certa forma um "problema" possui um grande potencial de desenvolvimento de sistemas que possam captar a energia solar, transformando-a em energia elétrica, e que este já está acontecendo na região e possui perspectivas de grandes investimentos, é *“um caminho sem volta”* em suas palavras.

O esforço atual é conseguir que a Sudene e o Banco do Nordeste, criasse uma linha específica para atender essa nova potencialidade na região. Montes Claros, Janaúba, Januária, Pirapora todo o Norte de Minas, já iniciaram as instalações para a produção de energias renováveis um tema importante e que abre muitas oportunidades.

Questionado sobre a região ser isolada, relata que quando era mais novo o seu pai lhe fala para ir embora pois a região não apresentava muitas possibilidades:

*“porque o Norte de Minas era difícil demais, ele me disse você tem potencial para ir embora, mas Eu fiquei. E, eu não sei porque eu fiquei! Eu já viajei e viajo o mundo buscando possibilidades pra cá. A região mais pobre de São Paulo, próximo a uma cidade chamada Dracena, eu estive lá tem uns dois anos quando você chega, você vê estradas duplicadas, você vê um desenvolvimento acontecendo... então realmente, nós somos diferentes existem especificidades diferentes (...). Eu não vou dizer, pobres... mas nós somos diferentes, a região possui acessos difíceis, interlocuções difíceis, mas é sabido que a região possui condições de estar na ponta, mudando essa conjuntura de dificuldades estruturais. E para isso, é importante a participação da sociedade, dos empresários, das instituições, dos acadêmicos, de todos na política, **não há desenvolvimento econômico sem política** [Grifo nosso]”.*

Verifica-se que a Sudene foi fundamental para a região, para o desenvolvimento industrial e comercial; suas ações influenciaram para que a cidade de Montes Claros se tornasse um polo de educação e um polo de saúde. A Sudene é ainda o diferencial para esta região, e deve-se *“trabalhar para fortalecer o seu papel por aqui, mas com o intuito de que um dia essa região possa não mais precisar estar na Área Mineira da Sudene, porque ela não precisará mais”* este é o grande desafio, colocado pelo entrevistado.

“A (...) FIEMG trabalha em todos os aspectos só que ela inovou a partir da percepção de que deveria se politizar as discussões de desenvolvimento industrial e econômico. Então, hoje a FIEMG discute esses pontos para tentar fortalecer os processos de atração de investimentos e da base industrial na região e na captação de recursos.”

A FIEMG expandiu suas possibilidades, era uma entidade privada e que não tinha nenhuma parceria com o governo, ela sobrevive das contribuições dos industriais e apresentava um foco muito para a indústria. Atualmente, a partir da percepção de que não é possível se desenvolver sozinho, preocupa-se em agir com todos os atores da sociedade, da indústria, do comércio e da prestação de serviços para buscar um desenvolvimento para todos, criando um ambiente favorável para os investimentos através de políticas públicas de desenvolvimento, qualificação de mão de obra e bem-estar para o trabalhador.

Na próxima sessão, apresentar-se-á a entrevista com o órgão de âmbito estadual que atua na execução de políticas públicas vinculado a SEDE (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais), o mesmo tem o objetivo de assessorar o governo nas questões da economia, implementando ações de desenvolvimento regional e realizando diagnósticos econômicos e sociais das regiões atendidas.

6.2 O Norte de Minas na visão do IDENE

O IDENE²⁸ – Instituto de desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais é uma entidade estadual que se destaca como uma importante ferramenta de fomento ao desenvolvimento socioeconômico do Norte de Minas. É vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE.

O IDENE tem como missão promover e coordenar programas e projetos que visem ao desenvolvimento sustentável e à redução das desigualdades dos vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas em relação ao restante do Estado. Tem como visão tornar as regiões do Norte de Minas em áreas de grande desenvolvimento sustentável com indicadores de qualidade de vida superiores à média nacional (SEDINOR, 2018).

A sua ação visa promover o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais, com atribuições de:

I – diagnosticar as condições de propulsão econômica de sua área de abrangência e identificar alternativas visando à redução das desigualdades regionais; II – promover e coordenar ações de fomento em setores estratégicos para a sustentabilidade econômica e social; III – elaborar, implantar e acompanhar programas e projetos que visem à ampliação e ao fortalecimento da infraestrutura regional, à inclusão social com geração de emprego, trabalho e incremento da renda e à expansão e diversificação da base econômica; IV – promover ações com vistas à implantação, ao fortalecimento e à melhoria de arranjos e cadeias produtivas estratégicas nas regiões de baixa propulsão econômica; V – planejar, coordenar, supervisionar, orientar e executar plano, programa, projeto ou atividade permanente ou emergencial de combate aos efeitos da seca, em consonância com as diretrizes governamentais, especialmente as emanadas do Conselho de Desenvolvimento do Semiárido Mineiro. O IDENE poderá desenvolver projetos especiais em regiões não incluídas na base territorial de sua atuação para cumprimento de objetivos e metas de redução de desigualdades sociais e enfrentamento da pobreza em áreas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – e de reduzida propulsão econômica, observadas a intersetorialidade, a vinculação à política específica nos termos do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e do Plano Plurianual da Ação Governamental – PPAG (IDENE, 2018).

²⁸ Criado pela Lei nº14.171/2002. O Decreto nº 45.681/2011 contém o Regulamento do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – IDENE.

A representante do IDENE relata que tomou posse recentemente (18 de fevereiro de 2019), que esta instituição é uma autarquia estadual criada [pela Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016 (art. 68). Decreto nº 47.352, de 25 de janeiro de 2018] com um objetivo ousado e extremamente amplo, principalmente na perspectiva da execução de políticas públicas.

O IDENE inicialmente em sua criação era vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, depois esteve na extinta SEDINOR - Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais e, neste ano de 2019 está ligado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE²⁹. No entendimento da entrevistada é como se o IDENE fizesse o papel de uma agência de desenvolvimento do governo para atender a região do Norte do Estado e dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. A sua área de abrangência atua no recorte de 258 municípios, onde se percebe pelos próprios indicadores socioeconômicos a existência de uma desigualdade muito grande, isso tanto na distribuição de renda como nas questões sociais e da qualidade de vida, principalmente em comparação com as outras regiões do Estado de Minas Gerais.

Com a ação da Sudene na região, muito se evolui nos quesitos industriais, mas isso só pode ser verificado na cidade de Montes Claros e em algumas cidades circunvizinhas que receberam a instalação de uma ou duas indústrias gerando desenvolvimento local.

O processo industrial na região Norte de Minas foi isolado sendo que o município de Montes Claros o que mais se beneficiou com a vinda das indústrias. Logo com as políticas de incentivos fiscais para região muda-se a configuração das perspectivas de desenvolvimento para a região principalmente na década de 1970 (auge dos incentivos da Sudene) e esse beneficiamento para esta cidade em maior totalidade, ocorre por ela possuir uma infraestrutura de serviços mais significativa em relação aos outros municípios da região.

Em consideração a região do Norte de Minas, a entrevistada observa que:

“Na verdade se você pegasse Montes Claros isolado e pelo menos mais uns quatro municípios da região, os que tem pontos industriais por exemplo: Pirapora, Capitão Enéas, Bocaiúva, Várzea da Palma... são esses municípios que destoam um pouco dessa realidade, até pelo fato de terem empreendimentos industriais, então isso puxa e influencia no cálculo dos indicadores alterando a média desses números, mas isoladamente você percebe que são bem distintos da grande maioria e, são pontos diferenciados e uma pequena minoria. [Grifo nosso]”

²⁹ O Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE) passou a ser uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE). Isso ocorreu pela Lei 23304/2019, que estabeleceu a nova estrutura orgânica do Poder Executivo e foi publicada em 30 de maio de 2019 (PORTAL GOVERNO DE MINAS, 2019).

O IDENE quando foi criado possuía uma proposta de trabalhar nas questões de atendimento as necessidades essenciais, diante das demandas principais da região via políticas mais assistencialistas através do “Plano de Urgência para o Enfretamento da Seca” que atua na perfuração de poços tubulares, distribuição de tubo, caixa d’água, bomba e na distribuição de sementes. O objetivo dessa ação é garantir o abastecimento de água nos municípios em situação de emergência devido à seca e à estiagem e de fortalecer a agricultura familiar para a produção de alimentos.

As políticas públicas desenvolvidas pela autarquia estadual passam por apoiar a redução dos efeitos da seca, além de apoio a arranjo produtivos locais e fortalecimento destes no âmbito regional.

O “Programa Água para Todos” que possui parceria com governo federal, realiza obras de melhoria da infraestrutura hídrica visando a universalização do acesso à água para consumo humano e para a produção agrícola. As ações do programa são feitas por meio da construção de pequenas barragens, barraginhas, barreiros, cisternas de placas e de polietileno e da criação de sistemas coletivos de abastecimento de água.

O “Programa Leite Vida” visa promover o fortalecimento da cadeia produtiva do leite por meio da geração de renda, garantindo a compra do leite a preços mais justos. O programa apresenta três fases diferentes de implementação: aquisição do produto junto ao pequeno produtor leiteiro/agricultura familiar cadastrado, beneficiamento do leite junto aos laticínios da região e entrega por um agente público do IDENE para os beneficiários do programa. Este programa também contribui para o combate à fome e à desnutrição de pessoas que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou estado de insegurança alimentar e nutricional, por meio da distribuição gratuita do leite.

O “Artesanato em Movimento” atua no fortalecimento dos canais de comercialização dos produtos artesanais e nas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, contribuindo para a defesa da imagem e identidade do artesanato na região. As atividades se baseiam na realização de feiras e eventos fomentando a abertura de novos mercados, criando demandas e ampliando a categoria.

O “Programa Brasil Alfabetizado” executado pelo IDENE na região contribui para a superação do analfabetismo, tem por objetivo a universalização da alfabetização de jovens, adultos e idosos, bem como a progressiva continuidade dos estudos em níveis mais elevados, promovendo o acesso à educação como direito de todos.

O “Programa de Desenvolvimento do Norte e Nordeste” constrói suas intervenções no apoio à geração de renda, na perspectiva da promoção do trabalho e na redução da vulnerabilidade da população pobre do Norte e Nordeste de Minas Gerais. A suas ações são voltadas para a dinamização da economia, fortalecimento da base social por meio das organizações da sociedade civil, onde tenta-se promover a coordenação e a cooperação entre os atores locais na busca de alternativas de trabalho evitando a migração laboral. As ações ocorrem por meio da identificação das cadeias produtivas, das potencialidades de geração de renda na região por meio de diagnóstico participativo. O programa fomenta a possibilidade de financiamento de atividades produtivas locais, visando apoiar as comunidades que necessitam de equipamentos e instalações para o desenvolvimento destas atividades produtivas. Sendo assim, tem finalidade de agregar valor nas cadeias produtivas já existentes, na promoção da integração territorial e na sustentabilidade socioeconômica.

O desafio atual é trabalhar em projetos estruturantes de forma conjunta com os de assistencialismo para criar mecanismos de transformação. Um dos pontos, colocado pela representante do IDENE é a preocupação em desenvolver ações que mudem a estrutura produtiva e que proporcione infraestrutura para o Norte de Minas para que este consiga “*andar com suas próprias pernas*”, sem a intervenção estatal prioritária mais de forma associativa.

Os recursos que mantêm as atividades da entidade/autarquia estadual são providos tanto do âmbito estadual e federal, assim esta atua como parte executora de políticas públicas que visam melhorias para o Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha. A mesma relata que a situação norte mineira é muito superior e melhor que esta região, que o problema de infraestrutura é maior no Vale do Jequitinhonha.

Em linhas gerais o IDENE atua com muitos convênios, faz uma captação de recursos e atua como braço operacional da SEDE executando as políticas públicas direcionadas por esta secretaria, boa parte dessas políticas são por meio de convênios principalmente do governo federal. Ocorre também a execução de políticas estaduais, mas tem muitas ações que são via convênios com ministérios a nível federal, como Ministério da Cidadania, Ministério da Integração Nacional que desenvolvem diversos programas com temas relevantes para a região: água para todos e outros projetos nessa mesma lógica, pois essa região tem especialmente uma dificuldade com os recursos hídricos.

Para o período a partir dos anos 2000, a entrevistada percebe que o IDENE foi muito importante para essa região diante as políticas implementadas:

(...) embora acredito que precisasse focar na questão de projetos mais estruturantes, a política executada pelo IDENE, tem contribuído sim para minimizar as desigualdades regionais. O que eu percebo é o que IDENE além dessas políticas públicas de atendimento as necessidades primárias dessa região, especialmente a questão da escassez de recursos hídricos, ele tem hoje uma frente, um outro vetor que é trabalhar projetos estruturantes. Então, eu já vejo aí um movimento do próprio IDENE para por exemplo: um projeto grande na parte da energia fotovoltaica para a região, incluindo o Vale do Jequitinhonha, trabalhando por meio de consórcios de municípios. ”

O Norte de Minas pelo olhar da entrevistada, já possui autonomia nesse sentido da produção de energia fotovoltaica (energia solar) e, é nessa perspectiva que o IDENE deseja atuar no segmento de projetos estruturantes para as regiões do Norte de Minas e dos Vales. O que é relatado é que esse movimento em prol das energias já estava bem avançado no Norte de Minas, até porque outras entidades vêm trabalhando e apoiando ao longo dos anos esta possibilidade como a ADENOR – Agência de Desenvolvimento da Região Norte de Minas Gerais, que tem feito um trabalho muito amplo em relação as energias renováveis.

Já existe um volume expressivo de investimentos em andamento, tem ocorrido leilões de linhas de transmissão, várias ações e discussões sobre sua implementação por aqui, as potencialidades para região se abrem para a produção de energias renováveis e naturalmente vai ser necessário o apoio do governo. Destaca que nesse aspecto, o Norte de Minas tem obtido grandes avanços.

A entrevistada pontua que hoje o governo tem uma proposta muito grande de integrar a região e de não sobrepor ações dentro do próprio governo com outros órgãos, a intenção é otimizar os recursos. Por exemplo tem ações que o IDENE realizava e que outras autarquias também realizavam, e que agora provavelmente não irá executar mais e sim apoiar, a entidade terá foco nas ações que tem mais pertinência com sua própria atuação e com as preocupações recorrentes para a região.

Na sessão seguinte, apresentar-se-á a entrevista com o órgão de âmbito federal que atua na execução de políticas públicas que visam o desenvolvimento regional vinculado ao governo federal. A Codevasf tem o objetivo de assessorar o governo nas regiões dos vales e bacias hidrográficas em todo território brasileiro, implementando ações de recuperação de nascentes, preservação dos rios, na atenção às comunidades na geração de renda e fortalecimento produtivo das vocações regionais.

6.3 O Norte de Minas na visão da CODEVASF– Superintendência Regional Montes Claros (MG)

A Codevasf é uma empresa pública que possui uma atuação em grande parte do território brasileiro, sua ação corresponde por executar políticas públicas para o desenvolvimento regional. Iniciou o seu trabalho pela região do Vale do São Francisco nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Hoje além desses cinco (5) estados executa atividades no Piauí, Maranhão, Tocantins, Goiás, Mato Grosso e no Distrito Federal. No último ano (2018) o território de atuação foi expandido, o que significa uma participação em mais de trinta por cento (30%) de áreas atendidas no território nacional com o objetivo de apoiar o desenvolvimento regional das mesmas.

A área de atuação da Codevasf abrange as bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru, Mearim, Vaza-Barris, Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu, Pericumã, Una, Real, Itapicuru e Paraguaçu nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Tocantins e no Distrito Federal, bem como nas demais bacias hidrográficas dos Estados de Alagoas, Maranhão e Sergipe, conforme disposto na Lei nº 13.702 de 06 de agosto de 2018, que alterou a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 (CODEVASF, 2019).

O entrevistado³⁰ faz um panorama sobre as regiões atendidas pela empresa pública a seguir:

“(...) a sua área de atuação foi muito expandida no último ano, a Codevasf tem atuado em mais de trinta por cento (30%) do território nacional. É uma empresa de desenvolvimento regional, que extrapolou o Vale do São Francisco (onde originalmente ela estava destinada a atender) para atender outras bacias, outros vales: Vale do Tocantins, Vale do Itapecuru, Vale do Parnaíba, Vale do Mearim e outros vales. E com isso, têm-se encontrado uma certa dificuldade devido ao contingente técnico. O contingente funcional a tendência dele é reduzir, principalmente agora, que ocorre um plano de desligamento incentivado; então, muitas pessoas que já tem condição de aposentar estão aderindo a esse plano de desligamento incentivado. Veja que estão aumentando a área de atuação e reduzindo o quadro funcional. O que sobrecarrega o quadro funcional. E nesse governo não vemos nenhuma perspectiva de novo concurso para poder agregar novos profissionais ao quadro.”

³⁰ O entrevistado trabalha a trinta e quatro (34) anos na CODEVASF, possui formação em engenharia agrônoma pela UFV, conta que possui trinta e nove (39) anos de vida profissional.

A Codevasf atua precipuamente no intermédio da construção de infraestruturas físicas para suporte ao desenvolvimento de agricultura irrigada, apoia a organização de arranjos produtivos agroindustriais e na promoção de investimentos privados e públicos nos Estados que abrangem sua atuação. Além disso, fornece treinamento e assistência técnica para pequenos e médios produtores, apoia setores de pesquisa que desenvolvem tecnologias para agricultura irrigada, aquicultura, bovinocultura, silvicultura, apicultura e outras. Exerce um monitoramento ambiental a projetos de revitalização de bacias hidrográficas, e também auxilia na sistematização de dados e análises sobre recursos naturais, produção uso de água e solo, impactos ambientais, comércio e oportunidades de investimento. (CODEVASF, 2017).

Em Minas Gerais, precisamente para o Norte de Minas, o entrevistado informa que os trabalhos foram iniciados com a implantação dos perímetros públicos de irrigação. O perímetro de irrigação de Pirapora foi o primeiro a ser implantado com *1260 hectares* irrigados. O segundo perímetro público a ser implantado foi perímetro do Gorutuba, este com cerca de *5000 hectares* irrigados. Já o perímetro da Jaíba “*que hoje irriga cerca de 40 mil hectares de área implantada pelo poder público, sendo que uma parte 24 mil hectares foram implantados pela Codevasf e o restante (16000 hectares) pelo Estado de Minas.*”

Toda a estrutura de uso comum foi implantada pela Codevasf: a estação de bombeamento, os canais principais o *Cp1*, o *Cp2*, *Cp3* foram construídos pela empresa estatal. O Jaíba possui mais de *2300 irrigantes*, entre pequenos e grandes, são cerca de *1800* pequenos irrigantes com lotes menores e o restante (*1000 irrigantes*) compostos por empresários em áreas maiores. Destaca-se que são desenvolvidas atividades com foco na parte social voltadas para atender o pequeno agricultor, incentivando e fortalecendo a prática da agricultura familiar, no sentido de melhorar a produção para consumo próprio, com geração de renda onde se estimula a comercialização do excedente produzido.

O entrevistado pontua sobre o Perímetro Público Irrigado (PPI) de Lagoa Grande [localizado no município de Janaúba, o projeto está implementado na margem esquerda do rio Gorutuba e abrange uma área irrigável de 1.538 hectares. O manancial é o rio Gorutuba sobre o qual a Codevasf construiu a barragem Bico da Pedra, com capacidade de acumular 705 milhões de m³, a área é composta exclusivamente por lotes empresariais, totalizando 48 lotes irrigáveis ocupados (CODEVASF, 2018)] onde existem apenas empresários que atuam na produção de frutas, tendo “*carro chefe*” a fruticultura: a banana, a manga, o limão e também outras culturas em áreas menores com expressão significativa em termos de rentabilidade, como

produção de sementes de hortaliças, e as culturas tradicionais também que permeiam essa questão da agricultura familiar: o milho, o feijão, o arroz.

A fruticultura é responsável por toda a produção do PPI Lagoa Grande, com destaque para o cultivo da banana. Em 2018 esta frutícola foi responsável por 85% do Valor bruto de Produção - VBP total e esteve presente em 88% da área cultivada no projeto. A área desse projeto é composta exclusivamente por lotes empresariais e com culturas permanentes. Nos últimos três anos (2015, 2016, 2017) o VBP do Projeto tem sofrido sucessivas quedas. A restrição hídrica vivenciada pelo projeto, devido aos baixos níveis da Barragem Bico da Pedra, tem sido a principal causa dessas quedas no VBP. Devido a essa restrição, houve uma redução na área cultivada, na produção e no VBP. No entanto, a redução na receita bruta foi causada principalmente pela diminuição no preço e na qualidade da banana. A irrigação é feita exclusivamente pelo sistema de microaspersão, totalizando 1.087 hectares de área. Estima-se a geração de 891 empregos diretos e 1.336 empregos indiretos, com uma produção de 10.986 toneladas de alimentos em 2018 (CODEVASF, 2018).

O PPI Lagoa Grande iniciou seu funcionamento em 1978 e contou com investimentos de R\$ 8.994.793,02 até 2018, sua infraestrutura é composta por 24 km de canais, 22 km de estradas e 2 estações de bombeamento.

O entrevistado conta sobre execução de políticas públicas na região e quais proporcionaram melhorias pela execução da Codevasf, as que mais fizeram diferença para a região foram as políticas públicas da irrigação implantadas a partir dos governos dos anos de 1980: *“onde nós tivemos condição de implantar aqui, na Região do Norte de Minas estes 4 perímetros que eu me referi isso no final da década de 1970 a 1980 e aliado a isso houve um outro programa muito bom de política pública também planejado pela Sudene, o nome dele era PROHIDRO, que desenvolvia a infraestrutura para a segurança hídrica, não só para o abastecimento humana das cidades, incluía-se também a zona rural.”* Nessa época a Codevasf construiu 12 barragens de médio porte, e essas barragens servem para o abastecimento de cidades e zonas rurais dos municípios onde elas estão instaladas.

Nessa ocasião, também foi construída a barragem do Bico da Pedra que é a maior barragem existente na região do Norte de Minas, *“com uma capacidade de armazenar 705 milhões de metros cúbicos, ela é a principal, ela é a fonte exclusiva de água para abastecimento dos municípios de Janaúba e Nova Porteirinha”*. Além de ser fonte de água dos perímetros públicos de irrigação de Lagoa Grande e do Gortuba, somando mais de 7000 hectares os dois.

Além disso, o entrevistado relata que a Codevasf tinha um programa de grande cobertura que era o *“Programa de Perfuração de Poços Tubulares”*, através desse programa e na época que ele foi instituído no início da década de 1980, a região tinha poucos poços

tubulares e que não existiam empresas que atuassem neste segmento, a não ser o órgão público o DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.

Existiam muitas dificuldades para a perfuração dos poços tubulares, pois haviam poucas máquinas e estas demoravam muito para executá-los. Diante dessas dificuldades a Codevasf entrou nesse ramo para poder atender a população em nível comunitário e em nível particular.

Até meados da década de 1990 a Codevasf perfurava poços em propriedades particulares para pessoas que pagavam por esse serviço, e isso acontecia pela ausência dessas empresas aqui na região.

Para o período dos anos 2000 o que a Codevasf mais desenvolveu aqui na região, foi a perfuração dos poços tubulares que continuaram até meados (dos anos 2000) e atualmente ainda atuam nessa área de perfuração de poços mais não executando diretamente e sim contratando empresas para execução desses poços. A Codevasf atuou muito nessa área de 1980 a 2005.

A Codevasf quando perfurava diretamente os poços tubulares, ela executava cerca de 350 poços por ano, no período atual executa cerca 150 e 200 poços por ano abastecendo agora exclusivamente a população rural através de poços comunitários. Dos anos 2000 ao período atual (2019), a preocupação da estatal é direcionada mais para os arranjos produtivos locais, com o objetivo de gerar a sustentabilidade socioeconômica e ambiental para a população dos Vales.

Atua também no trabalho de revitalização do Vale do São Francisco, essa revitalização visa tanto a proteção dos recursos hídricos já existentes nos corpos da água como também em manter a qualidade dessa água *“nesses últimos 15, 20 anos aí nós implantamos mais de 60 sistemas de esgotamento sanitário, principalmente esgoto... Principalmente na área nos municípios que estão na margem do Rio São Francisco e nas margens dos principais afluentes do São Francisco. ”*

O programa de esgotamento sanitário [constituí como objetivo implementar medidas estruturantes que assegurem a melhoria da gestão e da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, considerando o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a drenagem e manejo de águas pluviais, e a limpeza e manejo de resíduos sólidos urbanos, abrange cerca de 100 municípios em Minas Gerais (FUNASA, 2017)] foi muito importante na

visão do entrevistado, um programa de política pública que foi/era conduzido pelo antigo Ministério das Cidades, e que a Codevasf executava em alguns municípios das regiões de sua abrangência. Esta ficou responsável pelos municípios, principalmente aqueles situados a margem do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba no Piauí, e a implantação acontecia em cidades com população menor de 50 mil habitantes.

O entrevistado, nos conta que as cidades acima de 50 mil habitantes eram atendidas pela FUNASA – Fundação Nacional de Saúde também via Ministério das Cidades, as concessionárias estaduais (no caso aqui de Minas Gerais a COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais) que também atuavam no auxílio de sua execução. Este é um programa muito grande *“que além dessa questão da qualidade da água, da implantação desse sistema de esgotamento sanitário, nós trabalhamos com resíduos sólidos e implantamos três consórcios na região do Vale do São Francisco em MG e que depois foi assumido pela FUNASA.”*

A empresa pública atuou nesses programas para atender a portaria federal nº 462, e a partir daí a FUNASA começou a executar ações dos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) em convênios com os municípios, diminuindo a atuação da Codevasf nestas obras.

Em setembro de 2008, por meio da Portaria nº 462, instituiu-se o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI “com o propósito de estruturar o projeto estratégico de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico”, composto pelo Ministério das Cidades (Secretarias Nacionais de Saneamento Ambiental - SNSA, de Habitação - SNH, de Transporte e Mobilidade Urbana - SeMob e Secretaria Executiva do Conselho Nacional das Cidades - ConCidades); pelo Ministério do Meio Ambiente (Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU e Agência Nacional de Águas - ANA); pelo Ministério da Saúde (Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS e Fundação Nacional de Saúde - Funasa); pelo Ministério da Integração Nacional (Secretaria de Infraestrutura Hídrica – SHI e Cia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf) e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (FUNASA, 2008).

Além dessa questão da qualidade da água, a Codevasf preocupa-se com a preservação dos recursos hídricos, possui um programa muito grande, com investimentos em toda a revitalização no valor de cerca de 700 bilhões de reais desde a década 2000 até os dias de hoje. Conforme sua fala:

“E já investimos cerca de 100 milhões de reais nessas ações específicas de controle de processos erosivos, que nada mais é do que implantação de bacias de contenção de água de enxurrada, chamadas de “barraginhas”. Atuamos na recuperação de estradas de terra, dando a conformação para que elas não soltem terra do solo para

o interior dos rios, causando assoreamento do mesmo; realizamos o cercamento de nascentes, proteção de nascentes, revegetação de nascentes e topo de morro: para evitar justamente a erosão de topo de morro e proteger a nascente de pisoteio de gado, de desmatamento... desse tipo de coisa. Isso, tem dado um resultado muito grande e estas ações são implantadas em parceria com estado de Minas Gerais muitas vezes”.

A parceria com o Governo do Estado acontece em muitos programas públicos e a Codevasf possui várias ações conjuntas e projetos em parceria.

O Projeto de Irrigação do Jaíba tem sua fase de implantação desde 1972, mas os primeiros debates em torno da implantação de um projeto de irrigação nesta localidade datam ao final da década de 1950.

A implantação do Projeto Jaíba teve início na década de 50, com as primeiras iniciativas governamentais de ocupação planejada da área. Estudos realizados pelo *Bureau of Reclamation, dos Estados Unidos*, identificaram uma grande porção de terras com potencial para a agricultura irrigada, localizada na região denominada Mata da Jaíba, entre os rios São Francisco e Verde Grande. No projeto original foram previstas quatro etapas de implantação. Foi o governo de Minas Gerais, através da Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário (RURALMINAS), que determinou a reformulação e a ampliação do antigo Núcleo de Colonização do Rio Verde Grande e a implantação de um projeto piloto de irrigação, numa área inicial de 5.680 hectares, envolvendo o logradouro Mocambinho. Na década de 70, dada a grande importância do Projeto para todo o Norte de Minas, o governo federal, através da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), incorpora-se ao empreendimento e contrata um empréstimo especial junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), para a execução das obras de infraestrutura coletiva de irrigação. O final da década de 80 é marcado pelo início de operação do Projeto, com o assentamento das primeiras famílias de irrigantes. A partir da década de 90, são agregados mais recursos financeiros internacionais ao Projeto, com a contratação, pelo Estado de Minas Gerais, de um novo financiamento junto ao *Japan Bank for Internacional Cooperation (JBIC)*. O final da década de 80 e início da década de 90 são também marcados pela incorporação da iniciativa privada ao Projeto, através da criação do Distrito de Irrigação de Jaíba, entidade privada, sem fins lucrativos, gerida pelos irrigantes e que tem por finalidade administrar toda infraestrutura construída, bem como pelos municípios de Jaíba e Matias Cardoso, que se tornam responsáveis em atender aos reclamos da área social. A integração destas forças torna o Projeto Jaíba um empreendimento no qual atuam, de maneira sincronizada e complementar, os três poderes executivos da esfera pública, com a ativa participação da iniciativa privada. Com o início da efetiva operação do projeto, em 1988, foi criado e estabelecida a parceria com o DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DE JAÍBA – DIJ (PROJETO JAÍBA, 2019).

O Projeto Jaíba que iniciou a implantação ainda na década de 1970 (no Governo Geisel) seu início de execução foi pelo Governo do estado. Em 1975 começou com o Governo do Estado e era um projeto pequeno: *“um projeto que é menos que cinco por cento do que o Jaíba é hoje, era uma área de cerca 350 hectares que eles tomaram como piloto; depois passou para 3500 hectares e a Codevasf entrou nessa empreitada em 1978”.*

A Codevasf entrou nessa parceria em 1978, onde foi feita uma reformulação de todo o projeto para atingir uma área maior, uma área de 65 mil hectares esta é a expansão almejada para com o Projeto Jaíba que hoje tem cerca de 40 mil hectares. O que tem impedindo essa expansão são questões ambientais, que o entrevistado espera que neste atual governo sejam vencidas.

Relacionando as ações da Codevasf com o Estado de MG o entrevistado pontua que desde 1974:

“existe uma parceria muito forte com o Estado, principalmente na implantação do Projeto Jaíba, nas ações de revitalização da bacia do Rio São Francisco. Existe uma parceria muito grande que a Codevasf firma convênios e termos de compromisso com a SEAPA – Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, com a EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de MG (antes com a Rural Minas, antes da sua extinção) ”.

Além dessas ações de revitalização, o entrevistado cita o Projeto Jequitai (construção de uma barragem) que era desenvolvido em parceria com a extinta Rural Minas. O Governo Federal neste projeto tem entrando com noventa (90) por cento dos recursos e o governo estadual com dez (10) por cento. O projeto Jequitai hoje, tem atuação do Governo Federal e Estadual com investimentos em cerca de 176 milhões de reais, já foi adquirida praticamente toda área que vai ser inundada, cerca de 85 por cento da área que vai ser alagada, já foi comprada.

“Temos desenvolvido ações para manter a licença ambiental conseguida em 2013. Então toda a questão ambiental, toda questão social e toda a questão fundiária do projeto Jequitai está bem resolvida... muita coisa se encontra em andamento e muita coisa já resolvida. É uma parceria com o Governo do Estado, é uma parceria que a Codevasf fez e faz questão de fazer com o Estado. ”

Em seu relatório de Gestão de 2017, p. 71, a empresa relata que:

A barragem Jequitai I, a ser construída no rio Jequitai, no Médio São Francisco, integra o Projeto Hidroagrícola Jequitai, que contempla ainda a futura obra da barragem Jequitai II e o perímetro público de irrigação. O aproveitamento de barragens de uso múltiplo Jequitai deverá alavancar a economia da região localizada no norte de Minas Gerais, que possui um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proporcionando a geração de 3.000 empregos diretos na fase de construção e beneficiados 147.000 habitantes, residentes na área de abrangência direta do Projeto (Municípios de Jequitai, Claro dos Poções e Francisco Dumont) e influência indireta (Montes Claros, Pirapora, Água Boa, Lagoa dos Patos, São João da Lagoa, Várzea da Palma, Lassance, Coração de Jesus, Engenheiro Navarro, Bocaiúva, Guraciama, Glaucilândia, Olhos D'Água, Joaquim Felício, Buenópolis, Augusto Lima) (CODEVASF, 2017).

As duas barragens têm potencial para acumular 800 milhões de metros cúbicos de água, contribuindo para o abastecimento humano, e no desenvolvimento da agricultura irrigada em uma área aproximada de 18.500 ha, que deve gerar em torno de 18.500 empregos diretos e 22.200 indiretos, além da geração de energia, ecoturismo, recreação, piscicultura, regularização vazões e controle de cheias (CODEVASF, 2017)

O orçamento da Codevasf é totalmente público, ela é uma empresa estatal e não visa lucro. Embora possua algumas receitas que vão para o tesouro, todo o orçamento da Codevasf, inclusive o orçamento de investimento é custeado e bancado pelo Governo Federal incluído no Orçamento da União.

O entrevistado explica que as ementas parlamentares compõem o orçamento da Codevasf da seguinte forma:

“Fazem parte dos recursos da Codevasf as ementas parlamentares, cada parlamentar tem direito hoje a 18 milhões de emenda parlamentar, que ele pode aplicar em suas bases. Sendo que 50 por cento desse valor é destinado para saúde, ele tem destes 18 milhões que aplicar 9 milhões na saúde (nos Hospitais, nas Santas Casas, nas Fundações de saúde etc.) e os outros 50 por cento são utilizados principalmente nas questões de apoio a infraestrutura para desenvolvimento das regiões. Nós trabalhamos com praticamente todos os parlamentares da bancada mineira, dos 53 deputados nós já trabalhamos aqui com 38 deputados... o Vale do São Francisco é muito extenso, fazem parte do Vale do São Francisco 240 municípios e, esses 240 municípios abrangem praticamente todo estado de MG. Só pra você ter uma ideia Formiga, que está bem ao Sul de Minas pertence ao Vale do São Francisco, Ouro Preto que está quase na margem da Zona da Mata pertence ao Vale do São Francisco, e o que divide aqui é a Serra do Espinhaço que começa em Bocaiúva”.

A Codevasf, conforme fala do entrevistado, possui uma preocupação muito grande com relação à segurança hídrica, principalmente para o abastecimento humano.

“Nós estamos vivendo um ciclo de baixas precipitações, de precipitações com má distribuição e a empresa acredita muito na segurança hídrica por meio da construção de barragens, de barramento... para que a gente possa segurar essa água na época da chuva e utilizá-la no período seco do ano”.

Os moradores de Montes Claros sabem que no ano de 2018 ocorreram dificuldades em relação ao acesso à água devido a sua escassez, por isso a empresa estatal se preocupa com a recuperação dos mananciais dos Rios que a abastecem. A barragem de Três Marias no ano passado (2018) chegou a seis por cento do volume, nessa última chuva ela encerrou o seu período chuvoso com mais de 82% do seu volume.

A barragem de Três Marias é estratégica para o abastecimento também do Nordeste, porque é a partir dela que sai o abastecimento de água de boa parte da população de MG, até Petronília e Juazeiro. A barragem de Sobradinho, que é uma barragem maior do que a de Três Marias e que também gera energia, precisa que a barragem de Três Marias mantenha bons níveis de armazenamento de água. A barragem de Três Marias foi construída pela Codevasf e ela é responsável por garantir o nível satisfatório da barragem de Sobradinho, que serve também para irrigação, geração de energia e abastecimento humano.

O entrevistado acredita muito no fortalecimento da infraestrutura e no armazenamento de água, como a maior necessidade desta região atualmente. O abastecimento humano em primeiro lugar, que já é uma preocupação da empresa estatal e em segundo água para produção, em suas palavras: *“a irrigação para a produção agrícola é muito importante para a região.”*

O entrevistado fala sobre a execução de levantamentos e estudos sobre a Região do Norte de Minas (inclusa no Vale do São Francisco) que apresentaram resultados importantes, como a conclusão que a região é muito rica em água subterrânea: *“é um subsolo bastante castil e composto basicamente de rochas calcárias, que são muito fraturadas e que guardam muita água no interior dessas fraturas. Então é uma riqueza para o Norte de Minas essa água subterrânea desde que usada de maneira racional.”*

Os programas e as ações da Codevasf possuem como objetivo principal o desenvolvimento regional. A revitalização da bacia do rio São Francisco, os Arranjos Produtivos Locais (APLs), o Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba (Planap), o Projeto Amanhã, o Programa de Desenvolvimento Florestal, as ações ambientais, entre outras iniciativas, permitem que a Companhia crie novas perspectivas e oportunidades para a comunidade. Apesar de representarem potencial de desenvolvimento, essas ações precisam ser articuladas visando contribuir para organização, crescimento e melhoria da economia regional, gerando emprego e renda para a população (CODEVASF, 2019).

Na Tabela 9 demonstram-se os valores gastos pela empresa pública no período de 2007 a 2016, nos diversos setores de atividades desenvolvidas, observa-se que a partir do ano de 2010 o volume de investimentos para região aumenta consideravelmente, o setor com maior valor de recurso é o da revitalização.

Tabela 9 – Investimentos da Codevasf, Minas Gerais, de 2007 a 2016 (em milhões)

SETOR	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total Geral
Agricultura Irrigada	13,6	31,7	21,6	12,5	4,3	4,1	3,7	14,8	23,2	8,5	138,0
Inclusão Produtiva	3,0	3,7	2,1	3,3	3,8	7,5	13,3	20,6	19,0	18,0	94,2
Infraestrutura Hídrica	3,5	5,5	5,4	0,3	40,9	44,5	47,7	62,7	31,0	37,7	279,4
Revitalização	16,1	16,3	39,7	99,1	68,3	86,9	85,9	52,2	46,9	26,6	538,0
Total Geral	36,2	57,2	68,8	115,3	117,3	143,0	150,6	150,3	120,1	90,9	1049,5

Fonte: Adaptado da CODEVASF, 2019.

A Codevasf tem participação importante na implementação dos Programas do Governo Federal, constantes no Plano Plurianual - PPA³¹. Para o período de 2012/2015, instituído pela Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, apresenta-se a seguir suas ações:

- **Programa 0901 – Operações Especiais:** cumprimento de sentenças judiciais;
- **Programa 2013 – Agricultura Irrigada:** incentivar a ampliação da área irrigada em bases ambientalmente sustentáveis, contribuindo para o aumento da oferta de alimentos, para a competitividade da agricultura brasileira e para geração de emprego e renda;
- **Programa 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos:** recuperar, preservar e conservar o uso sustentável dos recursos naturais e melhoria das condições socioambientais, visando a revitalização de bacias hidrográficas;
- **Programa 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária:** aumentar a sustentabilidade de espaços sub-regionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional para a redução das desigualdades inter e intraregionais;

³¹ O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal, sua função é organizar e viabilizar a ação pública para cumprir os fundamentos e os objetivos contidos na constituição. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de 4 (quatro) anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas. O PPA define as políticas públicas do Governo Federal com base nos compromissos firmados na eleição.

- **Programa 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres:** garantir a segurança da população em situações de desastre, prevenindo danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos;
- **Programa 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude:** inserir jovens no mercado de trabalho, facilitando a obtenção do seu primeiro emprego e promovendo para sua qualificação social e profissional com ações de elevação de escolaridade e de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, como parte da construção do sistema público de emprego, trabalho e renda;
- **Programa 2051 - Oferta de Água:** desenvolver obras estruturantes de infraestrutura hídrica, como reservatórios de acumulação e adutoras para o aumento da oferta de água de boa qualidade;
- **Programa 2052 - Pesca e Aquicultura:** desenvolver a aquicultura sustentável, considerando sua diversidade e promovendo o fortalecimento de sua cadeia produtiva, de forma a gerar aumento da produção, proporcionar inclusão social e contribuir para o incremento da renda e da oferta de emprego;
- **Programa 2068 - Saneamento Básico:** expandir a infraestrutura produtiva, urbana e social de qualidade, tendo como suas principais ações a implantação, ampliação ou melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário e de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, bem como a realização de ligações intradomiciliares de esgotos sanitários e módulos sanitários domiciliares;
- **Programa 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional:** formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do País;
- **Programa 2111 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional:** prover os órgãos da União dos meios administrativos, como assistência médica e odontológica, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, entre outros, aos servidores e empregados para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Os programas apresentados acima exigem gerenciamento, acompanhamento, operacionalização, articulação institucional, fiscalização e implementação da Codevasf. A sua atuação incorpora grande parte do território brasileiro, buscando criar desenvolvimento regional com foco na melhoria das condições sociais, econômicas e ambientais buscando convergir às diretrizes estratégicas estabelecidas pelo órgão supervisor. A Empresa se firmou, principalmente, por sua capacidade em impulsionar a agricultura irrigada na bacia hidrográfica do rio São Francisco e, assim, contribuir para o desenvolvimento econômico da região destacando - se, com principal ação a agricultura irrigada (CODEVASF, 2017).

Para a região Norte de Minas, os programas identificados em atuação foram *Agricultura Irrigada* através dos PPIs como o de Jaíba; *Conservação e Gestão de Recursos Hídricos* por meio das ações de revitalização veredas e cercamento de nascentes no Vale do São Francisco; *Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária* com o fortalecimento dos APLs e da agricultura familiar na região entre outras ações; *Gestão de Riscos e Resposta a Desastres* na recuperação de estradas de terra e replantio de vegetação no topo de morros; *Oferta de Água* com a construção de barragens e perfuração de poços tubulares e *Saneamento Básico* em municípios a margem do Rio São Francisco com população menor que 50 mil habitantes em comunidades necessitadas.

Com objetivo de sistematizar algumas informações das entrevistas, organizou-se um quadro síntese para observar o papel de atuação de cada entidade (ver APÊNDICE B).

6.4 Qual o modelo de desenvolvimento?

O desenvolvimento é um processo que ocasiona mudanças em um determinado local, seja em um país, região ou cidade. As mudanças que ocorrem pela âncora do desenvolvimento promovem benefícios para a população inserida e provoca/consolida novas possibilidades sejam econômicas, culturais e sociais.

Identifica-se na região de estudo características de uma economia subdesenvolvida, com diversas intervenções estatais tanto estaduais e federais ao longo do século XX e atualmente no XXI. Estas ações desenvolvimentistas ainda são necessárias e fundamentais, mas com outras abordagens. A necessidade de um diagnóstico da região, que aborde as especificidades culturais, econômicas, sociais e geográficas permitiria a criação de políticas

públicas direcionadas e assertivas, este deveria ser feito continuamente para que haja controle dos avanços e dificuldades na implementação e nos resultados.

Buscou-se com a realização das entrevistas, entender o funcionamento das entidades que fomentam e auxiliam na promoção do desenvolvimento regional como também as percepções sobre os avanços e entraves na história econômica da região.

Segundo Sabartier (1986) existem duas formas de implementação de políticas públicas: o modelo “*top down*” (de cima para baixo) que se baseia na tomada de decisão antecipada, onde se propõem ações de forma independente a sua execução. Este modelo parte de uma visão “funcionalista e tecnicista” de que as políticas públicas devem ser elaboradas pela esfera política e que sua implementação é esforço “administrativo de achar meios para fins estabelecidos” (SECCHI, 2012, p. 47)

O contraponto a este modelo é feito pelo formato “*bottom up*” (de baixo para cima) que é caracterizado por uma maior preocupação em articular a formulação da política pública com sua execução. Assim, as entidades de implementação têm uma participação ativa na construção da política pública e nas prospecções de possíveis soluções durante a execução da política pública (SECCHI, 2012). Ocorre a descentralização das ações, em que os agentes que implementam legitimam as práticas já experimentadas, havendo maior chance de resultados positivos para o local que se direciona a intervenção. Vale destacar, que nesse modelo a avaliação ocorre durante todo o processo, do início ao fim o que permite um maior nível de controle do que é feito e do que tem sido acertado na sua execução, sendo um exercício de acompanhamento constante.

As principais políticas públicas e ações citadas pelos entrevistados são no formato “*top dow*”.

As deficiências existem na dificuldade de que as políticas públicas cheguem de fato ao cotidiano das pessoas. E assim, elencam-se três perguntas para reflexões futuras: “*Qual o poder do Estado?*” “*Qual o poder do setor privado?*” “*Qual o poder das forças sociais?*” No sentido de que se crie ações que somem as forças destes três segmentos, com o objetivo de aumentar a eficiência das ações de desenvolvimento regional. Entende-se que criando articulações e diálogos entre essas forças, os avanços serão possíveis pois estes se tornariam parte do processo e não mais apenas receptores da execução de políticas públicas.

A identificação das vocações regionais e dos problemas existentes, é um ponto de partida mas a criação de proposições para solucioná-los também deve ser pauta das discussões regionais. Além de cobrar políticas públicas harmônicas com as necessidades regionais, as entidades devem fazer parte da elaboração das mesmas, apontando caminhos que possam trazer resultados mais equitativos.

As diretrizes traçadas pelo Estado, são em grande maioria “de cima para baixo” caracterizando o modelo de implementação “*top down*” e acredita-se que por isso as políticas não são efetivas em toda a região, sem os diagnósticos das vocações regionais e das especificidades de cada local os resultados estruturantes não são alcançados.

Dessa forma, se as políticas públicas fossem elaboradas com esta preocupação de constatar as demandas locais, seus resultados seriam mais positivos e permitiriam a região níveis de desenvolvimento regional. Ou seja, mais municípios poderiam apresentar desenvolvimento e melhoria dos seus serviços gerando benefícios à sua população.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi apresentar as principais ações desenvolvimentistas que ocorreram no Norte de Minas Gerais no período pós anos 2000, identificou-se que existem atividades de cunho privado e público que buscam melhorar a região na perspectiva do seu desenvolvimento regional com abordagens diferentes mais com objetivos comuns.

O modelo de desenvolvimento implantado no Norte de Minas, consoante aos planos de desenvolvimento da época (antes dos anos 2000), era orientado pelas teorias de crescimento econômico, calcado na ação do Estado planejador e interventor. Buscava-se criar condições para a produção e para a reprodução capitalista, sendo, para tanto, necessário o estabelecimento de condições estruturais em detrimento de concepções e estruturas sociais já existentes nos locais alvos do desenvolvimento. O Estado torna-se importante agente produtor do espaço, protagonista tanto nos processos que se desenhava na esfera nacional, como no âmbito local/regionalizado.

O papel principal da Sudene na região foi fornecer incentivos fiscais para a modernização da economia regional. Em síntese, a industrialização incentivada pela Sudene não se vinculava às características da região e sua efetivação obedecia à dinâmica geral do sistema capitalista no país. Daí derivam as características gerais da industrialização: origem exógena dos capitais, pouco aproveitamento de matéria-prima regional, pequena absorção de mão de obra e comercialização da produção fora das "fronteiras" regionais.

Com resgate histórico da literatura, observou-se que as políticas públicas implementadas reforçaram a desigualdade regional, isso devido a forma de gerenciamento dos recursos destinados para a região e de se replicar o modelo industrial do Centro-Sul, sem observância com as estruturas econômicas e sociais locais. Outro ponto, considerado é que não existia a prerrogativa de descentralizar o recurso ou incentivo na região, dessa maneira as cidades escolhidas eram quase sempre as mesmas, ou seja as que possuíam melhor infraestrutura para desenvolver determinada atividade industrial, como citado no mosaico mineiro são os possíveis polos industriais da região.

Verificou-se a relevância da Sudene como o principal e grande divisor de águas na região, em que esta foi o instrumento de ação estatal com maior volume de recursos e com ações mais significativas que de fato proporcionaram mudanças na estrutura produtiva e na diversificação industrial, principalmente na cidade de Montes Claros "*um oásis no deserto*",

que se transformou em cidade referência da região e hoje torna-se conforme apontamento do entrevistado da FIEMG um polo industrial em vários segmentos, principalmente se consolida na produção de fármacos com amplitude internacional.

O destaque inovador deste trabalho ocorre pela proposição do Mosaico Norte-Mineiro, onde foi proposto de maneira objetiva a categorização dos vários “nortes” de Minas, apresentando uma classificação territorial conforme seus aspectos e atividades econômicas. Foi elaborado conforme pesquisa da literatura e análise de dados consolidados, onde observou-se os diversos nuances regionais estabelecidos na mesorregião. Possibilitando uma nova classificação, isso para facilitar a caracterização das diferenças existentes no território norte-mineiro são elas: Polos Industriais, Vale das Águas, Vale do São Francisco – Os Gerais, Riquezas Minerais e Naturais e Alto do Rio Pardo.

Os três capítulos dessa dissertação apresentaram conteúdos necessários para que se entenda a historicidade regional e atualidade do que é realizado nos anos pós 2000. Identificou-se que as políticas públicas e atividades desenvolvidas no período, são ações continuadas pela chegada do marco histórico e econômico da Sudene desde a década de 1960, além do enfoque de atuação ser assistencialista e não promotor de mudanças estruturais. As políticas públicas em sua maioria visam auxiliar a vida população assistida sem geração de autonomia, por exemplo nas entrevistas percebeu-se que as ações realizadas focam na distribuição de sementes para os agricultores, na coleta do leite produzido para beneficiamento, na perfuração de poços tubulares, na construção de saneamento básico, preservação das veredas e incentivo à produção irrigada (porém beneficiando os grandes empresários). Todas estas são muito importantes para a contribuição do desenvolvimento regional, mas não são suficientes. De forma geral, acontece um incentivo a geração de renda, mas nada que mude ou dinamize de fato a estrutura econômica do Norte de Minas, pois o seu enfoque é muito mais assistencialista do que dinamizador.

A FIEMG possui um papel regional que busca fortalecer as potencialidades produtivas dentro do Norte de Minas, ela atua e articula junto ao poder público na atração dos possíveis investimentos e vindas de indústrias para a região, isso junto a Sudene, por exemplo. Apesar dos recursos disponíveis na conjuntura atual da superintendência serem bem menores em relação ao início de suas atividades, ainda sim são de grande importância para dinamizar a economia e atrair indústrias para o Norte de Minas.

Na entidade pública IDENE de ação estadual, o foco é atender as necessidades essenciais da região, como por exemplo ajudar no enfrentamento da seca, com perfuração de

poços, distribuição de caixas d'águas, bombas entre outros. Também atua na melhoria da infraestrutura hídrica junto com o Governo federal, mas as suas principais atividades são vinculadas ao beneficiamento da cadeia produtiva do leite (assistência para os produtores na venda do produto), fortalecer os canais de comercialização do artesanato e ajudar na superação do analfabetismo executando o “Programa Brasil Alfabetizado”. Em relação ao “Programa de Desenvolvimento Norte e Nordeste”, poucas são as intervenções realizadas que geram dinamização econômica, o seu aspecto também é assistencialista em assessorar as comunidades com possíveis potencialidades de geração de renda, disponibilizando alguns equipamentos para que ocorra atividades produtivas.

A Codevasf de âmbito federal tem como um dos seus principais objetivos gerar desenvolvimento regional. Possui uma atuação mais ampla e na região Norte de Minas sua principal política pública se dá por meio da construção de barragens e de perímetros públicos de irrigação para a produção agrícola e consumo humano. Em comparativo as outras entidades, as ações da Codevasf geram impactos na estrutura econômica mais em um setor específico que é a fruticultura, essa é uma potencialidade regional identificada na região norte mineira, em específico no Vale do Gortuba (denominado neste trabalho, como Vale das Águas). Outro aspecto da sua atuação encontra-se no fortalecimento aos arranjos produtivos locais e na preservação da bacia do Rio São Francisco, além de também possuir um enfoque assistencialista na perfuração de poços e distribuição de sementes para agricultura familiar.

Sobre as potencialidades do Norte de Minas, todas as entidades acreditam que as energias renováveis possam ser o novo pilar/caminho para o desenvolvimento econômico regional, a produção de energia solar fotovoltaica surge como uma nova prospecção para a economia norte mineira. A localidade se enquadra entre as regiões que possui maior potencialidade para a produção dessa forma de energia, além de um sol forte e radiante em quase todas as estações do ano, conta com linhas de transmissão detentoras de elevada capacidade de cargas elétricas, garantindo o transporte da energia produzida até o consumidor. Já existem discussões iniciais sobre o possível apoio do governo nesse novo segmento de indústria na região. Diante a esta possibilidade de produção em grande escala, estudos de viabilidade são necessários, no sentido de verificar a possibilidade/capacidade de agregação da energia gerada às linhas de transmissão.

Não houve identificação de ações pós anos 2000 que dinamizassem a economia regional em perspectiva diferente ao que já tinha sido feito, a reativação da “nova” Sudene continuou proporcionando os incentivos para a região de forma reduzida. Constatou-se que as

ações realizadas no período pós anos 2000 não geraram mudanças na estrutura produtiva regional. Relata-se, que ainda existe uma preocupação do setor público em resolver os problemas de desigualdade de renda e conseqüentemente do desenvolvimento econômico na região, mas no período de análise não se identificou ações de vertentes diferenciadas para alcance deste objetivo.

O capital industrial alocado na região, não foi direcionado de forma a superar as peculiaridades e possíveis regionalizações existentes. As comunidades que não se integrassem ao desenvolvimento, não participariam e não participaram. Ou seja, a indução do desenvolvimento ocorreu nos pontos municipais que estavam minimamente preparados para isso. Ação estatal prevê destinação dos recursos como etapa única e suficiente, e não é. Os eixos para que se criem desenvolvimento tem um tempo de alinhamento e dependem de outros fatores. Ao meu ver “as cheias desenvolvimentistas” não chegaram no sertão norte mineiro. O que ocorreu na região, foi um redirecionamento de escala produtiva para alguns territórios, as outras localidades foram descartadas do processo por não terem características atrativas para absorver o capital industrial.

Não é que deu errado, não deu! Uma indústria forte e comprometida com o desenvolvimento é fundamental, principalmente em zonas periféricas e de pobreza como é grande parte do Norte de Minas. Mas a crítica aqui construída é nos moldes em que se realizou a intervenção estatal favorecendo principalmente o capital industrial, como se este fosse a única saída para a região. Deve ser considerado, na elaboração de ações para a região identificar e incluir as vocações regionais, associado ao incremento industrial indutor de desenvolvimento, emprego e renda. O que se aponta é que também deve ser levado em consideração os atributos regionais como a pecuária, a agricultura familiar, a produção agrícola regionalizada, as questões culturais, o artesanato, a produção de doces com frutos do cerrado, diversas atividades que poderiam ser estimuladas gerando em cada localidade pontos de desenvolvimento regional.

Por isso, se questiona o desenvolvimento é para quem? Para qual lugar? Infelizmente, ainda para os grupos detentores do poder do capital, os grandes empresários que utilizam incentivos públicos para aumentar o seu poder financeiro, e não se preocupam com o retorno para região que se instalam. O interesse de não se potencializar a região, também pode ser estratégico, diante de alguns relatos nas conversas abertas com as entidades, as ONGS, pesquisadores por suas falas observou-se alguns pontos relacionados a essa falta de congruência da região com o investimento pode ser intencional, no aspecto de possuir uma mão de obra

“barata” entre outros, diminuindo os custos operacionais para os empresários que aqui desejam se instalar.

Na investigação da literatura, percebeu-se que a teoria de Hirschman e Perroux, em detalhamento geral não se aplicariam a realidade norte mineira, pois neste estudo não se identificou a polarização de excedente produtivo para as cidades do norte de Minas em grande maioria e não foi constatado uma dispersão regional dos níveis de crescimento e desenvolvimento. Verificou-se uma certa concentração econômica de infraestrutura e incentivos em determinadas cidades, principalmente em Montes Claros caracterizada na literatura como cidade polo regional. Afinal, polo para quem? Montes Claros é polo para si.

A possibilidade de se pensar o desenvolvimento, como sendo diferenciado para as diversas formas de produção que convivem nesta região de grande extensão territorial e múltiplas características econômicas, culturais e sociais, é necessária e urgente. Investimentos feitos de fora para dentro sem considerar os traços regionais, com uma lógica de atuação mais específica e estratégica às potencialidades existentes, são fadados ao desperdício de certa forma. Os grupos sociais no interior de uma sociedade, muitas vezes são tratados pelos formuladores de políticas públicas como uniformes e padronizados a uma certa realidade, o que dificulta resultados mais efetivos pois os investimentos não chegam ao cerne do problema de fato.

Para se pensar a possibilidade do desenvolvimento regional, é necessário focalizar estratégias alternativas a partir das premissas que organizam os sistemas de produção e a vida das populações excluídas do seu desenvolvimento. Essa abordagem pode avançar as perspectivas desenvolvimentistas regionais ampliando a melhoria da condição de vida de todos os membros da sua sociedade. O princípio dessa observação, entende que o desenvolvimento da região norte mineira seria alcançado identificando os grupos/sujeitos de cada município para considerá-los como responsáveis por seus destinos e não como objeto da intervenção externa; ocorreria uma valorização das suas vocações naturais, pontos fortes, visando valorizar o capital social local de cada uma dessas populações, onde se potencializaria os recursos culturais, ambientais e humanos existentes em suas localidades.

Há muito que se investigar sobre a modelagem de desenvolvimento norte- mineira. Neste trabalho, pontuou-se alguns dos destaques dessa história, o papel motor e influenciador do Estado via Sudene desde a década de 1960 e as atuais ações desenvolvimentistas pós anos 2000. Ocorreram, na região, fluxos de investimentos industriais com pouca identificação no perfil da economia regional que se caracterizava por um modelo agropastoril, e talvez esse seja

o ponto de incompatibilidade econômica no Norte de Minas, em relação aos volumes de investimentos realizados, e que não geraram os avanços e zonas de desenvolvimento esperados. Por consequência, é possível considerar que sem um diagnóstico de compatibilidade das especificidades da região para com os investimentos e programas públicos implantados, não se alcançam níveis de excedentes produtivos e sociais relevantes, o que compromete o caminho para um desenvolvimento econômico sociorregional esperado.

Este estudo mesmo cumprindo em totalidade seu objetivo, possui limitações que devem ser superadas por novas pesquisas regionais. Sugere-se que novos trabalhos sejam desenvolvidos no âmbito do detalhamento dos efeitos das ações desenvolvimentistas aqui apresentadas, para que assim se avalie o resultado de cada uma para região. Além disso, a possibilidade de se construir um diagnóstico regional através do detalhamento dessas ações, produziria um material para fundamentar a elaboração de políticas públicas com maior identificação regional e conseqüentemente com resultados mais assertivos.

REFERÊNCIAS

- AMORIM FILHO, O. B.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. *In*: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. cap. 1, p. 1- 34.
- AMM. **Caracterização econômica das regiões de planejamento**. Associação Mineira de Municípios. 2019.
- ARAÚJO, G. F. **A trajetória da SUDENE, suas (re)invenções, na condução do projeto de desenvolvimento regional**. 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – [s.l.] Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2ml6Epn>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- ARAÚJO, T. B. (2000). **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan-FASE.
- ARAÚJO, T. B. Revisitando a questão regional. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, p. 59-76, 2006.
- ARAÚJO, T. B. Entrevista com Tânia Bacelar, especialista em desenvolvimento regional. **Revista Rumos**. 2009. Disponível em: <http://bit.ly/36tWc1E>. Acesso em: 10 de jun. de 2019.
- ARAÚJO, V. M. **Arranjos produtivos locais da indústria automobilística no Estado de Goiás**. 2014. Brasil. 226 f. Tese (Doutorado em Economia) – [s.l.] Universidade Federal de Uberlândia, 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2WzsTpD>. Acesso em: 19 de out de 2018.
- ARY, J. C. A. FNE e o Semiárido: Da Obrigação à Otimização. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 44, n. especial, jun. 2013, p. 199-212.
- BARBOSA, W. A. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia Ilimitada, 1995. 382 p.
- BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. *In*: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.
- BOTELHO, T. R. **Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX**. 1994. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **FNE**. BNB [Site], [201-]. Disponível em: <https://bit.ly/2mliujF>. Acesso em: 10 maio 2019.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Programação regional: FNE 2019**. Fortaleza: BNB, 2019. 147 p. Disponível em: <https://bit.ly/2nVNTcX>. Acesso em: 10 maio 2019.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13 ed. Pedrinho Guareschi (trad.). Petrópolis: Editora vozes, 2017.

BNB. **Documentos do Banco do Nordeste (institucionais)**. 2019.

BRAGA, M. A. F. **Industrialização da área mineira da SUDENE**: um estudo de caso: Montes Claros. Montes Claros, MG: Ed. Unimontes, 2008. 128 p.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Ed. Unicamp, 2012. 238 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual operacional do programa brasil alfabetizado**. Brasília: MEC, 2008. 22 p. Disponível em: <https://bit.ly/2kna3TZ>. Acesso em: 14 jun. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. [S.l.]: FGV, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2ZnzWqe>. Acesso em: 20 de março de 2018.

CABRAL, A. F. **O sertão Norte-Mineiro**. 1985.

CABRAL, R. 1959. **Das ideias à ação, a Sudene de Celso Furtado** – Oportunidade histórica e resistência conservadora. 2011. Disponível em: <https://tinyurl.com/y22gn5lx> Acesso em: 4 de out. de 2018.

CAMPOS, G. I. R. V. **O desenvolvimento econômico em países em desenvolvimento: estruturalismo na América Latina**. C@LEa, n. 2, p. 55-65, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2moXvMN>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

CANO, W. Uma agenda nacional para o desenvolvimento. **Revista Tempo no Mundo**, IPEA, Brasília, v. 2, n. 2, dez. 2010.

CARDOSO, J. M. A. **A região Norte de Minas Gerais**: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. 1996. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

CARVALHEIRO, N. Observações sobre a elaboração da matriz de insumo-produto. **Pesquisa & Debate**, v. 9, n. 2, p. 139-157, 1998. Disponível em: <https://bit.ly/2kPYxkc>. Acesso em: 9 de mar 2019.

CODEVASF. **Relatórios de gestão do exercício 2017**. Brasília: CODEVASF, 2018. 358 p.

CODEVASF. **Informações sobre dados do Vale do São Francisco**. Destinatário: Virgínia Nobre (virginia.nobre@gmail.com). Montes Claros, 25 jun. 2019. *Online (e-mail)*.

COHN, A. **Crise regional e planejamento**: o processo de criação da SUDENE. São Paulo, Perspectiva, 1976. 170 P.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. *In*: CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 23-33.

COSTA, E. M. Cidades médias: contributos para a sua definição. **Finisterra**, v. 37, n. 74, p. 101-128, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2modgDy>. Acesso em: 15 de fev. 2019.

CROCCO, M. A.; GALINARI, R.; SANTOS, F.; LEMOS, M. B. SIMÕES, R. Metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais. **Nova Economia**, v. 16, n. 2, p. 211-241, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2moasq1>. Acesso em: 18 de mar. de 2018.

CRUZ, B. O. *et al.* (org.). **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. 404 p. Disponível em: <https://bit.ly/2m1FHah>. Acesso em: 7 de maio de 2019.

DEUS, J. As cidades médias na nova configuração territorial brasileira. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 24, n. 1-2, p. 81-91. Jan./Jun. 2004.

DINIZ, C. C. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981. 256 p.

DINIZ, C. C. Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos. **Desenvolvimento em Debate**, p. 239-274, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2kr4EeM>. Acesso em: 10 de fev. 2018.

DINIZ, E. O contexto internacional e a retomada do debate sobre desenvolvimento no Brasil contemporâneo (2000/2010). **DADOS**, v. 54, n. 4, p. 493-531, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2kINqzi>. Acesso em: 15 de março de 2019.

DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DE JAÍBA. **O distrito**: informações. Projeto Jaíba [Site], [201-] Disponível em: <https://bit.ly/2mojmUT>. Acesso em: 5 de maio de 2019.

DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DE JAÍBA. **O projeto**: histórico. Projeto Jaíba [Site], [201-] Disponível em: <https://bit.ly/2n9aVwZ>. Acesso em: 10 de jan. 2019.

DUARTE, P. H. E.; GRACIOLLI, E. J. A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL CEMARX, 5., 2007, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: UNICAMP, 2007. p. 1-10. Disponível em: <https://bit.ly/2IVS4Va>. Acesso em: 25 de nov. 2018.

DULCI, O. S. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 1999. 301 p.

DULCI, O. S. Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 18, p. 95-107, 2002. Acesso em: <https://bit.ly/1sZx0uJ>. Acesso em: 13 de set. de 2018.

FIEMG. **Perspectivas de desenvolvimento socioeconômico para o Norte de Minas**. Belo Horizonte: FIEMG, 2017. 74 p. Disponível em: <https://bit.ly/2msmHBX>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

FRANÇA, I. S. de; SOARES, B. R. **O sertão norte-mineiro e suas transformações recentes**. UFU, 2006.

FRANÇA, I. S. de. *et al.* **Expansão urbana e níveis de renda na cidade média de Montes Claros/MG**. 2015. Disponível em: <http://docplayer.com.br/72166820-Expansao-urbana-e-niveis-de-renda-na-cidade-media-de-montes-claros-mg-1.html>. Acesso em: 05 jun. 2018

FRANÇA, I. S. **A cidade média e suas centralidades**: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 2007. 240 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais: UFU, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2m1XrCf>. Acesso em: 14 de dez. 2018.

FRANÇA, I. S. **Aglomeración urbana descontínua de Montes Claros/MG**: novas configurações socioespaciais. 2012. 399 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2IYnSJc>. Acesso em: 13 de dez. 2018.

FUNASA. **Fundação Nacional de Saúde**: Relatório de Atividades. 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social: IMRS**: consultas. 2000-2017. Disponível em: <https://bit.ly/2mt1mZ9>. Acesso em: 6 jun. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatórios sobre Minas Gerais**: Produto Interno Bruto, População. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2pZf3Rl>. Acesso em: 15 jun. 2019.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 30. ed. São Paulo: Nacional, 2001. 248 p.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 126 p.

GALVÃO, L. G. M. **Produção do espaço urbano na Serra do Mel por condomínios fechados em Montes Claros/MG**. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) – Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2kvbBeQ>. Acesso em: 11 de out. de 2018.

GERVAISE, Y. **A transformação agrária do nordeste meridional**: Norte de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG/Instituto de Geociências, 1975. 174 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 159 p.

GOMES, F. S. **Discursos contemporâneos sobre Montes Claros**: (re)estruturação urbana e novas articulações urbano-regionais. 2007. 181 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2lZOVUm>. Acesso em: 10 de abril de 2019

GONÇALVES, M. E. **O “Cluster” da fruticultura no Norte de Minas**: interpretação de uma alternativa ao desenvolvimento regional: ênfase nos projetos Jaíba e Gortuba. 2001. 115 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/2mt3tw9>. Acesso em: 10 de abril de 2018.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CÔRREA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 49-76.

GRACIAREMA, J. Poder y estilos de desarrollo: una perspectiva heterodoxa. **Revista de la CEPAL**, p. 173-194, 1976. Disponível em: <https://bit.ly/2ksgGVf>. Acesso em: 10 de fev. de 2018.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 322 p.

IBGE. **Montes Claros: panorama, pesquisa, história e fotos**. IBGE [Site], c2017. Disponível em: <https://bit.ly/2KiLcYw>. Acesso em: 10 jul. 2018.

IBGE: **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 83 p. Disponível em: <https://bit.ly/2CYYJAX>. Acesso em: 20 de fev. 2018

IBGE. **Censo Demográfico: 2010**. IBGE [Site], 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2kvdzMg>. Acesso: 10 jun. 2019.

IBGE. **Brasil em Síntese**, 2019.. Disponível em: <http://bit.ly/2opKW52>. Acesso: 10 jun. 2019.

IDENE. **Idene passa ser vinculada a Sede**. Minas Gerais [Governo do Estado] [Portal], 18 jul. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2m4nwkk>. Acesso em: 16 de out. 2017

IMRS. Índice Mineiro de Responsabilidade Social: dados para a mesorregião do Norte de Minas e município de Montes Claros. 2017. Disponível em: <http://imrs.fjp.mg.gov.br/Consultas>. Acesso em: 16 de out. 2017

LESSA, S. N. Montes Claros: uma cidade nas principais vias do sertão. **Caminhos da História**, v. 4, n. 4, p. 83-110, 1999.

LESSA, S. N. (org.) **Mesonorte: diagnóstico para agenda de desenvolvimento integrado e sustentável do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2007. 210 p.

LESSA, S. N. **Trem-de-ferro: do cosmopolismo ao sertão**. 1993. 243 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993. Disponível em: <https://bit.ly/2kwLrZc>. Acesso em: 14 de fev. 2019

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2009. 33 p.

MADUREIRA, E. M. P. Desenvolvimento regional: principais teorias. **Revista Thêma et Scientia**, v. 5, n. 2, p. 8-23, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2kKO6yF>. Acesso em: 3 de jun. de 2018.

MALINOWSKI, B. C. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MATA-MACHADO, B. N. **História do Sertão noroeste de Minas Gerais: 1690-1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. 168 p.

MARINI, R. M. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MILONE, P. C. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: MONTORO FILHO, André Franco et alii. **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste. **Programa de desenvolvimento do Norte e Nordeste**. Minas Gerais [Governo do Estado] [Portal], 3 ago. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2kLbgoy>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MINAS GERAIS. **Regiões de Planejamento**. Minas Gerais [Governo do Estado] [Portal], 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Wn0dih> Acesso em: 10 fev. 2019.

MONASTERIO, L. Indicadores de análise regional e espacial. In: CRUZ, B. O. *et al.* (org.). **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. cap. 10, p. 315-332. Disponível em: <https://bit.ly/2m1FHah>. Acesso em: 6 de out. de 2018.

MONASTERIO, L.; CAVALCANTE, L. R. Fundamentos do Pensamento Econômico Regional. In: CRUZ, B. O. *et al.* (org.). **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. cap. 10, p. 315-332. Disponível em: <https://bit.ly/2m1FHah>. Acesso em: 30 de out. de 2018.

MOREIRA, S. B. e CRESPO, N. (2012). Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. **Revista de Economia**, UFP; p.25- 50.

MOREIRA, H. F. **Se for pra morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro: o Norte de Minas e a formação de lideranças rurais**. 2010. 129p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2010.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Lisboa: Saga, 1965. 240 p.

NASCIMENTO, F. P.; SOUSA, F. L. L **Metodologia da pesquisa científica: teoria e prática: como elaborar TCC**. 2. ed. Fortaleza: INESP, 2017. 195 p.

NOBRE, V. A. M.; ARAÚJO, V. M. **Desenvolvimento do Norte de Minas Gerais: considerações do período pré e pós-udene**. Anais: I Simpósio Nacional de Geografia e Gestão Territorial e XXXIV Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, [s. l.], p. 1278-1289, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/37E4R1I>. Acesso em: 1 fev. 2018.

NUNES, V. C. **Longevidade das micro e pequenas empresas das mesorregiões do Estado de Minas Gerais: um estudo longitudinal para o período de 2011 a 2017**. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial - PPGDEE), Unimontes, 2019. 205 f.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, v. 5, n.2, p.37-48, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2m1viLA>. Acesso em: 10 de out. de 2018

OLIVEIRA, M. F. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da área mineira da SUDENE. *In*: OLIVEIRA, M. F. *et al.* **Formação social e econômica do norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000. cap. 1, 13-103.

OLIVEIRA, M. F. **O processo de desenvolvimento de Montes Claros sob a orientação da SUDENE (1960-1980)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, J. C. **Especial Sudam/Sudeco/Sudene**: conheça a história das três Superintendências. Câmara dos Deputados [Site], 9 out. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2kUIJS7>. Acesso em: 6 fev. 2019.

OLIVEIRA, T. B. Caxias do Sul: entre o regional e o local. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ENANPUR, 2017. p. 1-18. Disponível em: <https://bit.ly/2lZAgZq>. Acesso em: 10 de nov. 2019.

PAULA, H. **Montes Claros**: sua história, sua gente, seus costumes. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2007. 3 v.

PEREIRA, A. M. **Cidade média e região**: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 2007. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2lYmhTJ>. Acesso em: 17 de maio 2018.

PEREIRA, L. A. G. **Planejamento e desenvolvimento: logística de transportes e exportações na mesorregião norte de Minas Gerais**. 2010. 172 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2mkk9Wi>. Acesso em: 1 de mar. de 2019.

PEREIRA, L. M. **A cidade do favor**: Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002. p. 241 p.

PEREIRA, L. M. **Em nome da região, a serviço do capital**: o regionalismo político norte-mineiro. 2007. 241 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2mmLA1H>. Acesso em: 19 de jan. de 2018.

PEREIRA, L. M.; OLIVEIRA, M.F.M. A invenção do 03 de Julho em Montes Claros. **UNIMONTES CIENTÍFICA**, Montes Claros, v. 5, ed. 1, p. 1-10, 2003. Disponível em: <http://bit.ly/37HKKzI>. Acesso em: 26 nov. 2018.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Porto: Herder, 1967. 755 p.

PERROUX, F. O conceito de pólo de desenvolvimento. *In*: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, p.145-156, 1955.

PNUD. FJP. IPEA. **Montes Claros, MG**. Atlas Brasil [Site], 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2zzxZGM>. Acesso em: 3 de nov. 2018.

PORTAL DO GOVERNO DE MINAS, 2019. **IDENE passa à ser vinculado a SEDE**. Disponível em: <http://bit.ly/2AQRhZZ>. Acesso em 20 de agosto de 2019.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, p. 47-111, 1949. Disponível em: <https://bit.ly/2krFf4v>. Acesso em: 6 de dez. 2018.

PROJETO JAÍBA. **Dados do Projeto Jaíba**, Relatório da SEAPA. 2019.

REDE CERRADO. **Projeto de apoio as populações tradicionais**. 2019.

REIS, F. L. C. Montes Claros, MG: lugar de memória: uma cidade, um mercado e os arquivos. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-13. Disponível em: <https://bit.ly/2m4ow84>. Acesso em: 4 de jul. de 2018.

RIBAS, Milene da Costa. **O estado e a SUDENE**: trajetória do planejamento regional no Brasil. 2016. 216 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2krGrF1>. Acesso em: 30 de março de 2019.

RIBEIRO, E. M. **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. 329 p.

RODRIGUES, L. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. *In* OLIVEIRA; M. F. *et al.* **Formação social e econômica do norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000. cap. 2, p. 105-172.

RODRIGUES, Luciene. Sudene, ADENE: Superintendência ou Agência de Desenvolvimento? Dilemas da política regional no Brasil. **Política Regional**, [S. l.], p. 30-36, 1 mar. 2003.

SABATIER, P. A. 1986. **Top-Down and Bottom-Up Approaches to Implementation Research: A critical analysis and suggested synthesis**. *Journal of Public Policy*, Cambridge (UK), v. 1, n. 6, p. 21-48, Jan.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: 2009. p. 73-94.

SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: 2009. p. 57-72.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento econômico**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 169 p.

SEAPA. **Relatório Técnico de atuação em Minas Gerais**. 2010.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SEDINOR. **Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais**. Disponível em: <http://bit.ly/2OtG7Ce>. Acesso em: 10 jun. 2019.

SEN, A. Os fins e os meios do desenvolvimento. *In*: SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia do Bolso, 2010.

SIEDENBERG, D. R. **Dicionário do desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006. 168 p.

SILVA, J. A.; ANDRAZ, J. M. O padrão de especialização e a localização das atividades econômicas na região do Algarve. **Revista Estudos I**, Algarve, p.177-194, 2004.

SINGER, P. I. **Desenvolvimento e crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 162 p.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 415 p.

SOARES, B. R. Cidades médias: uma revisão bibliográfica. *In*: ALVES, A. F.; Flávio, L. C.; SANTOS, R. A. (org.). **Espaço e território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento**. Francisco Beltrão: Ed. Unioeste, 2005. cap. 3.

SHERER, C. E. M. **Polarização e centralidade: uma análise para a rede de cidades brasileiras com foco nas cidades médias (2000-2010)**. 2018. 190 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SUDENE. **Incentivos e benefícios fiscais e financeiros: projeto beneficiados em 2018**. [Brasília]: SUDENE, 2018. 40 p. (Relatório de atividades).

SUDENE. **Incentivos e benefícios fiscais e financeiros: projeto beneficiados**. [Brasília]: SUDENE, 2016. 10 p. (Relatório de atividades).

SUDENE. **Incentivos e benefícios fiscais e financeiros: projeto beneficiados**. [Brasília]: SUDENE, 2014. 15 p. (Relatório de atividades).

SUDENE. **Plano de dados abertos: coordenação-geral de tecnologia da informação: 2017-2018**. Recife: SUDENE, 2018. 19 p. (Relatório de atividades).

SUNKEL, O. **O marco histórico do processo de desenvolvimento-subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fórum, 1980. 51 p.

TC Alto Rio Pardo. Bem Diverso [Site], [201-]. Disponível em: <https://bit.ly/2Sg2opr>. Acesso em: 05 de fev. de 2019

TENORIO, F. G. **Cidadania e Desenvolvimento Local**. 1 ed. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2007.

THWEATT, W. O. **Teorias do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. 278p.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. 6 ed. Petrópolis: editora Vozes, 2013.

VERBETE. População do Norte de Minas teme impactos de atividades minerárias planejadas para a região, 2012. Disponível em: <https://tinyurl.com/y2pwnqnc>. Acesso em: 10 de nov. 2018.

VIANNA, U. S. **Montes Claros**: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916. 349 p.

VIEIRA, R. M. **Celso Furtado**: reforma, política e ideologia (1950-1964). São Paulo: Educ, 2007.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: FAPESP, 2001. 373 p.

VON THÜNEN, J. H. The Isolated State. New York: **Pergamon Press**, 1966.

WIRTH. J. D. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira: 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 384 p.

APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTAS

Objetivo Geral: Levantar informações sobre o processo de desenvolvimento no Norte de Minas Gerais, identificando as políticas públicas mais relevantes e se possível seus efeitos para a região no período pós- Sudene (a partir dos anos 2000).

Metodologia: Técnica de pesquisa com utilização da entrevista para a coleta de dados através de anotação e gravação. A entrevista individual permite alcançar o relato subjetivo do entrevistado, suas impressões, sua memória e vivência sobre o cotidiano estudado. O questionário é semiestruturado, o que permite a intervenção caso alguma informação falada seja produtiva para a escrita da dissertação e facilite o alcance do objetivo da entrevista.

Condução da Entrevista: Breve apresentação da pesquisa e das razões pelas quais se deseja pesquisar sobre o desenvolvimento e sobre as políticas públicas realizadas no Norte de Minas Gerais

Solicitamos em fala/áudio ao entrevistado a permissão de uso do gravador e anotações sobre o depoimento, assim como a utilização de suas respostas na construção desta dissertação.

Identificação

Nome do entrevistado: _____ Início da entrevista: (Hora) _____ Término: _____ Eixo: _____ Instituição: _____ Local: _____

Relação das entrevistas e depoimentos gravados utilizados nesta dissertação.

Entidades Públicas e Privadas

CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba).

FIEMG – Regional Norte (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais).

IDENE (Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste).

Questões utilizadas nas entrevistas

- 1- Após a Sudene, mais precisamente nos anos 2000, quais as políticas públicas que Sr./Sr.^a poderia destacar aqui para a região?
- 2- Outro ponto, Sr./Sr.^a observa efetividade das políticas públicas no Norte de Minas Gerais?
- 3- Quais os avanços proporcionados para o Norte de Minas nos aspectos econômicos? (Pós-Sudene)
- 4- Quais as principais instituições de desenvolvimento no Norte de Minas?

- 5- Quais são os programas/projetos/ações que o Sr./Sr.^a conhece para proporcionar desenvolvimento econômico para o Norte de Minas?
- 6- O Sr./Sr.^a identifica o modelo de desenvolvimento no Norte de Minas? Ou, modelo de produção?
- 7- O Norte de Minas transformou sua estrutura produtiva, se diversificou?
- 8- O isolamento, citado por muitos autores na literatura regional foi vencido?
- 9- O Norte de Minas conseguiu na sua opinião, a integração produtiva (isto é, altas taxas de crescimento decorrentes das transferências de capital estatal para projetos de infraestrutura e investimentos do setor privado) durante a Era Sudene (1960 a 2000)?

*** Sobre a Sudene:

- 10- O Sr./Sr.^a acha que a Sudene teve perda de funcionalidade, por isso sua extinção?
- 11- A Sudene foi uma experiência de articulação de forças: o nacional, o regional e o desenho do ideal. O Sr./Sr.^a acha que deu certo?
- 12- Na sua opinião, qual foi o divisor de águas, o marco importante para o Norte de Minas no aspecto econômico?

*** Entidades

- 13- As políticas públicas que o _____ (ex. IDENE) executa são mais estaduais ou federais?
- 14- O que é desenvolvido atualmente para estimular as atividades produtivas locais e regionais?
- 15- O Sr./Sr.^a conhece mais alguém que poderia falar sobre este assunto?

Roteiro adaptado durante as entrevistas

FIEMG

- 1) Quanto tempo você está na FIEMG?
- 2) Quais são as parcerias da FIEMG com o Governo de Minas para o Norte de Minas?
- 3) A partir dos anos 2000, quais avanços que a FIEMG/você percebem para o Norte de Minas?

- 4) (O Norte de Minas e suas potencialidades) O que você acredita que possa trazer desenvolvimento para a região?
- 5) A região é isolada?
- 6) E a Sudene, qual o papel dela atualmente na região e o que ela influenciou na FIEMG? E, o que ela ainda pode fazer?
- 7) Qual o papel atual da FIEMG para o desenvolvimento do Norte de Minas?
- 8) E por fim, quais as possibilidades futuras que você identifica na FIEMG para o Norte de Minas?

Codevasf

- 1) Quanto tempo você está na Codevasf?
- 2) Qual o papel da Codevasf para o desenvolvimento da região?
- 3) Quais os avanços que você identifica a partir dos anos 2000 de políticas públicas para a região? Âmbito federal ou estadual?
- 4) Qual relevância da Sudene hoje para região do Norte de Minas?
- 5) O Estado/Poder Público desenvolve quais ações/políticas públicas atualmente aqui no Norte de Minas?
- 6) Quais as perspectivas de ações públicas para a região?

IDENE

- 1) Quanto tempo você está no IDENE?
- 2) Qual o papel do IDENE para o desenvolvimento da região do Norte de Minas?
- 3) Quais os avanços que você identifica a partir dos anos 2000 de Políticas públicas para a região do Norte de Minas?
- 4) As políticas públicas executadas pelo IDENE são de âmbito federal ou estadual?
- 5) O Estado/Poder Público através do IDENE desenvolve quais ações/políticas públicas atualmente aqui no Norte de Minas?
- 6) Quais são as perspectivas de ações públicas para a região Norte de Minas?

APÊNDICE B – SÍNTESE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

ENTIDADE	FIEMG	IDENE	CODEVASF
PONTOS COMUNS	Relevância da Sudene para o Norte de Minas como forte instrumental para o desenvolvimento industrial.	Atuação na Esfera Estadual com parcerias federais e municipais. Também entende que a Sudene, foi de suma importância para região e que esta criou pontos industriais, que são muito importantes e, infelizmente minoria na região.	Atuação na Esfera Federal com parcerias estaduais e municipais. Parceria com a Sudene na execução de ações para o desenvolvimento regional.
PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS	Divulgação de Investimentos para atração de empresas para a região; com objetivo principal de atrair e convencer as indústrias de se instalarem na região do Norte de Minas	Executa políticas públicas que visam melhorar a vida da população do Norte de Minas no sentido assistencialista e de incentivo a geração de renda	Executa ações que visam a preservação da Bacia do Vale do São Francisco e apoio a produção agrícola com projetos de irrigação no Norte de Minas
PERSPECTIVAS ECONÔMICAS PARA A REGIÃO	A consolidação industrial é o seu maior objetivo, já considera que na cidade de Montes Claros se fortalece um polo industrial farmacêutico de relevância nacional e internacional. Seu objetivo é atrair indústrias para a região gerando emprego e desenvolvimento econômico.	O IDENE se volta para atuar em projetos estruturantes, que gerem mudanças na infraestrutura da Região para que esta consiga “andar com suas próprias pernas”. Sua principal aposta é na geração de energias renováveis, como novo eixo de sustentação e desenvolvimento	A descoberta de água subterrânea na região do Norte de Minas, é na perspectiva da Codevasf uma das maiores riquezas, principalmente pelo fato de que está sofre com a escassez de água. Esta é a grande perspectiva para a região, desde que seja usada de forma racional
DIFERENÇAS DE ATUAÇÃO	As diferenças observadas são nas formas de atuação e nas visões de cada entidade. Por exemplo, a atuação da FIEMG se dá por meio da iniciativa privada, fortalecendo primeiramente o interesse de seus pares (os industriais), para assim observar as demandas regionais que os favoreça. É co-ação com os possíveis parceiros sejam do setor público ou não.	O IDENE é uma autarquia estadual que atua nos segmentos assistenciais da região, promovendo ações de assessoramento das demandas urgentes da região. O foco é resolver as dificuldades locais, facilitando o acesso à programas de financiamento de equipamentos e distribuição de recursos hídricos, como também a disponibilização de sementes para a produção agrícola.	A Codevasf atua de forma ampliada, tratando das questões hídricas e das revitalizações de bacias hidrográficas, na região em específico a bacia do Rio São Francisco. Tem uma ação nas estruturas de saneamento básico, principalmente nas populações ribeirinhas. Sua atuação é mais generalizada, com foco na construção de barragens para o fortalecimento da produção agrícola por meio de projetos de irrigação, ponto forte dos seus principais projetos no Norte de Minas.